



## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2023**

Relatório de Gestão do exercício de 2023, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

**BELÉM-PA  
2024**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

<b>APL</b> – Arranjos Produtivos Locais	<b>MPO</b> – Ministério do Planejamento e Orçamento
<b>BADAM</b> – Banco de Dados da Amazônia	<b>PCT</b> – Projeto de Cooperação Técnica
<b>BASA</b> – Banco da Amazônia S/A	<b>PDP</b> – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
<b>CAEI</b> - Calendário Anual de Envio de Informações	<b>PGC</b> – Planejamento e Gerenciamento de Contratações
<b>CAINS</b> - Cadastro de Inadimplentes da Sudam	<b>PLOA</b> – Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>CCSS</b> - Comissão de Coleta Seletiva Solidária	<b>PLS</b> – Plano de Logística Sustentável
<b>CGU</b> – Controladoria-Geral da União	<b>PNDR</b> – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>CIGOV</b> - Comitê Interno de Governança	<b>PNUD</b> – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>CONDEL</b> – Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	<b>POSIC</b> – Política de Segurança da Informação
<b>CSIC</b> - Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	<b>PPA</b> – Plano Plurianual
<b>CT&amp;I</b> – Ciência, Tecnologia e Informação	<b>PRDA</b> – Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
<b>DICOL</b> – Diretoria Colegiada	<b>RFB</b> – Receita Federal do Brasil
<b>DIRAD</b> – Diretoria de Administração	<b>RP</b> – Restos a Pagar
<b>DGFAI</b> – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos	<b>SIAFI</b> – Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>DPLAN</b> – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	<b>SIAPE</b> – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
<b>DPROS</b> – Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável	<b>SIORG</b> - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
<b>EMBRAPA</b> – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	<b>SUDAM</b> – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
<b>ENAP</b> – Escola Nacional de Administração Pública	<b>SUDECO</b> – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
<b>FDA</b> – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	<b>SUDENE</b> – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>FNO</b> – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	<b>SUFRAMA</b> - Superintendência da Zona Franca de Manaus
<b>IDH</b> – Índice de Desenvolvimento Humano	<b>TCU</b> – Tribunal de Contas da União
<b>IRPJ</b> – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	<b>TED</b> – Termo de Execução Descentralizada
<b>LOA</b> – Lei Orçamentária Anual	<b>TIC</b> – Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>MAPA</b> - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	<b>TMTP</b> – Tempo Médio de Tramitação de Processos
<b>MDS</b> - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	<b>UF</b> – Unidade Federativa
<b>ME</b> – Ministério da Economia	<b>UJ</b> – Unidade Jurisdicionada
<b>MIDR</b> – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	<b>UPC</b> – Unidade Prestadora de Contas.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa da Amazônia Legal
- Figura 2** - Organograma da Sudam
- Figura 3** - Cadeia de Valor
- Figura 4** - Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027
- Figura 5** - Mapa Estratégico da Sudam 2021 - 2024
- Figura 6** - Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)
- Figura 7** - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2013-2023)
- Figura 8** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
- Figura 9** - Modelo de governança de TI
- Figura 10** - Fluxo modelo de governança de TI

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Dotação Orçamentária Sudam 2023 (R\$)
- Gráfico 2** - Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2021 a 2023
- Gráfico 3** - Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam - 2021 a 2023
- Gráfico 4** - Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2023
- Gráfico 5** - Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2023
- Gráfico 6** - Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico – 2021 a 2023
- Gráfico 7** - Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício – 2021 a 2023
- Gráfico 8** - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo – 2021 a 2023
- Gráfico 9** - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico – 2021 a 2023
- Gráfico 10** - Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Administrativo - 2021 a 2023

**Gráfico 11** - Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Finalístico – 2021 a 2023

**Gráfico 12** - Despesa com Pessoal Ativo (2022-2023)

**Gráfico 13** - Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2023

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** - Estruturas de Governança

**Quadro 2** - Composições Acionárias FDA

**Quadro 3** - Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

**Quadro 4** - Metas Globais da Sudam em 2023

**Quadro 5** - Resumo das Ações Previstas na LOA em 2023

**Quadro 6** - Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2023 – Restos a Pagar (RP)

**Quadro 7** - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)

**Quadro 8** - Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2023

**Quadro 9** - Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2023

**Quadro 10** - Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

**Quadro 11** - Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

**Quadro 12** - Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

**Quadro 13** - Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2023

**Quadro 14** - Resumo dos Valores de Contratações em 2023

**Quadro 15** - Modalidades Pregão e Concorrência em 2023

**Quadro 16** - Dispensas de Licitações em 2023

**Quadro 17** - Tipos De Inexigibilidades – 2023

**Quadro 18** - Resumo das Contratações Diretas – 2023

**Quadro 19** - Investimentos de capital em 2023: Infraestrutura e Equipamentos

- Quadro 20** - Contratos Executados em 2023  
**Quadro 21** - Desfazimento de Ativos em 2023  
**Quadro 22** - Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2023  
**Quadro 23** - Recursos Aplicados em TI em 2023

#### LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2023 (R\$)  
**Tabela 2** - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2023 (R\$)  
**Tabela 3** - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2023 (R\$)  
**Tabela 4** - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2023 (R\$)  
**Tabela 5** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2021 a 2023  
**Tabela 6** - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2021 a 2023  
**Tabela 7** - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2023  
**Tabela 8** - Linhas de produção incentivadas em 2023 (Laudos Constitutivos Emitidos)  
**Tabela 9** - Convênios celebrados pela Sudam em 2023 por tipo de objeto e valor  
**Tabela 10** - Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos  
**Tabela 11** - Valores Repassados para Convenientes em 2023 por Estado  
**Tabela 12** - Convênios vigentes na Sudam por tipo e estado  
**Tabela 13** - Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2023  
**Tabela 14** - Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2023  
**Tabela 15** - Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2023  
**Tabela 16** - Evolução Orçamentária de 2021 a 2023 (R\$).  
**Tabela 17** - Execução Orçamentária de 2021 a 2023  
**Tabela 18** - Efetivo Força de Trabalho  
**Tabela 19** - Evolução da Força de Trabalho (2013-2023)  
**Tabela 20** - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)  
**Tabela 21** - Despesa com Pessoal Ativo (2022-2023).  
**Tabela 22** - Média Mensal de Consumo de Água 2022-2023 (m<sup>3</sup>)  
**Tabela 23** - Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2023  
**Tabela 24** - Consumo de Papel em 2022-2023 (resmas)  
**Tabela 25** - Consumo de Copos Descartáveis em 2022-2023 (cento)  
**Tabela 26** - Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam em 2023  
**Tabela 27** - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam - 2022 e 2023 (Kg)  
**Tabela 28** - Balanço Patrimonial Sudam 2023  
**Tabela 29** - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2023  
**Tabela 30** - Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2023  
**Tabela 31** - Resultado Financeiro Sudam 2023  
**Tabela 32** - Balanço Patrimonial FDA 2023  
**Tabela 33** - Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2023  
**Tabela 34** - Resultado Orçamentário FDA 2023  
**Tabela 35** - Resultado Financeiro FDA 2023

## LISTA DE LINKS

Sítio Eletrônico da Sudam - <https://www.gov.br/sudam/pt-br>

Conselho Deliberativo - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>

Rol de Responsáveis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>

Governança, Integridade, Riscos e Controle - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>

Planejamento Estratégico - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>

Ouvidoria da Sudam - [https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam](https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam)

Carta de Serviços - <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>

PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

Carteira de Projetos PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>

Convênios e Transferências Voluntárias - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>

Incentivos Fiscais - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>

FDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>

FNO - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>

Demonstrações Contábeis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>

Plano Anual de Contratações - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

## SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE .....	7
2. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO .....	8
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	23
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO .....	27
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS .....	122
ANEXOS .....	135

## 1. MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE



A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) – atua em 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, portanto tem imensa importância para o Brasil.

Porém, a responsabilidade aumentou. O aquecimento global é uma realidade do nosso tempo e a Amazônia é crucial para o mundo. Instituições internacionais reivindicam a floresta em pé e não somos contra, mas ao mesmo tempo nossa atuação caminha lado a lado com a política do governo Lula: oportunizar desenvolvimento econômico, social e humano aos cerca de 30 milhões de brasileiros que têm a Amazônia como território de habitação, povos tradicionais, índios, ribeirinhos, quilombolas e toda a diversidade da região.

Nosso desafio é conciliar a preservação da biodiversidade e recursos naturais e a inclusão produtiva com incentivo à inovação e à biosocioeconomia, realizar a dignidade e felicidade das populações locais, com o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na regeneração da natureza.

Para essa missão, buscamos reestruturar a Sudam, devolver a ela a função de pilar do governo federal na Amazônia. Retomamos o Condell presencial e participativo e, ouvindo os agentes atuantes nos movimentos sociais, deliberamos regiões com baixo IDH para ter prioritariamente políticas públicas e investimentos diversos.

O trabalho é reduzir desigualdades intraestados criadas pela concepção anterior de atuação da Sudam. Ineficaz foi a política de privilegiar os grandes projetos. Por isso, agora o desenvolvimento sustentável precisa ser inclusivo, voltado aos pequenos produtores, arranjos e negócios que priorizem a economia circular, repensando os meios habituais de produção e de consumo.

A tarefa é também atrair investimento para a Amazônia, privilegiando o diálogo, a parceria e a defesa da verticalização de produtos, matéria prima que historicamente foi arrancada à custa da degradação da natureza e do empobrecimento dos que habitam na Amazônia.

O papel da Sudam é exatamente coordenar, mediar e fiscalizar a exploração da riqueza da Amazônia. Não admitimos uma região rica e um povo pobre. Vamos em frente, no trabalho de melhorar a vida dos amazônidas, na dedicação de pensar e implementar o desenvolvimento a partir de um trabalho coletivo incluindo sobretudo a ótica dos que vivem na Amazônia.

**Paulo Roberto Galvão da Rocha**  
Superintendente da Sudam

## 2. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO

### QUEM SOMOS?

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, cuja finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

### ONDE ESTAMOS?

Com sede em Belém (PA), a Sudam atua em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

### COMO ATUAMOS?

A Instituição possui quatro macroprocessos finalísticos: Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; Convênios e Transferências Voluntárias; e Planos de Desenvolvimento.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento norteador é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Competências institucionais da Sudam - Lei Complementar nº 124, de 2007:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério da Economia na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; capacitação de recursos humanos; inovação e difusão tecnológica; políticas sociais e culturais; e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;

- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

## 2.1. Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam foi instituída, na forma do art. 43 da Constituição Federal, por meio da Lei Complementar nº 124, de 2007, a qual estabelece a composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação do órgão e dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A estrutura regimental da Sudam encontra-se disposta nos termos do Decreto nº 11.230, de 07 de outubro de 2022, e o seu Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução Normativa nº 09, de 25 de setembro de 2023, pela Diretoria Colegiada da autarquia.

Com relação às ações finalísticas, a Sudam tem como principais normas direcionadoras:

- Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento;
- Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, o qual aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;
- Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ademais, a Sudam dispõe de planos, políticas, normas e cartilhas que se relacionam com suas atividades internas ou institucionais. Dentre eles, destacam-se:

a) **Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PRDA** - aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudam por meio da Resolução nº 77, de 23 de maio de 2019, foi entregue no dia 30 de maio de 2019 à Presidência da República. O plano é um instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em parceria com o então Ministério do Desenvolvimento Regional e a participação de diferentes atores da sociedade, através de Consulta Pública. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

b) **Plano de Ação** – documento elaborado anualmente, balizador das ações institucionais para o exercício. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2020-2023. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

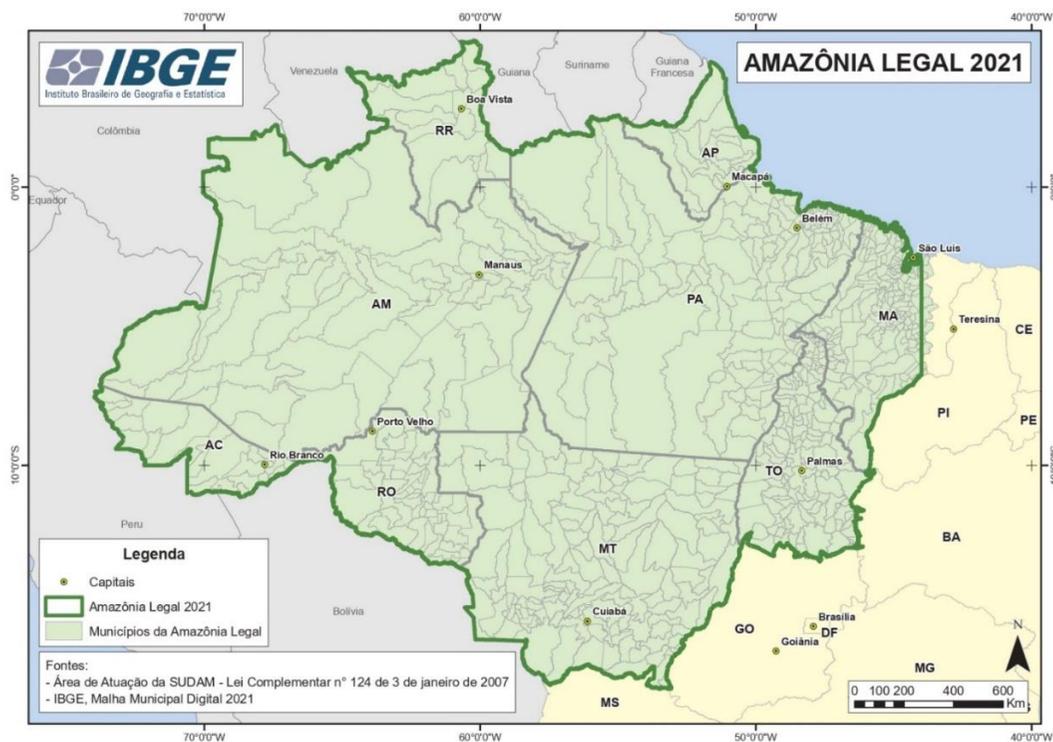
- c) **Cartilha de Ações Orçamentárias** – documento de orientação, elaborado anualmente, acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício. Disponível no link: [Recursos e metas das ações e programas finalísticos — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](#).
- d) **Resolução CONDEL nº 93, de 13 de agosto de 2021** – Regulamenta os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Disponível no link: [Resolução nº 93/2021 — Repositório SUDAM](#).
- e) **Resolução CGIRC nº 04, de 18 de fevereiro de 2019** – aprova a Declaração de Appetite a Risco, estabelecendo a tolerância ao risco exclusivamente nos níveis Baixo e Médio. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- f) **Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos** – estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão a serem observados e seguidos nos planos estratégicos, programas, projetos e processos da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- g) **Plano de Integridade** – estabelece as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- h) **Plano de Governança, Riscos e Controles** - estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para gestão de riscos no âmbito da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- i) **Cartilha do Programa de Integridade da Sudam** – contém informações gerais sobre o Plano de Integridade da Sudam. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](#).
- j) **Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC** - estabelece as diretrizes para a segurança no uso, tratamento e controle, proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos, por qualquer meio, pelos sistemas de informação da Sudam. Disponível no link: [Resolução nº877 - Política de Segurança da Informação e das Comunicações - POSIC 2023 — Repositório SUDAM](#).
- k) **Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam** - Prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da Sudam, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional. <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/codigo-de-etica.pdf>
- l) **Carta de Serviços** – contém as informações sobre os serviços, inclusive os setores responsáveis, meios de contato, horários de funcionamento, entre outros dados necessários para atendimento. Disponível no link: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>

### 2.1.1. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da Sudam, conforme definido na Lei Complementar que a institui, é a Amazônia Legal e fundamenta-se em promover o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada, viabilizando a utilização dos instrumentos de ação da Sudam para acelerar o crescimento econômico da Região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

A Amazônia Legal define-se por um recorte espacial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção econômica. A região possui área aproximada de 5,1 milhões de km<sup>2</sup> e corresponde a cerca de 59,1% do território nacional. A Amazônia abrange, em sua totalidade, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44°.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2021

Do ponto de vista demográfico, a população total da região em 2021 chegou a pouco mais de 29 milhões de habitantes (IBGE). Internamente, os estados amazônicos mais populosos, por ordem decrescente, são: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Em termos absolutos, os estados que, em 2018, apresentaram menores contingentes populacionais, em ordem decrescente, foram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

No que se refere às suas características naturais, a região, por sua extensão territorial, apresenta uma diversidade de ecossistemas, traduzidos por diferentes tipos de vegetação, clima e solo. Tem como unidades fitogeográficas predominantes áreas de florestas (floresta ombrófila, floresta estacional) combinadas com cerrados e outros tipos de vegetação.

Desta forma, a Sudam atua em mais da metade do território nacional, considerando as riquezas naturais com diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região. Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades e instrumentos financiadores de projetos na região: FNO, governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas.

## **2.2. Estrutura organizacional e de governança**

Em 2022, foi editado pelo governo federal o Decreto nº 11.230, que aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Sudam. O Decreto adequa a atual estrutura às disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O redesenho organizacional não trouxe aumento de despesas e tem como objetivo proporcionar o fortalecimento institucional, a valorização do corpo técnico efetivo, a adequação de competências e a melhoria do desempenho da autarquia, atentando-se principalmente à Lei Complementar nº 124, de 2007, e às condições e necessidades do órgão e da região.

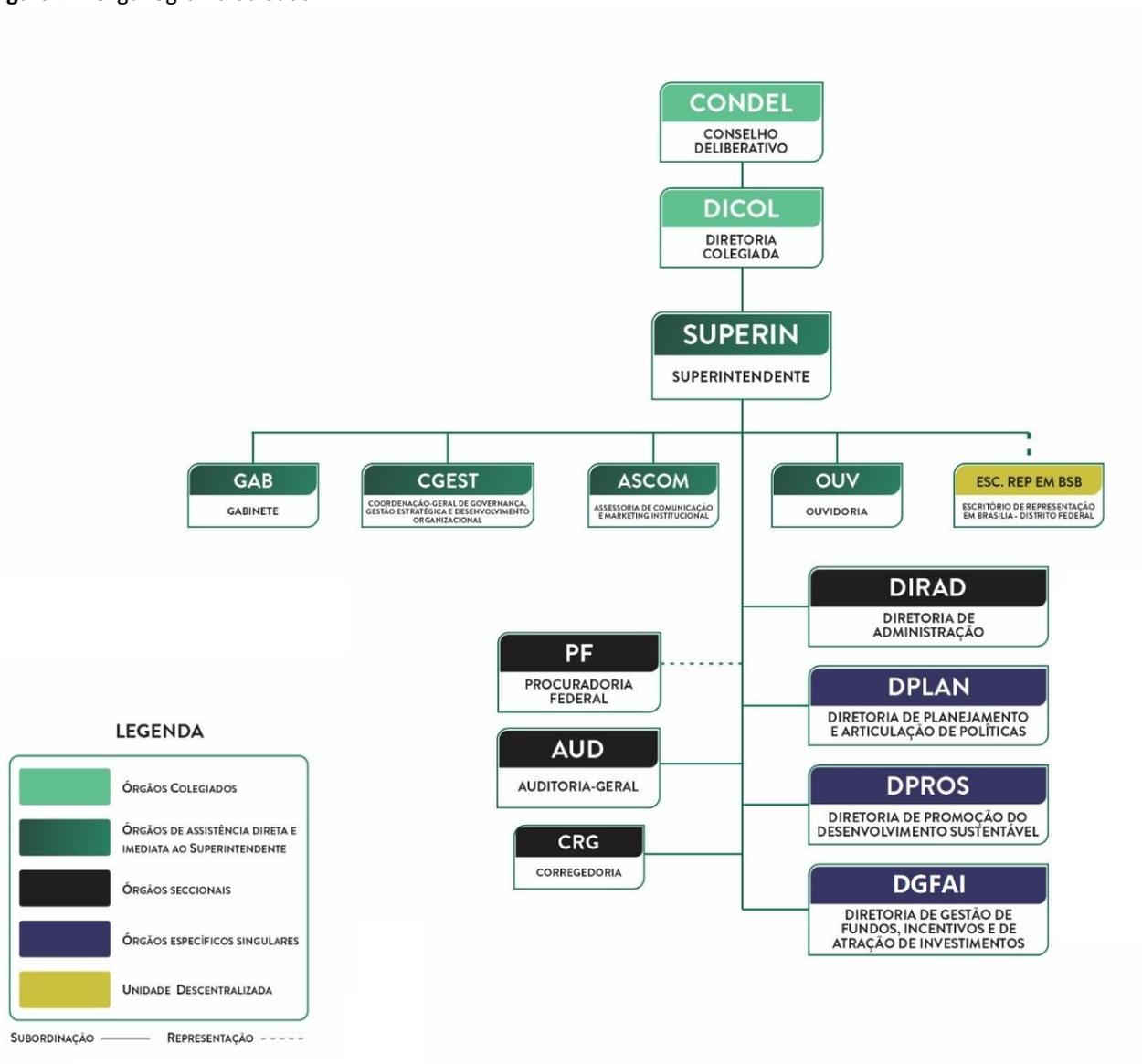
Dentre as principais mudanças, destaca-se a estruturação da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, unidade fundamental para o alcance da missão institucional da Sudam, que apesar de estar prevista na Lei de criação da autarquia, não possuía estrutura ativa.

### **2.2.1. Organograma Funcional**

A Sudam tem sua estrutura organizada da seguinte forma:

- **Órgãos colegiados:** Conselho Deliberativo – CONDEL e Diretoria Colegiada – DICOL;
- **Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:** Gabinete; Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional; Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; e Ouvidoria;
- **Órgãos seccionais:** Procuradoria Federal, Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada, Corregedoria e Diretoria de Administração;
- **Órgãos específicos singulares:** Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas; Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos.
- **Órgão descentralizado:** Escritório de Representação em Brasília;

Figura 2 – Organograma da Sudam



Fonte: Sítio Institucional da Sudam

### 2.2.2. Diretoria Colegiada

O quadro de dirigentes da Sudam é composto pelo Superintendente e pelos diretores das áreas de Administração; Planejamento e Articulação de Políticas; Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, conforme perfis abaixo:

#### Superintendente



Paraense, natural de Terra Alta, **Paulo Roberto Galvão da Rocha** iniciou sua vida política como militante do movimento sindical. Sindicalista com formação em artes gráficas e fundador do partido dos trabalhadores no estado do Pará. Foi deputado federal por cinco mandatos e, em 2014, elegeu-se senador da república. Filho de pai lavrador e mãe professora primária, começou a trabalhar desde cedo para ajudar a cuidar dos dezessete irmãos.

Morou durante dez anos na Escola Salesiana do Trabalho, onde com suas mãos ajudou a construir àquela escola e se tornou instrutor de artes gráficas. Com gestão elogiada à frente da presidência do Sindicato dos Gráficos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estadual, é também conhecido por seu perfil de grande articulador no Congresso Nacional. No decorrer dos cinco mandatos como deputado federal, foi líder da bancada do PT, presidente das Comissões de Trabalho e da Amazônia e coordenador, em diferentes momentos, das bancadas de deputados do Pará e da Amazônia. É autor de inúmeras proposições legislativas e onze se transformaram em lei. Entre elas, a que cria o seguro-defeso, a que regulamenta a profissão dos agentes comunitários de saúde, a que combate o trabalho escravo e a Lei Paulo Gustavo, destinando R\$ 3,8 bilhões ao setor cultural do país.

#### Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DPLAN)



**Jorgiene Oliveira** é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, pesquisadora visitante em Freie Universität, na Alemanha, cidade de Berlim; é mestre em Planejamento Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e possui graduação em Ciências Sociais, títulos obtidos pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

É professora da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, na qual também atuou como Diretora do Campus de Alenquer, presidente da Comissão de Normas e Legislação, presidente do Conselho Editorial da EDUFOPA e presidente da Comissão Própria de Avaliação. Atuou como gerente administrativo da Companhia Docas do Pará (CDP), foi coordenadora do Núcleo de Planejamento da Secretária de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará e assessora do Governo do Estado do Pará. Atuou também como consultora das Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Possui vasta experiência em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional relacionado aos temas: Políticas públicas, Planejamento e Desenvolvimento Regional e Governança. Lançou livro sobre o instrumento de Participação Popular: Orçamento Participativo.

### Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (DPROS)



**Aharon Alcolumbre** é graduado em Ciências Econômicas e em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda, ambas as graduações pela Universidade da Amazônia - UNAMA. Também tem graduação em Direito, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão pública e empresarial, cursou MBA em Gestão Estratégica de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. É especialista em Comércio Exterior e cursou Estudos de Política e Estratégia, pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG.

Atuou como secretário parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá – Alap e gerente de Projetos do Governo do Estado do Amapá. Atuou ainda como oficial de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

### Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)



**Jorge Frota Pereira Junior** é bacharel em administração. Possui curso pela Associação Internacional de Educação Continuada. Gestor em controle interno, liderança e gestão Project Finance para IFDS (International Financial Date Service). Servidor de carreira há dezoito anos no Banco da Amazônia atuando em várias regiões como Belém e Santarém.

## Diretoria de Administração (DIRAD)



**Wilson Luiz Alves Ferreira** é formado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá, Wilson Ferreira foi Diretor Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará, consultor em gestão estratégica, governamental, planejamento estratégico de organizações públicas e privadas, desenvolvimento de equipes, liderança e competências gerenciais. Atualmente como Diretor de Administração da Sudam, tem como missão o resgate da valorização dos servidores que contribuem significativamente para o que os instrumentos de ação da Autarquia cheguem ao seu público-alvo.

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional, o Comitê de Governança Digital, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação, a Corregedoria, o Comitê Interno de Governança, a unidade de Ouvidoria, a Unidade de Gestão da Integridade e a Comissão de Ética.

O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias:

**Quadro 1** – Estruturas de Governança

Estrutura	Normativo
Conselho Deliberativo	Decreto nº 11.230/2022 (art. 8º e 9º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 11.230/2022 (art. 10º e 11º)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 11.230/2022 (art. 14º)
Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional	Regimento Interno (Art. 9º)

Comitê de Governança Digital	Portaria n° 001/2022
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria n° 003/2022
Corregedoria	Decreto n° 11.230/2022 (art. 15)
Comitê Interno de Governança	Portaria n° 78/2023
Unidade de Ouvidoria	Decreto n° 11.230/2022 (art. 12º)
Unidade de Gestão da Integridade	Ato Ad Referendum n° 02/2020
Comissão de Ética	Portaria n° 113/2008

**Fonte:** CGEST/SUDAM, 2024

### 2.3. Rol de Responsáveis

O rol de responsáveis pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>.

### 2.4. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Sudam, em nível agregado, é um instrumento visual que objetiva dar melhor compreensão da relação entre vários macroprocessos de trabalho da instituição e a percepção da operacionalização dos mesmos, como fatores geradores dos benefícios à sociedade.

Na base da Cadeia de Valor, estão dispostas as funções de Governança, Gestão e Suporte, conjuntos de atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Acima, estão as funções finalísticas, as quais correspondem às competências fundamentais da Sudam: Planejamento, Articulação e Fomento. Através da execução de tais funções, são gerados os benefícios tangíveis e/ou intangíveis direcionados à sociedade, a qual se constitui a maior beneficiária das ações da Sudam, culminando, assim, no alcance da missão institucional.

**Figura 3 – Cadeia de Valor**



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

## 2.5. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

A seguir, elencamos resumidamente os principais processos de trabalho da Sudam, conforme sua Lei Complementar.

### 2.5.1. Transferências Voluntárias

No âmbito das transferências voluntárias, os convênios representam o compromisso da Sudam em investir em regime de mútua cooperação nos projetos apresentados pelos governos estaduais e municipais, com vistas a executar o Orçamento Geral da União, regulamentado por um conjunto

de dispositivos constitucionais, legais e normativos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, Decreto nº 11.531, de 2023, e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Na figura de concedente, a Sudam celebra convênios para a execução de projetos que visem ao fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivas, melhoramento da infraestrutura urbana e rural, oferta de serviços, entre outros. Os recursos aplicados nesses empreendimentos são previstos no Orçamento Geral da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do orçamento próprio da Autarquia, bem como, em significativo volume, provenientes de emendas parlamentares.

Dentre os convênios celebrados com a Sudam, destacam-se os seguintes objetos: aquisição de máquinas e/ou equipamentos, eletrificação rural, pavimentação/construção de vias, construção/reforma de feiras e mercados e sistemas de abastecimento de água.

Maiores informações a respeito dos convênios e transferências voluntárias podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>.

### **2.5.2. Incentivos Fiscais**

Os incentivos fiscais são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos cujas atividades são consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico regional da Amazônia Legal reduzindo a carga tributária e promovendo a melhoria da competitividade das empresas. Este instrumento beneficia a sociedade com a melhoria na competitividade empresarial na região, abrindo espaço para abertura e geração de emprego e renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Tem como público-alvo empresas situadas na Amazônia Legal.

Possuem três modalidades, sendo Redução de 75% do imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Isenção do IRPJ (destinado a atividades voltadas e incluídas no programa de inclusão digital do Governo Federal); e Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Além disso, possui como estratégia de implementação o enquadramento da empresa no atendimento dos requisitos legais do regulamento dos incentivos fiscais.

Maiores informações a respeito dos incentivos fiscais administrados pela Sudam podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>.

### **2.5.3. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA**

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme Decreto nº 10.053 de 9 de outubro de 2019 e Resolução Condel/Sudam nº 82, de 16 de dezembro de 2019, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Competindo ainda ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O FDA é destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na Amazônia Legal, na área de atuação da Sudam.

Maiores informações a respeito do FDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>.

#### **2.5.4. Fundo Constitucional do Norte - FNO**

O FNO tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual – PPA para a Amazônia, levando em consideração a realidade ambiental da região.

Este fundo tem como foco promover maior efetividade na aplicação dos recursos de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda, tendo como público-alvo os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para o consumo da população e projetos sustentáveis; além de estudantes do Programa de Financiamento Estudantil – FIES.

Maiores informações a respeito do FNO podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>.

#### **2.5.5. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA**

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA é o instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O objetivo geral do plano é ser um instrumento de planejamento capaz de promover a redução das desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.

Maiores informações a respeito do PRDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: [Planos de Desenvolvimento — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/prda).

## 2.6. Relação com ambiente externo e clientes

A Sudam tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, bem como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. É responsável pela execução de políticas públicas para redução de desigualdades regionais, com o propósito de minimizar os desníveis regionais, por meio de atração de investimentos, da implantação de projetos de investimentos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e ajustes.

Diante disso, necessita dispor de uma estrutura de governança, integridade, riscos e controles que possibilitem o desenvolvimento de ações e mecanismos de controle eficientes para lidar com as possíveis situações que possam prejudicar o alcance de seus objetivos.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades públicas financiadoras de projetos na região, a exemplo de outros bancos federais e estaduais, os quais também ofertam taxas inferiores às praticadas pelo mercado privado. No entanto, os fundos administrados pela Sudam (FNO e FDA) conseguem em algumas de suas modalidades disponibilizar recursos com taxas ainda menores, inferiores ao custo de captação do Tesouro, em função de serem instrumentos da PNDR e possuem redutores regionais no cômputo da taxa final cobrada do mutuário.

A Sudam atua, ainda, na articulação com os stakeholders no nível federal, estadual e municipal, setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e a sociedade em geral para elaborar programas e projetos especiais prioritários estratégicos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a PNDR e PRDA, bem como na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais APLs, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

Ademais, a Sudam possui uma Ouvidoria, integrante da Rede Nacional de Ouvidorias, que recebe continuamente manifestações dos usuários através da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, gerenciado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União - CGU. Em 2023, o tempo médio de resposta ao usuário foi de 18 (dezoito) dias contínuos, dentro do prazo limite de 30 (trinta) dias estipulado pelas Leis nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Todavia, a Ouvidoria vem empregando estratégias e iniciativas para a redução desse tempo, principalmente com a adoção, já em 2024, da tramitação interna exclusivamente pelo Fala.BR das manifestações feitas por este canal.

A Ouvidoria vem disponibilizando, anualmente, pesquisa de satisfação com intuito de avaliar a qualidade e o tempo de atendimento das manifestações. Em 2022, o atendimento sinalizou bons níveis de satisfação dos usuários. Como exemplo, 71,42% dos consultados, consideraram boa à excelente a qualidade do atendimento prestado pela Sudam, enquanto que 28,58% apontaram como regular. Outra variável se refere ao tempo de atendimento das respostas ao usuário. Nesta, verificou-se que a maioria dos manifestantes, ou seja, 62% ficaram satisfeitos a muito satisfeitos com o prazo de atendimento, enquanto 38% justificaram insatisfeitos. A pesquisa de 2023 está em processo de tabulação.

No que diz respeito ao sistema e-Agendas, foi finalizado o cadastramento dos servidores (Superintendente, Chefe de Gabinete, Diretores e seus respectivos assessores) na plataforma, os quais deverão registrar seus compromissos públicos, viagens e hospitalidades (caso houver). O novo Sistema, que é de uso obrigatório pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, permite o registro e a divulgação, de forma padronizada e integrada, das Agendas de Compromissos Públicos de autoridades, favorecendo assim o exercício do controle social.

Outra ferramenta é o Sistema de Transparência Ativa (STA), elaborado pela Controladoria Geral da União - CGU, que tem como escopo garantir transparência e o cumprimento da padronização dos sites oficiais, quanto às suas informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI).

Ressalta-se ainda a importância da Carta de Serviços ao usuário, atualizada anualmente, ferramenta imprescindível para a divulgação dos serviços ofertados pela Sudam, na qual são discriminados os setores técnicos responsáveis, meios de contato, links, horário de funcionamento, dentre outras informações necessárias para o atendimento satisfatório do usuário cidadão.

Além disso, a Ouvidoria está apta a receber demandas por outros meios de ingresso, como e-mail, caixas coletoras e telefone. As manifestações, também conhecidas como demandas, são classificadas como: acesso à informação, denúncia, reclamação, solicitação, sugestão, elogio e simplifique.

A Ouvidoria da Sudam é responsável, também, pelo recebimento e resposta das manifestações dos agentes econômicos e suas entidades representativas relacionadas ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), conforme disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Maiores informações a respeito da Ouvidoria da Sudam podem ser consultadas no sítio eletrônico da instituição por meio do link: [https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam](https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam).

## 2.7. Capital social e participação em outras sociedades

A Sudam não detém participação em outras sociedades.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA possui participações acionárias nas empresas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. – LMTE – e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. – LXTE. Informa-se que foi alterada a denominação social da holding controladora das empresas LXTE S.A e LMTE S.A., antes IEP - Isolux Energia e Participações S.A., cuja nova razão passou a ser Gemini Energy S.A., conforme informado pela Starboard Asset à Sudam e ao Banco da Amazônia S.A., via Ofício de 14/02/2020.

As conversões de debêntures em ações foram aprovadas pelo agente operador Banco da Amazônia S.A. com a anuência da Sudam, conforme detalhado no quadro de demonstração das atuais composições acionárias.

**Quadro 2** – Composições Acionárias FDA

Empresas	Acionistas	Capitais Sociais	Participações
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ 632.529.094,00	83,33%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA		16,67%

<b>Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.</b>	Gemini Energy S.A.		85,04%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	R\$ 662.013.209,00	14,96%

Fonte: Parecer GERAC-COIND 2018/0138, de 07/10/2019 – Banco da Amazônia S.A.

### 3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Visando uma gestão integrada e que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos aliado aos valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão junto à Controladoria Geral da União determinaram, por meio da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, que órgãos e entidades públicas do governo federal instituíssem, entre outras medidas, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles.

Com a finalidade de atender essa Instrução Normativa, a Sudam instituiu, por meio da Portaria nº 310/2019, o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles - CGIRC, de caráter deliberativo e instância de governança estratégica, tendo como integrantes o Superintendente, que o preside, e os titulares das Diretorias de (Planejamento e Articulação de Políticas; Administração; e Gestão de Fundos, de Incentivos e Atração de Investimentos).

A partir da instituição do Decreto nº 11.230, de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e remanejou e transformou cargos em comissão e funções de confiança, a Sudam iniciou uma transição em seu modelo de Governança, a fim de aprimorar sua estrutura de instâncias internas, para uma melhor gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, prospectando o fortalecimento dos pilares institucionais que darão suporte aos valores e à atuação da Autarquia ao exercer sua importante missão voltada para a promoção do desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

Como forma de viabilizar estas melhorias na Governança, foi estabelecida a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST, vinculada à Superintendência. O estabelecimento desta nova unidade administrativa objetivou fortalecer o poder de gestão e governança, para que a atuação não se limite a um mecanismo de controle interno, e sim, na coordenação de todo o ciclo, desde a Gestão de Processos, Gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, compondo a 2ª Linha de Defesa.

Considerando a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de governança, de riscos e de controles internos na Sudam, a CGEST iniciou a revisão dos instrumentos vigentes na autarquia a respeito destas temáticas.

Assim, através da Portaria nº 78, de 28 de dezembro de 2023, foi instituído o Comitê Interno de Governança - CIGOV da Sudam, em substituição ao Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles – CGIRC, pois, entende-se que o Comitê Interno de Governança representa um elemento primário para o aprimoramento das ferramentas de governança da Sudam. O Comitê passou a ser composto pelos membros da Diretoria Colegiada, pelo Chefe de Gabinete, pelo Ouvidor e pelo Coordenador-Geral da Coordenação de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional.

Em 2024, está prevista a revisão dos seguintes documentos:

- Política de Governança, Integridade, Riscos e Controles;
- Declaração de Appetite a Risco;
- Plano de Integridade;
- Plano de Governança, Riscos e Controles;
- Cartilha do Programa de Integridade.

Para consultar os documentos relacionados à Governança, Integridade, Riscos e Controle da Sudam, acessar o link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.

A Auditoria-Geral, como Unidade integrante da Estrutura da Governança institucional, atuou na Auditoria Interna, em diversos processos, inclusive na modernização dos processos organizacionais e no fortalecimento dos mecanismos de governança institucional. Os processos são selecionados de acordo com a Matriz de Identificação de Eventos de Riscos que norteia os planos de auditoria. Análise de consultas prévias do FDA, Elaboração, Implementação, monitoramento e avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA e Celebração, liberação de recursos, monitoramento, execução e prestação de contas de convênios são alguns exemplos de auditorias internas voltadas à verificação de processos organizacionais.

Diante das recomendações feitas pela Auditoria-Geral em anos anteriores e do Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2024, a CGEST atuou durante o final de 2022 na construção de uma Metodologia de Gestão de Processos para a Sudam, a qual foi aprovada em 2023 pela Diretoria Colegiada. Destaca-se que a gestão de processos vem ao auxílio do trabalho desenvolvido no âmbito da Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos, tendo em vista que seus insumos fornecerão grande parte do material necessário para o entendimento das atividades institucionais e desenvolvimento das etapas necessárias ao gerenciamento dos riscos. Assim, foi incluída na metodologia a identificação de riscos presentes nos processos durante a etapa de mapeamento.

A 1ª etapa da Metodologia de Gestão de Processos foi iniciada no final de 2023 com a identificação dos processos das unidades e culminará na elaboração da Carteira de Processos Prioritários da Sudam, que tem como objetivo catalogar os processos estratégicos da Sudam e que serão mapeados pela unidade coordenadora deste trabalho, a CGEST. Em seguida, será elaborado um cronograma, dividido em ciclos anuais, para a execução da referida carteira. Espera-se que o primeiro ciclo de mapeamento seja realizado em 2024.

### **3.1. Principais riscos e oportunidades identificados**

A partir da revisão dos documentos que compõem o arcabouço normativo interno referente à Gestão de Riscos, Integridade e Controle, a Sudam iniciará as ações para a identificação e avaliação dos riscos existentes na instituição. Entretanto, os trabalhos realizados nos últimos anos na autarquia pelas unidades responsáveis permitiram a identificação de alguns riscos, que, em parte dos casos, é comum a vários órgãos da administração

pública: cortes ou alterações orçamentárias, redução do quadro de servidores, mudanças nas legislações, perda de gerência sobre instrumentos de ação e não renovação dos incentivos fiscais.

Para lidar com esses riscos, a Sudam tem buscado realizar parcerias com outras organizações públicas e privadas para inserir a instituição não apenas nas discussões afetas aos temas relacionados com sua missão institucional, mas também com vistas a otimizar seus instrumentos de maneira a executá-los e direcioná-los para que tenham maior efetividade junto à população que vive na Amazônia, seja por meio da revisão de seus projetos na carteira do PRDA, seja na proposição de novos projetos, ou ainda com a revisão de processos com vistas ao aprimoramento.

Em 2023, a Sudam elaborou Matriz de Risco para a implementação do PRDA 2024-2027, na qual foram identificados 7 (sete) riscos-chave e suas causas e consequências. Ademais, foi realizada a avaliação destes riscos pelos critérios de probabilidade e impacto e, por fim, estabelecida a devida resposta para cada, conforme Figura 4.

Para os próximos anos, a Sudam encontra-se frente a oportunidades de grande relevância, com destaque para o aumento dos esforços de cooperação entre os entes subnacionais, o que oportuniza maior atuação em prol do fortalecimento das capacidades governativas na Amazônia, e também a intensificação de investimentos nacionais e internacionais na região, o que pode proporcionar novas parcerias e vínculos desta Superintendência. Ademais, os avanços na área de tecnologia e inovação oferecem melhores possibilidades para a utilização das potencialidades da região e para o seu desenvolvimento sustentável.

**Figura 4** – Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027.

DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO			Resposta ao risco	
Causa	Risco-chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de risco inerente		
Insuficiência de recursos dos agentes envolvidos.	Não implantação de projetos do PRDA 2024-2027	Projetos não executados	5	10	50	RA	Compartilhar
Ausência de sistema de gerenciamento dos projetos do PRDA.	Carência de informações acerca da implantação dos projetos.	Monitoramento inadequado	5	3	15	RM	Mitigar
Falta de apoio político no Congresso à aprovação da lei do PRDA.	Não aprovação do PRDA no Congresso Nacional	Fragilização do instrumento perante os demais atores da região	7	7	49	RA	Mitigar
Fragilidades das estruturas de governança da região	Desalinhamento entre planejamento e implementação do PRDA	Influência negativa na avaliação da efetividade das ações	6	7	42	RA	Mitigar
Volatilidade da economia nacional e mundial	Ambiente econômico recessivo	Dificuldade na implementação de ações e obtenção de recursos	2	5	10	RB	Aceitar
Modificações legais (Reforma Tributária)	Diminuição de recursos dos instrumentos de financiamento da PNDR	Redução do número de entregas do PRDA	6	8	48	RA	Mitigar
Governança que não considera equidade como princípio	Desatenção, tratamento inadequado e exclusão de segmentos específicos do público atendido.	Resultados alcançados com baixa equidade	3	5	15	RM	Mitigar

<b>Legenda:</b>	<b>RE = Risco Extremo</b>	<b>RA = Risco Alto</b>	<b>RM = Risco Médio</b>	<b>RB = Risco Baixo</b>
-----------------	---------------------------	------------------------	-------------------------	-------------------------

Fonte: PRDA 2024-2027

### **3.2. Desafios e Perspectivas**

A Sudam deve reforçar o diálogo com os governadores da sua área de atuação e com as representatividades que compõem o Conselho Deliberativo, de modo que seja possível aproximar os esforços da Sudam às necessidades emergentes dos efeitos econômicos, sociais e institucionais das realidades locais, setoriais e regional abrangidas pela instituição. Da mesma forma, a aproximação da sociedade, do público-alvo das políticas públicas, dos servidores, colaboradores e demais parceiros institucionais através do reforço aos canais de comunicação e interação e de unidades como a Ouvidoria e a Corregedoria, ratifica-se o compromisso de colaboração e fomento de políticas, programas, projetos e ações que promovam a continuidade do desenvolvimento socioeconômico sustentável e da inclusão social.

Pretende-se, ainda, implementar melhorias na estrutura administrativa e no funcionamento sistemático da governança e da gestão de riscos, em nível tático, e nos processos da Sudam, em nível operacional. Trazer maior eficiência administrativa para os procedimentos e controles internos e efetividade nos resultados para sociedade e partes interessadas são alguns dos objetivos do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), ao qual a Sudam aderiu em 2021 e avançou em sua execução ao longo de 2023.

Em 2024, a Sudam deverá elaborar seu novo Planejamento Estratégico Institucional - PEI, visando o estabelecimento de sua estratégia para os próximos anos. A partir da avaliação do atual planejamento e de uma construção que será coletiva, considerando o atual contexto em que a autarquia está inserida, espera-se definir um novo plano que direcione a Sudam para o cumprimento de sua missão e de seus objetivos, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos, e alinhado aos anseios da sociedade amazônida.

## **4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**

### **4.1. Planejamento e cumprimento da missão**

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a Sudam elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2021 a 2024.

A construção deste Planejamento Estratégico contou com a contribuição de representantes de todas as unidades da Sudam, sendo aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 05 de novembro de 2021.

Em sua identidade institucional, a Sudam apresenta como missão “Promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”. Possui, ainda, como visão de futuro o objetivo de “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”, com base nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Para a materialização da missão e visão institucionais, a Sudam dispõe em seu planejamento estratégico de 6 (seis) artefatos essenciais: Cadeia de Valor Simplificada, Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Entregas Estratégicas e Plano de Ação. O documento contendo o

Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024 encontra-se disponível no sítio institucional por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>.

Instituído o Planejamento Estratégico, faz-se necessário acompanhar sua execução ao longo do período de vigência, visando avaliar o cumprimento das metas e objetivos estratégicos estabelecidos, bem como identificar possíveis falhas de forma tempestiva e oportunidades de melhorias, permitindo que a Organização possa efetuar os ajustes necessários no tempo certo.

Para isto, a instituição tem realizado o monitoramento deste planejamento por meio da elaboração de relatórios contendo os resultados alcançados pelas unidades, com o objetivo de subsidiar a alta administração de informações a respeito da execução das ações planejadas e do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos. Os relatórios de monitoramento de 2021 e 2022 encontram-se disponíveis no sítio institucional, no link acima, e o referente ao ano de 2023 encontra-se em tramitação interna para ser submetido à apreciação da Diretoria Colegiada da autarquia.

Considerando o fim da vigência do atual Planejamento Estratégico em 2024, a Sudam deverá dar início neste exercício aos trabalhos de elaboração do próximo planejamento da autarquia para os próximos quatro anos.

Figura 5 – Mapa Estratégico Sudam 2021-2024



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

## 4.2. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores e metas de desempenho do exercício

Os objetivos estratégicos constituem-se em fins a serem alcançados por uma determinada organização para o cumprimento de sua missão e atingimento de sua visão de futuro. Desta forma, é o detalhamento dos desafios a serem superados dentro de um período de tempo determinado pela própria organização. Constituem-se, ainda, como a ligação entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico.

De acordo com o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024, foram definidos 20 (vinte) objetivos estratégicos, organizados em 5 (cinco) perspectivas. Para cada objetivo estratégico, foram elaborados indicadores e metas para cada exercício. No quadro a seguir, apresenta-se o Painel de Desempenho Estratégico da Sudam com os resultados alcançados até 2023:

**Quadro 3** – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

Perspectiva Impacto Socioeconômico					
Objetivo Estratégico	Entregas Estratégicas	Unidade Responsável	Indicadores	2023	
				Meta Anual Acumulada	Resultado Alcançado
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	3	3
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	3	2
Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPROS	Número de projetos apoiados	3	3
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO*	100%	98,87%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	66%	53,33%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais).	Celebração e/ou ampliação de parcerias, acordos de cooperação e convênios com	DPLAN	Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e	6	0

	instituições para divulgação dos incentivos fiscais		Convênios Celebrados/ampliados		
	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Pleitos com Análises Iniciais realizadas no prazo*	85%	18,28%
			Manifestações Técnicas Pós-vistorias elaborados no prazo*	85%	57,78%
	Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	DGFAI	Projetos estratégicos financiados com recursos do FDA	26	22
	Diminuição do tempo de análise de pleitos relacionados ao FDA.	DGFAI	Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA*	23,3	24,95
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPROS	Coeficiente de Bolsas (B) e/ou Equipamentos (E)	2	3,21
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPROS	Nº de Projetos Apoiados	3	3
Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPROS	Número de projetos apoiados	2	4
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação, Relatórios.	DPLAN	Quantidade de instrumentos ou documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional elaborados, apoiados ou articulados	9	9
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPROS	Percentual de atividades executadas	100%	75%

			para a elaboração do programa de CT&I		
Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	12	18
<b>Perspectiva Processos Internos</b>					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD	Índice de Execução Orçamentária*	95%	99,8%
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DPLAN	Índice de disponibilização de orçamento*	5%	130,81%
			Número de eventos internos realizados	6	9
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	40%	34%
Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de Avaliação	10	9
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	9	8
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	CGEST	Processos mapeados	34	25
<b>Perspectiva Infraestrutura e Inovação</b>					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	80%	95,50%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	80%	92,45%

	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas desenvolvidos	1	0
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	2	2
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	4	4
	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	3	4
	Modernização da Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	DIRAD	Quantidade de normas aprovadas	3	0
	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	2	2
	Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	3	4
Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Revitalização do 3º e 6º andares do Bloco C da Sudam	DIRAD	Quantidade de pavimentos reformados	1	0
	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	1000	1282,7
<b>Perspectiva Aprendizado e Crescimento</b>					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Norma que estabeleça os perfis desejáveis para ocupação de cargos de chefia por	DIRAD	Índice de Valorização*	15%	0%

servidores da Sudam. Implementação da gestão por competências. Implementação do plano de cargos dos servidores da Sudam. Implantação do programa de gestão. Capacitações.

Fonte: CGEST/SUDAM, 2024

\*Indicadores que não possuem mensuração cumulativa

Em relação à avaliação de desempenho institucional referente ao ciclo de 2023, estruturada em consonância com o Planejamento Estratégico atual (2021-2024), a Sudam obteve um resultado de 89%, conforme quadro a seguir:

**Quadro 4 – Metas Globais da Sudam em 2023**

Meta Global	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias	Peso	Resultado Alcançado
Planejar, articular e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento includente e sustentável na Amazônia	CGPLA, CGAVI, CGPAR, CGFIN, CGINF, CGINV e CGDES	60	58%
Otimizar os processos internos com foco em resultados	AUD, GAB, ASCOM, CGOFI, CLIC, CGEST, CGCON, CGEA, CGPES, CCON, PF, OUV e CPOR	20	18%
Desenvolver e valorizar o capital humano da instituição	CGPES	10	5%
Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da instituição	CGTIC, CGEA	10	8%
<b>TOTAL</b>		<b>100</b>	<b>89%</b>

Fonte: CGEST/SUDAM, 2024

### 4.3. Apoio da estrutura de governança para o cumprimento dos objetivos estratégicos

#### 4.3.1. Conselho Deliberativo – CONDEL

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- **Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia:** decorre da ocupação de cargo, ou seja, os titulares destes cargos serão efetivamente membros do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 11.230, de 2022, e no Regimento Interno do CONDEL/SUDAM.
- **Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais:** é realizada por meio de indicação das classes e prefeituras, sendo nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que ocupa a função de Presidente do CONDEL.

As informações detalhadas sobre o Conselho estão disponíveis no sítio institucional: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>.

#### **4.3.2. Diretoria Colegiada**

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei Complementar nº 124, de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 11.230, de 2022. É composta por um Superintendente que a preside e por quatro diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República.

Dentre suas competências, é responsável por assistir ao CONDEL, exercer a administração da Sudam, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da área de atuação da autarquia, consolidando propostas no PRDA; bem como elaborar relatório anual de avaliação da ação federal na área de atuação da Sudam.

#### **4.3.3. Comitê Interno de Governança - CIGOV**

O Comitê Interno de Governança, instituído pela Portaria Sudam nº 78, de 28 de dezembro de 2023, tem como objetivo proporcionar a melhoria da gestão e garantir as entregas da Sudam com base nas boas práticas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos, melhorias dos Controles Internos e Transparência no âmbito da Sudam.

O CIGOV é composto pelo Superintendente, Diretores, Chefe de Gabinete, Ouvidor e pelo Coordenador-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional. Cabe ao Comitê, dentre outras competências, promover iniciativas e adotar instrumentos que busquem implementar o acompanhamento de resultados na Autarquia, que proporcionem soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório.

#### **4.3.4. Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC**

Instância responsável pelo estudo, planejamento e controle previsto nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC. Dentre suas competências, destacam-se a assessoria na implementação de ações de segurança da informação, a participação na elaboração e proposição de alterações de normas internas de segurança da informação, bem como a deliberação sobre estas.

O CSIC é composto pelo Gestor de Segurança da Informação da Sudam, por um representante do Gabinete, por um representante de cada diretoria finalística e pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações.

#### **4.3.5. Auditoria-Geral**

A Unidade de Auditoria-Geral da Sudam tem suas competências explicitadas no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 11.230, de 2022.

Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e com a instituição do Decreto nº 11.230, de 2022, a Auditoria-Geral (AUD) encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria-Geral é exercida por uma unidade sistêmica e constituída por um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, e tem como principal finalidade o fortalecimento da gestão, com o acompanhamento de seus resultados e atos, monitorando as ações de controle, propondo melhorias e ações corretivas, além de realizar o acompanhamento do cumprimento das deliberações do TCU e das recomendações da CGU.

#### **4.3.6. Corregedoria**

Com a vigência do Decreto nº 11.230, de 2022, foi instituída a Corregedoria da Sudam, ligada diretamente ao dirigente máximo do órgão, em conformidade com o disposto pelo Sistema Nacional de Correição do Poder Executivo Federal. Dentre as competências atribuídas cabe a execução de atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito da Sudam, tais como a apuração de denúncias, instauração de processos e a atuação visando a prevenção de irregularidades, identificação de riscos e orientação aos agentes públicos sobre as infrações administrativas e como evitá-las, em parceria com as demais instâncias de integridade do órgão.

#### **4.3.7. Ouvidoria**

Tem por finalidade promover ações de atendimento junto à sociedade e aos colaboradores da Sudam. Dentre suas competências, destacam-se o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos interessados (pessoas físicas e jurídicas), objetivando: mediar situações de conflitos; fortalecer a cidadania e a democracia participativa; agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão; ampliar o espaço público à participação da sociedade civil; manter a ética e a excelência nos serviços prestados.

#### **4.3.8. Unidade de Gestão da Integridade**

A Unidade de Gestão da Integridade, auxiliar do Comitê de Governança, Integridade e Controles, constitui-se em instância com atribuições para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Sudam. Dentre as competências principais destacam-se a coordenação da implementação do programa de integridade e seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos; orientação e treinamento dos servidores da Sudam com relação aos temas vinculados à integridade; diagnosticar as unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua (re)estruturação ou fortalecimento; e propor estratégias para expansão do programa de integridade para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Sudam.

#### **4.3.9. Comissão de Ética**

Atua como instância consultiva dos dirigentes e dos respectivos servidores e tem como objetivo promover os princípios da conduta ética do servidor no âmbito do relacionamento e do patrimônio público. Responsável por acolher e analisar denúncias, instaurar processo de apuração, bem como de realizar diligências. Cabe, ainda, à Comissão, o estabelecimento de normas internas e procedimentos de prevenção a eventuais conflitos de interesse aos ocupantes de cargos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada.

### **4.4. Principais programas, projetos e iniciativas**

#### **4.4.1. Ações Previstas na Lei Orçamentária Anual 2023**

A gestão das ações finalísticas da Sudam, em 2023, coube à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN. Nesse sentido, o orçamento da Sudam, via Lei Orçamentária Anual – LOA 2023, foi composto pelos seguintes programas:

- 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; e
- 2219 – Mobilidade Urbana.

A LOA 2023 destinou ao orçamento da Autarquia o montante de R\$ 871.969.284,00 (dotação inicial). Desse total, 1,42% corresponde a recursos finalísticos, inclusive emendas parlamentares; 5,01% de apoio administrativo, compreendendo despesas obrigatórias e discricionárias; e 93,57% para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A distribuição dos recursos pode ser vista no gráfico a seguir.

**Gráfico 1 - Dotação Orçamentária Sudam 2023 (R\$)**



Fonte: LOA 2023

Em se tratando de orçamento discricionário (exclui-se as despesas obrigatórias de pessoal), as dotações iniciais para os processos finalístico e administrativo da Sudam foram de R\$ 12.391.262,00 e R\$ 8.892.532,00, respectivamente. Destes, no que tange ao processo finalístico, tem-se que R\$ 5.457.850,00 refere-se a emendas parlamentares alocadas no orçamento da autarquia e R\$ 6.933.412,00 a despesas finalísticas com o orçamento da própria instituição.

Ao longo do exercício, foram realizados bloqueios orçamentários no orçamento finalístico da autarquia (exclui-se as emendas parlamentares), o que ocasionou uma diminuição de dotação desse orçamento de R\$ 6.933.412,00 para R\$ 5.097.571,00. Desse último, foram efetivamente empenhados R\$ 5.080.460,03 ou 99,66% da dotação atualizada, conforme verifica-se na tabela a seguir.

**Tabela 1 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2023 (R\$)\***

<b>PROGRAMA GOVERNO</b>	<b>AÇÃO GOVERNO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>
	<b>20WQ</b> - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2.500.000,00	2.490.276,00	2.490.275,23	1.978.109,70	1.978.109,70
<b>2217</b> - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	3.433.412,00	1.718.670,00	1.718.669,80	519.397,00	0,00
	<b>4542</b> - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	1.000.000,00	888.625,00	871.515,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>6.933.412,00</b>	<b>5.097.571,00</b>	<b>5.080.460,03</b>	<b>2.497.506,70</b>	<b>1.978.109,70</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

\*Situação até 31/12/2023.

Com relação às Emendas Parlamentares, a Sudam tinha uma previsão orçamentária, conforme a LOA 2023, de R\$ 5.457.850,00, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 2.199.432,00 de Emenda parlamentar individual – Ação 00SX;
- R\$ 3.258.418,00 de Emenda parlamentar individual – Ação 00T1.

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a 02 (duas) ações orçamentárias: 00SX e 00T1 (conforme Tabela 2). Ao final do exercício, a dotação atualizada foi menor do que a inicial, pois houve remanejamento dos recursos destinados à ação 00T1 para outro órgão, a pedido da autora da emenda. Os recursos alocados no Programa 2217 - Ação 00SX foram para apoio a projetos no âmbito do Estado do Pará. Os detalhes acerca da dotação e execução orçamentária podem ser vistos na tabela a seguir.

**Tabela 2 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2023 (R\$)\***

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>2217</b> - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	<b>00SX</b> – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.199.432,00	2.199.432,00	2.191.432,00	0,00	0,00
<b>2219</b> – Mobilidade Urbana	<b>00T1</b> – Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	3.258.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>5.457.850,00</b>	<b>2.199.432,00</b>	<b>2.191.432,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

\*Situação até 31/12/2023.

No exercício de 2023, o orçamento finalístico próprio da Sudam apresentava o montante de R\$ 21.785.253,88 inscritos em Restos a Pagar (RP), processados e não processados. Esses recursos estavam no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, no Programa 2052 - Pesca e Aquicultura e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em sete ações orçamentárias: 20WQ, 214S, 6553, 7K66, 8902, 20NE e 4542 (Tabela 3). Ao longo do ano, a Sudam pagou o total de R\$ 5.595.708,58 referentes a RP de seu orçamento próprio.

**Tabela 3 - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2023 (R\$)\***

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC. E NÃO PROC.)
<b>2029</b> - Desenvolvimento Regional e Territorial	<b>20WQ</b> - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	1.029.000,00	0,00	0,00	1.029.000,00
	<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	14.782.394,34	1.037.830,25	3.342.331,09	10.402.233,00
	<b>6553</b> - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	1.900.000,00	0,00	1.813.480,99	86.519,01

	<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	436.944,60	193.244,60	0,00	243.700,00
	<b>8902</b> - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	1.772.018,44	1.334.000,00	0,00	438.018,44
<b>2052</b> - Pesca e Aquicultura	<b>20NE</b> - Apoio a Projetos de Pesquisa e Capacitação de Recursos Humanos nas Fases da Cadeia Produtiva da Pesca	108.000,00	108.000,00	0,00	0,00
	<b>20WQ</b> - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	391.000,00	0,00	391.000,00	0,00
<b>2217</b> - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	1.080.925,00	0,00	0,00	1.080.925,00
	<b>4542</b> - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	284.971,50	0,00	48.896,50	236.075,00
<b>TOTAL</b>		<b>21.785.253,88</b>	<b>2.673.074,85</b>	<b>5.595.708,58</b>	<b>13.516.470,45</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

\*Situação até 31/12/2023.

Ainda com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2023 com um volume de R\$ 123.916.051,75 em restos a pagar inscritos, processados e não processados, e pagou, desse montante, o total de R\$ 29.095.448,53 (Tabela 4). Os recursos de restos a pagar inscritos estavam alocados no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em seis ações orçamentárias: 214S, 7K66, 8902, 00SY, 10T2 e 20NK, com destaque para a Ação 10T2, que detinha um valor total de R\$ 84.064.676,65 – correspondendo a um percentual de aproximadamente 68% do total de RP inscritos. Ao final do exercício, restou um estoque de R\$ 86.705.601,43 de RP a pagar.

**Tabela 4 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2023 (R\$)\***

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	9.075.052,60	231.294,84	0,00	8.843.757,76
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	1.372.944,78	1.372.944,78	0,00	0,00
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	6.264.197,71	2.889.331,03	2.499.631,39	875.235,29
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	2.900.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00
	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	84.064.676,65	0,00	19.320.345,80	64.744.330,85
	20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	12.925.868,31	1.830.881,35	4.427.995,06	6.666.991,90
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	6.713.311,70	1.790.549,79	2.247.476,28	2.675.285,63
<b>TOTAL</b>		<b>123.916.051,75</b>	<b>8.115.001,79</b>	<b>29.095.448,53</b>	<b>86.705.601,43</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

\*Situação até 31/12/2023.

Em relação à execução orçamentária e financeira, registra-se que o ano de 2023 apresentou diversas dificuldades, iniciando pela vacância nos cargos da alta gestão da Sudam durante parte do primeiro semestre, o que impactou a execução de projetos finalísticos da Instituição, dificultando a execução do planejamento institucional e prejudicando parcialmente a execução de projetos para a sociedade.

Apesar disso, há que se destacar que mesmo com um cenário fiscal desafiador, a redução das taxas de juros no país favoreceu a realização de investimentos produtivos, impactando positivamente a execução do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, que teve um volume de despesas empenhadas de R\$ 638.488.060,64, ou seja, 78,25% da dotação prevista para o exercício, conforme quadro constante no anexo deste relatório.

Para 2024 em diante, é esperado um aumento nas dotações orçamentárias da Sudam, uma vez que, com a aprovação da LOA 2024, já se registra um orçamento mais robusto em relação aos dos últimos três anos, sobretudo por conta do orçamento administrativo e finalístico da autarquia. Com isso, espera-se o aumento das execuções orçamentária e financeira.

A seguir, apresenta-se a execução detalhada das Ações de Programas Finalísticos, no exercício de 2023, sob responsabilidade da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

**Quadro 5 – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2023**

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
<p><b>00SX</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado</p>	<p>A ação 00SX apresentou dotação final de R\$ 2.199.432,00, sendo empenhado o valor de R\$ 2.191.432,00 para apoio a 5 (cinco) projetos. A celebração dos convênios ocorreu próxima ao fim do exercício, sem tempo hábil para execução financeira (liquidação) em 2023, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.</p>	<p>Localizador 0015 - Relativo ao orçamento vigente em 2023, foi empenhado o montante de R\$ 2.191.432,00 para apoio a 5 (cinco) projetos de municípios do Estado do Pará:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• aquisição de veículo rodoviário para o município de Floresta do Araguaia/PA (R\$ 300.000,00);</li> <li>• aquisição de patrulha mecanizada agrícola para o município de Novo Progresso/PA (R\$ 300.000,00);</li> <li>• aquisição de maquinário para o município de Rurópolis/PA (R\$ 499.432,00);</li> <li>• aquisição de maquinário para o município de Santa Maria das Barreiras/PA (R\$ 792.000,00); e,</li> <li>• aquisição de maquinário para o município de Trairão/PA (R\$ 300.000,00).</li> </ul> <p>No entanto, não houve execução financeira (liquidação), pois a celebração dos convênios ocorreu no final do exercício de 2023.</p>
<p><b>20WQ</b> - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial</p>	<p>A ação 20WQ apresentou dotação final de R\$ 2.490.276,00, sendo empenhado R\$ 2.490.275,23 no exercício de 2023. No que diz respeito à Execução Física, informa-se que a ação 20WQ não possui meta.</p>	<p>Localizador 6000 - Relativo ao orçamento vigente em 2023, foi empenhado R\$ 2.490.275,23, dos quais foi liquidado e pago o montante de R\$ 1.978.109,70. Essa execução refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Agência Brasileira de</p>

		Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores - MRE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.
<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	A ação 214S apresentou dotação final de R\$ 1.718.670,00, dos quais foram empenhados R\$ 1.718.669,80 para apoio a 4 (quatro) projetos. O valor liquidado de R\$ 519.397,00 refere-se ao apoio a 1 (um) projeto, sendo este registrado na execução física da ação.	<p>Localizador 6000 - No orçamento vigente em 2023, houve execução financeira de R\$ 519.397,00 para apoio a 1 (um) projeto: "Validação, avaliação e transferência de tecnologias do cultivo do cacau em SAFs no Sul do Estado de Roraima", da Embrapa Roraima. O montante de R\$ 1.718.669,80 foi empenhado para apoiar 4 (quatro) projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• "Validação, avaliação e transferência de tecnologias do cultivo do cacau em SAFs no Sul do Estado de Roraima", da Embrapa Roraima (R\$ 519.397,00),</li> <li>• "Aquisição de Caminhão para Fomento das Atividades Produtivas no Município de Maracanã/PA", da Prefeitura Municipal de Maracanã/PA (R\$ 417.494,37),</li> <li>• "Reforma de Feira no Município de Maracanã/PA", da Prefeitura Municipal de Maracanã/PA (R\$ 282.037,63), e</li> <li>• "(I) Desenvolver Protocolo de Adequação do Processo Produtivo de Queijo Coalho Artesanal a ser adotado em queijarias artesanais da Bacia leiteira de Autazes ligadas à APROQUEIJO (Associação de Produtores de Queijo de Autazes) e (II) Promover adequação do LabisLeite (Laboratório de Análise de leite e derivados - da Faculdade de Ciências Agrárias), para que este se torne laboratório de referência na Região Norte na análise da sanidade, qualidade microbiológica e bromatológica de leite fluido e derivados", da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (R\$ 499.740,80).</li> </ul>
<b>00T1</b> - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	Os recursos alocados na Ação 00T1, no montante de R\$ 3.258.418,00, são oriundos de Emenda Parlamentar Individual. No período de indicação de beneficiários pelos parlamentares, a autora da emenda realizou pedido de remanejamento dos recursos para outro órgão.	-
<b>4542</b> - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	A ação 4542 apresentou dotação final de R\$ 888.625,00, sendo empenhado o valor de R\$ 871.515,00 para apoio a 2 (dois) projetos. Não houve execução financeira (liquidação) em 2023, portanto, na execução física, a meta realizada ficou zerada.	<p>Localizador 6000 - No orçamento vigente em 2023, o montante de R\$ 871.515,00 foi empenhado para apoiar 2 (dois) projetos. Os projetos apoiados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• "Aceleração de Startups com foco na biodiversidade amazônica no estado do Amapá", da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETEC do Amapá (R\$ 760.140,00), e</li> <li>• "Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros (<i>Platonia insignis</i> Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó", da Embrapa Amazônia Oriental (R\$ 111.375,00).</li> </ul>

Fonte: CGPAR/DPLAN/SUDAM, 2024

#### 4.4.2. Ações Não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS

As Ações Orçamentárias não previstas na Lei Orçamentária Anual 2023, mas que apresentaram recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, são as seguintes:

- a) **Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:** Ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas; Ação 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas; Ação 20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais; e Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado;
- b) **Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial:** Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional; Ação 6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira; Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado; e Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica.

**Quadro 6** – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2023 – Restos a Pagar (RP)

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
<b>00SY</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	Na Ação 00SY, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 2.900.000,00.	Não houve valor liquidado nem cancelado no decorrer do exercício de 2023.
<b>10T2</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	Na Ação 10T2, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 84.064.676,65. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 19.320.345,80 para pagamento de 13 (treze) projetos apoiados. Não houve valor cancelado no decorrer do exercício de 2023.	Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 451.984,61 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Revitalização de Praça Pública. Os beneficiários são os Municípios de Poconé/MT e São José do Xingu/MT.  Localizador 0015 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 639.664,36 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Construção de Terminal Hidroviário Turístico. A beneficiária é a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará.  Localizador 0241 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 2.952.736,93 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Urbanas. O beneficiário é o Estado de Roraima.

		<p>Localizador 0244 – Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 5.379.206,70 para pagamento de 6 (seis) projetos apoiados, objetivando Urbanização de Canal, Reforma do Centro de Atendimento da Ação Social, Reforma de Praça, Calçamento e Urbanização de Vias Públicas, e Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Mucajaí/RR.</p> <p>Localizador 0166 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 7.093.949,60 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Urbanização de Orla e Complexo Viário. A beneficiária é a Secretaria de Estado de Infraestrutura, do Acre.</p> <p>Localizador 0248 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 2.802.803,60 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário. O beneficiário é o Estado de Roraima.</p>
<b>20NK</b> - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	Na Ação 20NK, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023 de RP não processados foi de R\$ 600.000,00, sendo esse valor liquidado no ano.	Localizador 0173 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 600.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Construção de Rampa de Acesso ao Rio Acre. O beneficiário é o Município de Porto Acre.
<b>7K66</b> - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 7K66, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 6.713.311,70. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 2.247.476,28 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 1.790.549,79.	<p>Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 376.499,49 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Construção de Feira. O beneficiário é o Município de Poconé/MT. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 449.381,34 em restos a pagar não processados, referente a convênios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e do Município de Alto Paraguai/MT.</p> <p>Localizador 0013 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.198.996,56 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vicinal. O beneficiário é o Município de Tefé/AM.</p> <p>Localizador 0017 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 422.884,62 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Maquinário e Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola. Os beneficiários são os Municípios de Luzinópolis/TO e Ponte Alta do Tocantins/TO. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 504.091,38 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Aurora do Tocantins/TO, Maurilândia do Tocantins/TO, Pugmil/TO, Santa Rosa do Tocantins/TO e Santa Tereza do Tocantins/TO.</p>

		<p>Localizador 0240 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 249.095,61 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola. O beneficiário é o Município de Cantá/RR.</p> <p>Localizador 0170 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 424.627,00 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Sena Madureira/AC.</p> <p>Localizador 0236 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 400.000,00 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Amajari/RR.</p> <p>Localizador 0239 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 2.532,71 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Bonfim/RR.</p> <p>Localizador 0250 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 9.917,36 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Uiramutã/RR.</p>
<b>20WQ</b> – Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Na Ação 20WQ, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 1.029.000,00.	Não houve valor liquidado nem cancelado no decorrer do exercício.
<b>214S</b> - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas	Na Ação 214S, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 10.263.191,46. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 240.308,61 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 279.125,09	<p>Localizador 0001 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 240.308,61 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola. O beneficiário é o Município de Rio Preto da Eva/AM. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 47.830,25 em restos a pagar não processados, referente convênios do Estado do Acre e do Município de Rio Preto da Eva/AM.</p> <p>Localizador 0012 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 50.383,51 em restos a pagar não processados, referente convênios dos Municípios de Assis Brasil/AC e Rio Branco/AC.</p> <p>Localizador 0241 - No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 180.911,33 em restos a pagar não processados, referente convênio do Município de Caracaraí/RR.</p>
<b>6553</b> – Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	Na Ação 6553, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 1.900.000,00. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 1.813.480,99 para pagamento de 1 (um)	Localizador 0001 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.813.480,99 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Construção de Passarela, Calçada e Iluminação de Avenida. O beneficiário é o Estado do Acre.

projeto apoiado. No decorrer do exercício não houve valor cancelado.

**7K66** - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

Na Ação 7K66, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 20.265.963,35. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 5.054.675,80 para pagamento de 11 (onze) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 8.952.387,51.

Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 500.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Marcelândia/MT. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 1.607.902,47 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Brasnorte/MT, Comodoro/MT, Feliz Natal/MT, General Carneiro/MT, Nova Brasilândia/MT, Nova Canaã do Norte/MT, Novo Mundo/MT, Poxoréu/MT e União do Sul/MT.

Localizador 0014 - Valor liquidado de RP não processados de R\$ 2.398.078,32 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Eletrificação Rural. O beneficiário é o Municípios de Pacaraima/RR. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 635.818,89 em restos a pagar não processados, referente convênios dos Municípios de Amajari/RR, Bonfim/RR, Caroebe/RR, Mucajaí/RR, Normandia/RR, Pacaraima/RR e São João da Baliza/RR.

Localizador 0016 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.106.697,54 para pagamento de 4 (quatro) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Patrulha Mecanizada, Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Centro de Aceleração de Startups, Aquisição de Maquinário e Construção e Equipagem de Fábrica de Blocos Sextavados. Os beneficiários são os Municípios de Calçoene/AP, Macapá/AP, Oiapoque/AP e Vitória do Jari/AP. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 286.502,24 em restos a pagar não processados, referente convênios dos Municípios de Laranjal do Jari/AP, Macapá/AP e Porto Grande/AP.

Localizador 0021 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 20.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Via Pública. O beneficiário é o Município de São Raimundo do Doca Bezerra/MA. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 1.088.842,76 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Amapá do Maranhão/MA, Mirinzal/MA, Peritoró/MA e Santa Luzia/MA.

Localizador 0015 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 250.000,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Implantação de Microsistema de Abastecimento de Água. O beneficiário é o Município de Augusto Corrêa/PA. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 897.606,63 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Conceição do Araguaia/PA, Faro/PA, Floresta do Araguaia/PA, Monte Alegre/PA, Pacajá/PA, Pau d'Arco/PA, Piçarra/PA, Rurópolis/PA e Santarém/PA.

Localizador 0017 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 31.377,94 para pagamento de 2 (dois) projetos apoiados, objetivando Aquisição de Veículo Rodoviário e Aquisição de Maquinário. Os beneficiários são os Municípios de Carmolândia/TO e Presidente Kennedy/TO. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 1.415.635,96 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Aparecida do Rio Negro/TO, Araguaã/TO, Aurora do Tocantins/TO, Bandeirantes do Tocantins/TO, Barrolândia/TO, Cariri do Tocantins/TO, Carrasco Bonito/TO, Caseara/TO, Chapada de Areia/TO, Colmeia/TO, Dueré/TO, Fátima/TO, Formoso do Araguaia/TO, Itaporã do Tocantins/TO, Juarina/TO, Lajeado/TO, Lizarda/TO, Monte do Carmo/TO, Nova Rosalândia/TO, Palmeirante/TO, Peixe/TO, Rio dos Bois/TO, Tabocão/TO e Talismã/TO.

Localizador 0402 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 748.522,00 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Revitalização de Parque Zoobotânico. O beneficiário é o Município de Macapá/AP.

Localizador 0012 - Valor cancelado de R\$ 1.160.454,01 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Assis Brasil/AC, Bujari/AC, Capixaba/AC, Cruzeiro do Sul/AC, Feijó/AC, Mâncio Lima/AC, Manoel Urbano/AC, Marechal Thaumaturgo/AC, Rio Branco/AC, Sena Madureira/AC e Tarauacá/AC.

Localizador 0013 - Valor cancelado de R\$ 2.760,12 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Parintins/AM.

Localizador 0245 - Valor cancelado de R\$ 199,57 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Normandia/RR.

Localizador 0369 - Valor cancelado de R\$ 80.235,77 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de São Félix do Xingu/PA.

Localizador 0375 - Valor cancelado de R\$ 1.600.000,00 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de São Miguel do Guamá/PA.

Localizador 0544 - Valor cancelado de R\$ 138.095,24 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Tocantinópolis/TO.

Localizador 0757 - Valor cancelado de R\$ 38.333,85 em restos a pagar não processados, referente a convênio do Município de Turilândia/MA.

**8902 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica**

Na Ação 8902, o total de recursos em 1º de janeiro de 2023, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 6.063.897,33. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 2.499.631,39 para pagamento de 5 (cinco) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 2.251.012,21.

Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 77.913,31 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Via Pública. O beneficiário é o Município de Brasnorte/MT. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 131.055,44 em restos a pagar não processados, referente convênios dos Municípios de Aripuanã/MT, Ipiranga do Norte/MT e Santo Antônio do Leste/MT.

Localizador 0012 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.180.560,27 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Rio Branco/AC. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 556.612,19 em restos a pagar não processados, referente convênios dos Municípios de Rodrigues Alves/AC e Sena Madureira/AC.

Localizador 0017 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 68.210,35 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Lagoa do Tocantins/TO. No decorrer do exercício, houve valor cancelado de R\$ 617.067,91 em restos a pagar não processados, referente a convênios dos Municípios de Aurora do Tocantins/TO, Marianópolis do Tocantins/TO, Peixe/TO, Ponte Alta do Tocantins/TO, Riachinho/TO e Rio dos Bois/TO.

Localizador 0239 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 623.862,60 para pagamento de 1 (um) projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Bonfim/RR.

Localizador 0164 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 549.084,86 para pagamento de 1 projeto apoiado, objetivando Aquisição de Maquinário. O beneficiário é o Município de Plácido de Castro/AC.

Localizador 0021 - Valor cancelado de R\$ 214.462,67 em restos a pagar não processados, referente convênio do Consórcio CONLESTE Maranhense.

Localizador 0015 - Valor cancelado de R\$ 700.000,00 em restos a pagar não processados, referente convênio do Município de Faro/PA.

Localizador 0161 - Valor cancelado de R\$ 31.814,00 em restos a pagar não processados, referente convênio do Município de Mâncio Lima/AC.

#### **4.4.3. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA (2020 – 2023)**

Instrumento de planejamento regional que objetiva orientar a atuação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade, a partir dos preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e o cujo eixo central é a redução das desigualdades econômicas e sociais. O Plano conta com Carteira de Projetos, construída em conjunto com os estados da Amazônia Legal, e foi aprovado pelo CONDEL em 2019. Constituem eixos do PRDA 2020-2023:

- Ciência, tecnologia e inovação;
- Educação e qualificação profissional;
- Infraestrutura econômica e urbana;
- Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais;
- Fortalecimento das capacidades governativas.

#### **4.4.4. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO 2024**

Com base nas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, nos dispositivos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.636/2018 que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MIDR nº 2.252/2023, a Sudam, em conjunto com o MIDR, elaborou a proposta de diretrizes e prioridades do FNO para o exercício de 2024, que foi aprovada pelo Condel/Sudam, conforme Resolução nº 107, de 04 de agosto de 2023.

#### **4.4.5. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FDA 2024**

Com base no artigo 1º do Anexo do Decreto nº 10.053, de 2019, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2020-2023, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MDR nº 1.369, de 02 de julho de 2021, a Sudam elaborou proposta de diretrizes e prioridades do FDA para o exercício 2024, que foi aprovada pelo Condel/Sudam através da Resolução nº 108, de 04 de agosto de 2023.

#### **4.4.6. Projeto de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**

O projeto de cooperação técnica internacional - PCT “BRA/021/005 – Fortalecimento da Capacidade Técnica-Institucional da Sudam” é fruto de uma parceria entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto tem como objetivo ampliar e fortalecer, por meio de cooperação técnica, a capacidade institucional da Sudam para o cumprimento de sua missão, voltada a promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a mitigação da miséria e a redução das desigualdades intra e inter-regionais. O projeto tem como produtos:

- Produto 1 – Capacidades institucionais aprimoradas para a formulação e condução de processos de desenvolvimento regional sustentável;
- Produto 2 – Mecanismos de governança e operacionalização do PRDA fortalecidos;
- Produto 3 – Estudos especializados sobre arranjos e cadeias produtivas amazônicas para o desenvolvimento sustentável da região realizados;
- Produto 4 – Qualidade do projeto assegurada para garantir a efetividade da cooperação técnica.

A parceria permitiu a contratação de consultorias que viabilizaram a capacitação de técnicos e gestores da Sudam e de instituições regionais, além da entrega de produtos como guias de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas que favorecem a construção de políticas públicas para a região. O PCT também possibilitou a implantação do Banco de Dados da Amazônia Legal – Badam.

#### **4.4.7. Banco de Dados da Amazônia – Badam**

A sistematização da base de dados da Amazônia Legal é considerada uma ferramenta de suma importância para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas na região. Através da parceria com o PNUD, a Sudam implantou em 2023 o Banco de Dados da Amazônia – Badam, ferramenta que congrega indicadores sociais, econômicos e ambientais do Brasil e regiões, incluindo recortes definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como faixa de fronteira e regiões de baixa, média e alta renda.

Para 2024, a Sudam espera atualizar os dados da plataforma e gerar novas funções informativas. O Badam pode ser acessado no site da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/badam>.

#### **4.4.8. Programa Amazônia + Sustentável**

A Sudam participou de oficinas técnicas organizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, voltadas para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico e definição das cadeias agropecuárias e territórios prioritários que serão atendidos pelo Plano Amazônia + Sustentável. As oficinas de mapeamento de cadeias produtivas na Amazônia vêm ocorrendo desde 2022 e, em 2023, a autarquia esteve presente na Oficina no Amazonas. Também foi proposto a assinatura de Protocolo de Intenções entre a Sudam e MAPA no intuito de intensificar as ações conjuntas destes parceiros no território amazônico.

#### **4.4.9. Diálogos Amazônicos**

A Sudam participou do evento Diálogos Amazônicos, realizado em Belém-PA, de 04 a 06 de agosto de 2023. O evento reuniu um conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada com o objetivo de pautar a formulação de novas estratégias para a região. Envolveu, desde a sua organização, representantes de entidades, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais, do Brasil e demais países amazônicos.

O evento integrou a programação da Cúpula da Amazônia, realizada nos dias 08 e 09 de agosto de 2023, em Belém-PA, e seus resultados foram apresentados por representantes da sociedade civil aos líderes reunidos na Cúpula. As atividades foram divididas entre plenárias (organizadas pelo Governo Federal, com ampla participação social) e atividades auto-organizadas por entidades da sociedade civil, academia, centros de pesquisa e agências governamentais. A sede da Sudam foi um dos locais de realização de diversas atividades auto-organizadas do evento.

#### **4.4.10. Acordo de Cooperação Técnica Sudam e Suframa**

Em continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Sudam e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, em 2021, para articulação, promoção, elaboração e execução dos programas e projetos de interesse comum, no cumprimento da missão de ambas as instituições, foi firmado o primeiro termo aditivo, em 2023, alterando as metas do Plano de Trabalho, a fim de permitir uma melhor execução destas.

Ainda em 2023, a Sudam disponibilizou à Suframa acesso a uma plataforma com um conjunto de dados econômicos, sociais e ambientais denominada "Banco de Dados da Amazônia Legal - Badam" fruto da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Publix para o Desenvolvimento da Gestão Pública Ltda. A Suframa poderá sugerir a inclusão de dados na plataforma.

#### **4.4.11. Moção de Apoio aos Arquipélagos do Marajó/PA e Bailique/AP**

Foi aprovada a Resolução Condel/Sudam nº 111, de 04 de agosto de 2023, que trata da Moção apresentada pelo Superintendente da Sudam, recepcionada dos Movimentos Sociais Iamary, Instituto Marajó, Marajó Forte e Todos Juntos na Mesma Canoa, que tem por objetivo a definição do Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará, e do Arquipélago de Bailique, localizado no Estado do Amapá, como prioridades espaciais para fins da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os arquipélagos do Marajó e Bailique enfrentam uma situação socioeconômica de pobreza, vulnerabilidade social e de dificuldades enfrentadas, historicamente, por seus habitantes, havendo a necessidade de políticas públicas assertivas, customizadas e que sejam efetivas na melhoria da qualidade de vida dessas regiões.

Nos dias 16 e 17 de outubro de 2023, a Sudam promoveu o Seminário para identificação e mapeamento de demandas prioritárias para o desenvolvimento sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e de Bailique/AP, com vistas a elaboração de um conjunto de ações que direcione a ação pública e privada nestas regiões. O evento contou com a presença de representantes dos governos federal, estadual e de prefeituras, além de instituições de ensino e pesquisa que se relacionam com os arquipélagos. A partir da consolidação das ações oriundas do seminário, foi criado um comitê técnico para elaborar um plano para estas regiões, com os seguintes temas: Desenvolvimento sustentável e inclusivo do Marajó e Bailique; Pesca, piscicultura e carcinicultura; Pecuária leiteira e cadeia do Queijo do Marajó; Fruticultura e produtos florestais não madeireiros; infraestrutura para o desenvolvimento sustentável do Marajó e Bailique; Governança com foco na formação de parcerias e participação social; Regularização fundiária e fomento à produção; e Cultura e Turismo.

## **4.5. Resultados Alcançados no Exercício**

### **4.5.1. Áreas Finalísticas**

#### **4.5.1.1. Incentivos Fiscais**

Dentro da estrutura da Sudam, compete à Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos – DGFAI ser a executora dos instrumentos explícitos da PNDR para a Amazônia Legal, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais (IRPJ). Para coordenar as atividades relativas aos incentivos fiscais, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF.

Os incentivos fiscais administrados pela Sudam poderão ser concedidos até 2028, conforme Lei nº 14.753, de 12 de Dezembro de 2023, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelecendo novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.

#### **Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados**

Em 2023, foram analisados e concluídos, por meio do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - SIN, 220 (duzentos e vinte) pleitos. Destes, 131 (cento e trinta e um) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de aprovação e 89 (oitenta e nove) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de arquivamento/indeferimento. Os pleitos que tiveram sugestão de aprovação resultaram na emissão de 218 (duzentos e dezoito) Laudos Constitutivos, referentes à Redução fixa de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis, e na aprovação de 15 (quinze) Reinvestimentos de 30% do IRPJ. Para este resultado, foram realizadas 135 (cento e trinta e cinco) vistorias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal.

As tabelas a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes (pessoas jurídicas), que obtiveram seus pleitos de incentivos fiscais aprovados pela Sudam. Cabe ressaltar que, no caso da Redução de 75% e Isenção do IRPJ, a empresa deve se dirigir à Receita Federal para reconhecimento do laudo constitutivo e receber a homologação do incentivo, para usufruir da renúncia fiscal, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos.

**Tabela 5 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2021 a 2023**

Pessoas Jurídicas						
UF	2023		2022		2021	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC	0	*	0	*	2	*
AM	56	*	50	*	44	*
AP	2	*	1	*	1	*
MA	0	*	1	*	1	*
MT	32	*	29	*	42	*
PA	20	*	11	*	17	*
RO	2	*	4	*	7	*
RR	0	*	1	*	1	*
TO	4	*	6	*	3	*
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>*</b>	<b>103</b>	<b>*</b>	<b>118</b>	<b>*</b>

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2024

\* A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

**Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2021 a 2023**

<b>Pessoas Jurídicas</b>						
	<b>2023</b>		<b>2022</b>		<b>2021</b>	
<b>UF</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valores Liberados*</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valores Liberados*</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valores Liberados</b>
AC	0	-	0	-	0	-
AM	5	R\$ 27.659.738,10	7	R\$ 46.571.341,16	3	R\$ 4.801.173,76
AP	0	-	0	-	0	-
MA	0	-	0	-	0	-
MT	4	R\$ 3.769.598,40	5	R\$ 26.348.238,36	0	-
PA	5	R\$ 2.344.756,90	3	R\$ 2.755.739,02	2	R\$ 1.358.221,70
RO	0	-	1	R\$ 495.706,47	0	-
RR	0	-	0	-	0	-
TO	1	R\$ 92.525,70	1	R\$ 3.962.383,07	1	R\$ 172.889,22
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>R\$ 33.866.619,10</b>	<b>17</b>	<b>80.133.408,08</b>	<b>6</b>	<b>R\$ 6.332.284,68</b>

**Fonte:** CGINF/DGFAI/SUDAM, 2024

\* Valores Liberados = 30% do IRPJ devido acrescido de 50% de recursos próprios, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.167, de 1991.

**Tabela 7 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2023**

Estados	Pleitos Aprovados			Total de empresas beneficiadas*
	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	
Acre	0	0	0	0
Amazonas	56	0	5	60
Amapá	2	0	0	2
Maranhão	0	0	0	0
Mato Grosso	32	0	4	36
Pará	20	0	5	24
Rondônia	2	0	0	2
Roraima	0	0	0	0
Tocantins	4	0	1	5
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>129</b>

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2024

\* O total de empresas beneficiadas é menor que o somatório identificado em cada tipo de incentivo, pois uma única pessoa jurídica pode ter mais de um tipo de pleito aprovado.

**Tabela 8 – Linhas de produção incentivadas em 2023 (Laudos Constitutivos Emitidos)**

Estados	Nº de Laudos Emitidos
Acre	0
Amazonas	84

Amapá	3
Maranhão	0
Mato Grosso	76
Pará	43
Rondônia	4
Roraima	0
Tocantins	8
<b>Total</b>	<b>218</b>

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2024

## Indicadores de Desempenho do Exercício

**Quadro 7 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)**

Denominação	Índice de Referência (2022)	Índice Observado (2023)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
<b>Pleitos com Análises Iniciais realizadas no prazo</b>	41,69%	18,28%	Anual	(Análises iniciais realizadas em até 17 dias após distribuição / Nº Total de Pleitos Analisados) x 100
<b>Manifestações Técnicas Pós-Vistorias elaboradas no prazo</b>	76,47%	57,78%	Anual	(Manifestações técnicas emitidas em até 17 dias após as vistorias / Total de Vistorias Realizadas) x 100

<b>Tempo médio de tramitação de processos</b>	201 dias	319 dias	Anual	TMTP = soma da duração de processos solucionados com sucesso / N° de processos solucionados com sucesso
---	----------	----------	-------	---

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2024

Alguns fatores contribuíram para os resultados observados em 2023, como a redução de pessoal no quadro de servidores da unidade competente e o aumento significativo da demanda, tendo em vista a proximidade do fim do prazo legal para a possibilidade de aprovação de pleitos pela Sudam, o qual foi prorrogado somente em dezembro, por meio da Lei nº 14.753, de 2023.

### **Desafios e Ações Previstas**

Para o ano de 2024, um dos principais desafios nesta temática diz respeito à recomposição do quadro técnico da CGINF, em virtude da redução significativa do número de servidores nos últimos anos. Em consequência deste quadro, um quantitativo significativo de pleitos de incentivos fiscais provenientes de 2023 serão analisados somente em 2024.

Outro importante desafio consiste na implementação de melhorias no Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais – SIN, utilizado pela Sudam para receber os pleitos de incentivos fiscais e analisar o mérito das solicitações. Faz-se necessária a implementação de funcionalidade de emissão de relatórios de gestão dos pleitos, assim como outras funcionalidades para melhorar a eficiência dos trabalhos nesta área. Dessa forma, com o apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações da Sudam, pretende-se, em 2024, implementar tais melhorias no SIN.

Para este próximo ano contempla-se ainda a necessidade de aprovação de dois normativos importantes para a unidade. O primeiro com o objetivo de aprimorar o processo de concessão de incentivos e dar maior clareza aos itens do roteiro de projeto e documentação solicitados às empresas requerentes para apresentação de pleitos de incentivos fiscais. O segundo normativo, voltado para o público interno, trata-se do “ Manual de Normas e Procedimentos de Pleitos de Incentivos Fiscais”, o qual estabelecerá diretrizes, orientações e procedimentos a serem observados, no âmbito da CGINF, no processo de análise para a aprovação de pleitos e/ou concessão de Incentivos Fiscais. As propostas para estes normativos estão em tramitação interna na Sudam.

Por fim, destaca-se a necessidade de regulamentação da Vistoria Virtual, prevista no parágrafo único do Art. 17 do Regulamento dos Incentivos Fiscais, anexo à Resolução Condell/Sudam nº 93, de 2021, de forma a simplificar o processo de vistoria, tendo em vista as limitações de recursos orçamentários e humanos, assim como as dificuldades de deslocamento existentes na Amazônia Legal.

### **Avaliação dos Incentivos Fiscais**

Para acompanhar as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos, a DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI.

A CGAVI busca, anualmente, fazer consultas às empresas beneficiadas com incentivos fiscais concedidos pela Sudam, a fim de apurar os resultados socioeconômicos, bem como à Receita Federal para o compartilhamento de dados de tais benefícios.

Em 2023, foi iniciada a 1ª etapa do ciclo avaliativo dos incentivos fiscais administrados pela Sudam, com a elaboração da Avaliação Executiva, que visa apresentar um amplo panorama sobre os principais gargalos desta política. Assim, foram trabalhados 10 (dez) temas inerentes à política de incentivos fiscais administrados pela Sudam: Descrição Geral, Diagnóstico, Desenho, Implementação, Governança, Resultados, Impacto, Execução, Economia e Economicidade, além de recomendações sobre os principais achados. O relatório elaborado encontra-se em tramitação para apreciação da Diretoria Colegiada da Sudam.

A 2ª etapa do ciclo avaliativo já está em andamento, com a elaboração da Avaliação de Resultados dos incentivos fiscais administrados pela Sudam, a partir de dados do Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais - SIAV e do Sistema de Incentivos Fiscais - SIN, criados para receber informações dos empreendimentos beneficiários de incentivos fiscais da Instituição. A avaliação parte da metodologia dos 6 Es de desempenho exposta no Guia Prático de Avaliação Ex Post aprovado pelo Governo Federal em 2018 e no aperfeiçoamento de indicadores previstos na Resolução Dicol/Sudam nº 07, de 10 de março de 2015, que aprovou uma cesta de indicadores para avaliação dos incentivos fiscais.

Outro avanço importante em 2023 diz respeito à aprovação das novas regulamentações do Calendário Anual de Envio de Informações – CAEI e do Cadastro Privativo de Estabelecimentos Incentivados Inadimplentes – CAINS. Com tais medidas, foi possível iniciar o processo de identificação e notificação de inconsistências para retificação dos dados no sistema SIAV.

Com relação ao convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam, esta autarquia aguarda resposta sobre a solicitação de informações referentes a benefícios concedidos nos exercícios de 2019 a 2022, com vistas à elaboração de avaliação dos incentivos fiscais administrados pela Sudam.

Em resumo, os principais desafios e ações para 2024 na execução das atividades relacionadas à avaliação dos incentivos fiscais na Sudam são:

- a) Previsão de contratação via PNUD de Guia metodológico e capacitação sobre conceitos, procedimentos e parâmetros de apuração das informações anuais dos estabelecimentos beneficiados pelos Incentivos Fiscais da Sudam;
- b) Atendimento por parte da Receita Federal do ofício encaminhado pela Sudam, solicitando os dados das empresas incentivadas;
- c) Concluir o relatório de avaliação de resultados dos incentivos fiscais;
- d) Notificar as empresas com pendências de envio de informações dos incentivos fiscais; e
- e) Adequar o quantitativo de servidores da unidade CGAVI.

#### **4.5.1.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA**

A gestão da Sudam em relação ao FDA se circunscreve, de forma resumida, desde as avaliações técnicas consultivas até às liberações de recursos e demais procedimentos que visam resguardar o retorno dos referidos recursos ao Fundo, na forma dos regulamentos estabelecidos, como é da responsabilidade e competência da Autarquia Federal.

Para coordenar as atividades relativas ao FDA, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

### Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2023, foram protocoladas 7 (sete) consultas prévias junto à Sudam, com objetivo de obter recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Todas foram analisadas pela unidade competente e, dentre estas consultas, 4 (quatro) foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudam, que aprovou a participação do FDA em 1 (um) projeto.

Os resultados dos indicadores de desempenho da gestão do FDA estão quantificados a seguir:

**Quadro 8** – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2023

Indicadores	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
<b>CGA%</b>	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. protocoladas}$
<b>PFA</b>	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	1,33 CP/téc.	> 1	2,336 CP/téc	anual	$C.P. \text{ analisadas} / n^{\circ} \text{ de técnicos}$
<b>TCCP% *</b>	Determinar se as empresas têm encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	75%	100%	57%	anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$
<b>TMTP dias</b>	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	23 dias	< 30	36 dias	anual	$\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)} / \text{Número de processos analisados}$

<b>TCP%</b>	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam têm resultado em projetos analisados pelos agentes operadores e aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam	33,33%	100%	25%	anual	Nº de projetos aprovados / nº de Consultas Prévias aprovadas
-------------	---	--------	------	-----	-------	--

**Fonte:** CGFIN/DGFAI/SUDAM e Relatórios de Agentes Operadores, 2024

Obs.: Índice de referência: Índice observado no ano anterior.

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMTP dias – Tempo Médio de Tramitação de Processos

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

Analisando os resultados, conclui-se que os indicadores CGA% e PFA, atingiram os índices previstos para o exercício.

Com relação à Taxa de Consistência das Consultas apresentadas, o TCCP%, o resultado de 57%, corresponde a 4 (quatro) consultas prévias aprovadas das 7 (sete) analisadas. O resultado ainda é significativo, demonstrando que a maioria das consultas prévias apresentadas pelas empresas atenderam aos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam.

No exercício, o tempo médio de tramitação das consultas prévias, incluindo os procedimentos de análises até aprovação/devolução pela Sudam, foi de 36 (trinta e seis) dias (contando o tempo da data do protocolo até a data da Resolução, excluindo-se o tempo de notificação).

No exercício, 1 (um) projeto foi aprovado pelo Banco do Brasil, agente operador autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar com recursos do FDA. Essa aprovação determinou 25% para a Taxa de Consistência de aprovação de CPs - TCP%, em 2023.

Ressalta-se que a sistemática do FDA observa algumas etapas com prazos extensos de análise e resposta, que tem como consequência, por vezes, a não efetivação de uma consulta prévia aprovada em projeto aprovado no mesmo exercício. Ou seja, das 4 consultas prévias aprovadas em 2023, conforme indicador TCCP%, uma já se efetivou em projeto aprovado e as outras três CP's aprovadas estão em fase de elaboração do projeto definitivo por parte das empresas.

Desde 2005, a Sudam aprovou 97 (noventa e sete) cartas-consultas e consultas prévias, tendo sido aprovados pelos agentes operadores 27 (vinte e sete) projetos, dentre os quais, alguns foram arquivados ou cancelados e 22 (vinte e dois) foram implantados ou estão em implantação. Considerando essas informações do histórico de consultas e projetos, a Taxa de Consistência de aprovação TCP%, resultaria em 27,83%.

**Quadro 9 – Consultas prévias apresentadas e analisadas em 2023**

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos		Status	Objetivo
					FDA	Total		
01	Azulão I Geração de Energia S.A.	Silves	AM	INFRA	R\$ 747.600.000,00	R\$ 1.246.000.000,00	Aprovada	Construção, operação e manutenção de uma usina termoelétrica de 360 MW de capacidade instalada (Projeto ou UTE Azulão I), movida a gás natural
02	Companhia de Eletricidade do Amapá	Macapá	AP	INFRA	R\$ 218.051.462,47	R\$ 363.419.104,12	Aprovada	Distribuição de energia elétrica
03	Companhia Energética Amazonense S.A.	Manaus	AM	INFRA	R\$ 390.543.139,00	R\$ 1.107.480.300,00	Devolvida	-
04	Companhia Energética Amazonense S.A.	Manaus	AM	INFRA	R\$ 499.811.397,00	R\$ 1.249.764.246,20	Aprovada	Implantação de uma UTE em Ciclo Combinado movida a gás natural que gerará, aproximadamente, 162,9 MW
05	Agroindústria Carne Nobre DME Ltda	Marapanim	PA	IND	R\$ 804.565,78	R\$ 1.614.588,98	Indeferida	-
06	Fruta Pronta Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	Portel	PA	IND	R\$ 5.252.000,00	R\$ 10.504.000,00	Aprovada	Ampliação, modernização, operação e manutenção da indústria de produção de polpa de açaí
07	Hospital Grande Belém Ltda	Marituba	PA	SERV	R\$ 92.170.861,00	R\$ 115.814.576,00	Indeferida	-
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.954.233.425,25</b>	<b>R\$ 4.094.596.815,30</b>		

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2024

Das consultas prévias apresentadas, 2 (duas) foram indeferidas por divergências de informações e falhas nas instruções, com as devidas comunicações às pessoas jurídicas pleiteantes, por não atenderem aos requisitos estabelecidos na legislação vigente referente ao FDA e 1 (uma) devolvida por solicitação da empresa.

As 4 (quatro) Consultas Prévias aprovadas 2023 pleitearam o montante de R\$ 1.470.714.859,47 (Um bilhão, quatrocentos e setenta milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos) de recursos do FDA. Em dezembro de 2023, o agente operador aprovou o projeto apresentado pela empresa da empresa Azulão I Geração de Energia S.A. A Diretoria Colegiada da Sudam autorizou a participação do FDA no projeto.

Em 2023, ocorreu 1 (uma) liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, para a empresa Oiapoque Energia S/A no valor de R\$ 135.758.376,60 (Cento e trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

**Quadro 10** – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

Nº	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (R\$ milhões)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2023	Saldo a liberar	
01	Oiapoque Energia S/A	AP	INF	135,75	135,75	0,00	Geração de energia – Termoelétrica e Hidrelétrica
<b>TOTAL</b>				<b>135,75</b>	<b>135,75</b>	<b>0,00</b>	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2024

Obs.: Nos valores liberados não estão incluídos os 2% de remuneração da Sudam.

### Programação e Execução das Despesas

#### Demonstração dos saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores relacionados ao FDA

No exercício de 2023, foram empenhados R\$ 638.488.060,64; desse montante não houve liquidações e pagamentos, de modo que o total empenhado foi integralmente inscrito em restos a pagar não processados, conforme Quadro 11.

**Quadro 11 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários**

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total								
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202			UGO: 533008		
DESPESAS DE CAPITAL (valores em R\$ 1,00)								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		RP Não Processados	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
5- Inversões Financeiras								
66- Concessões Empréstimos e Financiamentos	638.488.060,64	187.849.876,68	0,00	0,00	0,00	0,00	638.488.060,64	187.849.876,68

Fonte: SIAFI, 2024

A seguir, apresenta-se o quadro de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores. Foram cancelados R\$ 88.850,456,78 de Restos a Pagar Não Processados de 2021. Quanto aos RPNP de 2022, do total inscrito de R\$ 187.849.876,68 foram pagos R\$ 138.473.544,13, restando um saldo a pagar de R\$ 49.376.332,55 para o exercício seguinte.

**Quadro 12 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores**

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores					
Restos a Pagar Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2023	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2023
		-	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2023	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2022
	2021	88.850.456,78	0,00	88.850.456,78	0,00
	2022	187.849.876,68	138.473.544,13	0,00	49.376.332,55

Fonte: SIAFI, 2024

## Desafios e Ações Previstas

As principais dificuldades detectadas para realização dos objetivos do FDA e sua adequada operacionalização, no exercício de referência, foram:

- Governança insuficiente acerca das ações e decisões da competência do Condel/Sudam;
- Concorrência/sobreposição na operacionalização dos recursos do FDA e FNO. Ambos os Fundos foram criados para serem complementares, no propósito de desenvolver a Região e contribuir para redução da desigualdade regional e da pobreza extrema na Amazônia.
- O desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA, inclusive quanto às áreas prioritárias para implantações dos projetos de empreendimentos passíveis de serem beneficiados, assim como outros importantes aspectos relacionados aos encaminhamentos dos pleitos.
- Dificuldades relatadas pelo público usuário, na obtenção de informações acerca do FDA no site institucional, no acesso aos links, para obtenção de dados e documentos.
- Baixo interesse de potenciais Agentes Operadores em operar com recursos oriundos do FDA.
- Contingenciamento de recursos orçamentários da Sudam, situação que interfere na programação, cumprimento e superação das metas estabelecidas para a unidade, bem como nas realizações de ações de divulgação do FDA.
- Ausência de ferramentas informatizadas de controles, ainda em desenvolvimento, aliada à falta de capacitação específica dos poucos servidores lotados nas unidades regimentalmente responsáveis pelas análises e pelas tratativas necessárias aos atos de gestão do FDA, por parte da Sudam, em processos de alta complexidade com expressivos valores envolvidos.

Dentre os desafios remanescentes e ações previstas para os próximos exercícios, elencam-se as ações pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, quais sejam:

- Habilitação de instituições financeiras a operar com recursos do FDA;
- Realização de ações de divulgação do FDA;
- Revisão das Diretrizes e Prioridades do FDA, bem como os limites de participação do Fundo;
- Alteração e simplificação da Resolução nº 82, de 2019 – o regulamento do FDA;
- Normatização, alteração e simplificação das normas de procedimentos relacionados ao FDA;
- Aprimoramento e sistematização dos procedimentos para monitoramento e controle de projetos já financiados.

#### **4.5.1.3. Fundo Constitucional do Norte – FNO**

Além do FDA, a Sudam compartilha com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR o papel de gestora do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, exercido por meio do seu Conselho Deliberativo.

As atribuições da Sudam relacionadas ao FNO são divididas entre três Coordenações-Gerais, duas pertencentes à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN, a Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA e Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI; e uma pertencente à Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI, a Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN.

No que se refere ao acompanhamento do FNO, a definição de um modelo de relatório trimestral de acompanhamento da aplicação dos recursos, com base em indicadores selecionados e que visam monitorar aspectos críticos da atuação do BASA como agente operador, caracterizou um importante passo no sentido de se instituir na Sudam esta rotina de acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, fazendo com que a Autarquia aperfeiçoe seu papel na gestão compartilhada do instrumento.

Quanto ao Plano de Trabalho para o FNO, a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022, estabeleceu as diretrizes gerais para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Para atendimento à portaria, a Sudam realizou em 2023 cotação de custos com entidades de pesquisa, baseada no plano de trabalho elaborado para avaliação do FNO aprovado pelo MIDR. A partir disso, foi elaborado estudo técnico preliminar e termo de referência para contratação por técnica e preço dos projetos de avaliação previstos. O projeto de avaliação foi conduzido à licitação após os trâmites administrativos cabíveis e teve uma proposta válida no certame, que, após diligências da Sudam, chegou ao valor final de R\$ 850.000,00. O processo foi encaminhado à Diretoria Colegiada da Sudam para apreciação e no momento aguarda nova deliberação sobre o tema.

#### **Resultados Operacionais**

No exercício de 2023, foi elaborado o Parecer Conjunto SUDAM/MIDR nº 02/2023-CGAVI/DPLAN, aprovado pela Resolução nº 839, de 28 de novembro de 2023. Analisando as contratações no exercício de 2022, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO financiou um total de 35.531 empreendimentos na região, totalizando R\$ 11,8 bilhões em financiamentos. Esse resultado superou em 6,4% a meta prevista para o período, que era de R\$ 11,1 bilhões. A demanda pelo crédito dos estados foi influenciada por diversos fatores, como o dinamismo da economia estadual, a disponibilidade de infraestrutura logística eficiente, a melhor estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a identificação de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local. Tais fatores contribuíram para a viabilização de projetos que impulsionaram o desenvolvimento econômico e social da região Norte.

Em 2022, o FNO contemplou todos os 07 (sete) Estados da Região Norte, sendo o Pará o estado com maior número de operações de crédito contratadas, 18.147, o que representa 51% do total. Rondônia ficou em segundo lugar, com 7.541 operações (21%), e o Tocantins em terceiro, com 3.392 operações (10%).

Em relação às diretrizes, observou-se que as contratações realizadas com os recursos do FNO atenderam a quase totalidade das diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudam para o período de 2022, definidas através da Resolução nº 90, de 13 de agosto de 2021, com 7 (sete) das 12 (doze) ações superando as metas programadas/reprogramadas e 3 (três) ações atingindo parcialmente suas metas. Considerando as Prioridades Setoriais, das 15 (quinze) ações setoriais, 7 (sete) superaram a meta programada/reprogramada e 4 (quatro) ações atingiram parcialmente as metas. Com relação às Prioridades Espaciais, uma das ações previstas superou a meta prevista e a outra atingiu a meta satisfatoriamente.

A taxa de execução do orçamento do FNO em 2023 atingiu o percentual de 98,87%, evidenciando a boa execução do Fundo por parte do agente operador Banco da Amazônia, muito embora os resultados e a avaliação final do banco somente serão do conhecimento da Sudam e do MIDR ao final de abril, na ocasião em que o banco encaminhará o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos em 2023, o qual será analisado pela Superintendência em conjunto com o MIDR.

### **Desafios e Ações Previstas**

Para o exercício de 2023, planeja-se a contratação de projeto de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO, conforme determina a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022.

#### **4.5.1.4. Convênios e Transferências Voluntárias**

Para coordenar as atividades relativas aos Convênios e Transferências Voluntárias, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Convênios e Instrumentos Congêneres – CGCON, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Obras e Serviços de Engenharia – CCOB e a Coordenação de Convênios de Aquisição e Custeio – CCAQ, além da Coordenação de Análise Financeira e Conformidade - CCON.

Em 2023, a Sudam recebeu 8 (oito) propostas para celebração de convênios. Destas, foram celebrados 6 (seis) convênios, totalizando R\$ 2.951.572,00 em valor de repasse a ser realizado para 5 (cinco) municípios do estado do Pará e para a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amapá, conforme tabela a seguir.

**Tabela 9** – Convênios celebrados pela Sudam em 2023 por tipo de objeto e valor

<b>Tipo</b>	<b>Nº de convênios celebrados</b>	<b>Valor de Repasse</b>	<b>UF</b>
<b>Aquisição de Equipamentos</b>	5	R\$ 2.191.432,00	Pará
<b>Incentivo à Inovação</b>	1	R\$ 760.140,00	Amapá
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>R\$ 2.951.572,00</b>	-

**Fonte:** Painel de Transferências Abertas +Brasil, 2024

Como por ser visto, houve um tímido acréscimo de, aproximadamente, 2%, quando comparado a 2022, no volume de verbas destinadas aos municípios, representando cerca de 15% dos valores pactuados em 2021. A seguir, apresenta-se tabela com o resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 (três) anos:

**Tabela 10** – Resumo dos instrumentos celebrados pela Sudam nos últimos 3 anos

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes de Repasse dos Convênios Celebrados (em R\$ 1,00)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
<b>Convênio</b>	27	3	6	20.039.993	2.900.000	2.951.572

**Fonte:** Painel de Transferências Abertas +Brasil, 2024

Verifica-se uma redução significativa de recursos destinados a apoio a projetos de desenvolvimento regional, mediante à transferência de recursos, via convênio. Tal fato decorre de uma escalada decrescente no aporte de emenda parlamentar ao orçamento da Sudam, observada a partir do ano de 2020, com o advento da Emenda Constitucional nº 105/2019, que autorizou a transferência de recursos federais a Estados e Municípios mediante emendas individuais impositivas ao projeto de Lei Orçamentária (PLOA).

Em 2023, a Sudam efetuou o repasse de mais de 119 (cento e dezenove) milhões de reais para convenentes, contemplando recursos referentes a 83 (oitenta e três) convênios firmados. No mesmo exercício, 96 (noventa e seis) convênios firmados com a Sudam foram concluídos, o que significou um montante de investimentos na ordem de mais de 68 milhões de reais, conforme dados extraídos do Painel de Transferências Abertas.

**Tabela 11** – Valores Repassados para Convenentes em 2023 por Estado

Estado	Valor Repassado (R\$)	Quantidade de Convênios
<b>Acre</b>	35.168.741,77	23
<b>Amazonas</b>	1.439.305,17	2
<b>Amapá</b>	10.516.023,20	9
<b>Maranhão</b>	20.000,00	1
<b>Mato Grosso</b>	3.445.570,13	11

<b>Pará</b>	1.480.040,08	4
<b>Roraima</b>	64.346.166,16	28
<b>Tocantins</b>	2.863.029,39	5
<b>Total</b>	<b>119.278.875,90</b>	<b>83</b>

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil, 2024

A Sudam encerrou o exercício de 2023 com 160 (cento e sessenta) convênios vigentes, distribuídos por todos os 9 (nove) estados da Amazônia Legal, conforme tabela a seguir. Os convênios da Sudam que estão vigentes representam o compromisso de investimento de R\$ 538.793.725,27, dos quais R\$ 292.273.489,94 já foram liberados.

**Tabela 12** – Convênios vigentes na Sudam por tipo e estado

Estado	Tipo			Total
	Custeio	Aquisição	Obras	
<b>Acre</b>	1	25	10	36
<b>Amazonas</b>	0	2	1	3
<b>Amapá</b>	2	5	6	13
<b>Maranhão</b>	0	0	1	1
<b>Mato Grosso</b>	0	10	15	25
<b>Pará</b>	0	11	12	23
<b>Rondônia</b>	0	0	2	2
<b>Roraima</b>	0	1	37	38

<b>Tocantins</b>	0	6	13	19
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>97</b>	<b>160</b>

Fonte: Painel de Transferências Abertas +Brasil, 2024

Dentre as causas que levaram a demora na conclusão de projetos, têm-se:

- i) a demora nos repasses financeiros, oriundos de Termos de Execução Descentralizada – TED, celebrados entre o MIDR e a Sudam. Tal situação, acarretou, em alguns casos, a desistência de fornecedores dos produtos/serviços, impactando em aumento de solicitações de ajuste do plano de trabalho e termo aditivos nos convênios;
- ii) o envio de processo licitatório sem documentação suficiente para análise;
- iii) o compartilhamento de recursos humanos com outras unidades administrativas, por falta de pessoal, que impactou na celeridade das entregas;
- iv) a morosidade no atendimento das diligências pelos convenentes; e
- v) a alteração na legislação estabelecendo novos prazos de atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse.

#### **Prestação de Contas de Convênios**

Ao longo de 2023 foram analisadas 98 (noventa e oito) prestações de contas de convênios. Desse total, 94 (noventa e quatro) foram finalizadas no prazo pactuado de 8 (oito) meses após a última complementação ou solicitação respondida pelo convenente, e apenas 4 (quatro) ultrapassaram tal período.

Verifica-se ainda uma significativa redução no número de prestações de contas de convênios celebrados em exercícios anteriores a 2017, cujo estoque reduziu em 100%. Assim, das 9 (nove) prestações de contas de convênios celebrados em exercícios anteriores a 2017, todas foram analisadas no ano de 2023.

#### **4.5.1.5. Planejamento Regional**

##### **4.5.1.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA**

Para coordenar as atividades relativas ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas – DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Planejamento Regional - CGPLA, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Elaboração de Planos e Programas - CPLA e a Coordenação de Estudos, Pesquisas e Estatísticas - CPES.

Nos últimos anos, a Sudam atuou em várias frentes visando a implementação do PRDA 2020-2023, que exigiu esforços envolvendo a União, estados, municípios, além da captação de recursos internos e externos. Nesse sentido, a Sudam realizou tratativas durante o período de vigência do PRDA para atrair parceiros para a execução da carteira de projetos do Plano.

Em 2023, foi realizada compatibilização dos projetos do PRDA 2020-2023 com o novo PAC, lançado no final do referido ano. Assim, foram identificados 58 (cinquenta e oito) projetos ou temáticas do PAC, em sua grande maioria no eixo “Transporte eficiente e sustentável”, que tem relação com os projetos registrados na carteira do PRDA.

Ademais, foi realizado um alinhamento entre a carteira de projetos do PRDA 2020-2023 e as premissas do Fundo Amazônia no que tange aos eixos Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos, Monitoramento e Controle, Ordenamento Territorial e Produção Sustentável. Neste sentido, foram identificados 36 (trinta e seis) projetos alinhados aos eixos do referido fundo, envolvendo 08 (oito) estados, os quais poderiam pleitear apoio. A exceção ocorreu com o estado do Acre por não dispor de projetos na carteira do PRDA alinhados aos eixos mapeados.

Visando fechar o ciclo de avaliação do PRDA, foi iniciada, em 2023, a elaboração do Relatório de Avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), referente aos exercícios de 2022 e 2023, situando a evolução das ações do Plano e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável na região. Este relatório deverá ser concluído em 2024.

O primeiro relatório, referente ao biênio 2020-2021, apontou que, de forma ampla, a Sudam mostrou proatividade em diversas iniciativas estratégicas relacionadas à consecução do PRDA, o que permite a obtenção de um ambiente de melhores oportunidades a serem aproveitadas pela instituição e pelos seus parceiros na promoção do Plano de Desenvolvimento Regional. Foram apontados elementos do desenho da política que precisam de ajustes e que poderão melhorar a execução do Plano e a atuação da Sudam no cumprimento do Plano Regional.

Considerando a proximidade do fim da vigência do PRDA 2020-2023, a Sudam deu continuidade aos trabalhos de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 2024 a 2027. Ao longo de 2023, foram realizadas diversas atividades inerentes à elaboração do documento referencial do Plano, com entrevistas à especialistas tanto da Sudam, como de outras instituições federais, estaduais e municipais. Além disso, foram realizadas oficinas e capacitações, discussões em grupos de trabalhos, em constante diálogo com o MIDR, MPO, governos estaduais, Consórcio da Amazônia Legal e sociedade civil.

Atendendo ao princípio da transparência, foi realizada também uma consulta pública para colher subsídios para a elaboração do Plano, na qual foram obtidas 492 respostas, oriundas de participantes de 24 unidades federativas. Todos os estados da Amazônia Legal enviaram contribuições incluindo propostas para a carteira de projetos do PRDA.

O PRDA 2024-2027 faz um diagnóstico da região e incorpora as demandas e os anseios da sociedade amazônica através dos programas e projetos necessários à transformação regional no curto, médio e longo prazo. Nele, a sociobiodiversidade ganha relevância como elemento de propulsão do desenvolvimento endógeno associado à ciência, tecnologia e inovação.

O Plano foi aprovado pelo Condel/Sudam através da Resolução nº 106, de 4 de agosto de 2023, passou por tramitação no MIDR e tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei nº 5787/2023.

Nos meses de setembro e outubro de 2023, foram realizadas reuniões com os Ministérios Setoriais, visando o alinhamento dos Planos Regionais com o Plano Plurianual – PPA 2024-2027. Dentre os objetivos, estava a definição do conteúdo das ações indicativas dos Planos Regionais de forma a

detalhar as ações estratégicas pactuadas com os ministérios no âmbito de cada plano, além da definição da relação entre as ações estratégicas dos Planos Regionais e os Programas, Objetivos Específicos e Entregas do PPA 2024-2027.

#### 4.5.1.6. Desenvolvimento Sustentável

Para coordenar as ações relativas ao desenvolvimento sustentável, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, da qual fazem parte a Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – CASP e a Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – CAPI.

Relativamente às políticas, programas e ações orçamentárias, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável executou, em 2023, ações orçamentárias dos seguintes programas: 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano e 2219 – Mobilidade Urbana. Entretanto, os recursos alocados no programa 2219 foram remanejados pelo autor da emenda para outro órgão. A seguir, apresenta-se quadro com os projetos apoiados em 2023:

**Quadro 13** – Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2023

Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano				
Ação Orçamentária	Objeto	Público Beneficiário	Valor do Projeto	Parceiro
<b>Ação 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado</b>	Aquisição de Maquinário – Trator Agrícola.	600 famílias assentadas nas localidades de Auri, 3 Bueiras, Santa Luzia, Vila Planalto, Jamanxim, Caracol, Tucunaré, Santa Rita, Sem Terra, Areias e Pimental.	R\$ 304.000,00	Município de Trairão/PA
	Aquisição de Maquinário – Escavadeira hidráulica	1.052 famílias de assentados beneficiados de maneira direta	R\$ 794.000,00	Município de Santa Maria das Barreiras/PA
	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	100 famílias das Comunidade Chacareiras.	R\$ 520.000,00	Município de Rurópolis/PA

	Aquisição de Veículo Rodoviário	200 famílias diretamente e mais de 5.000 pessoas indiretamente, em diversos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária como: PA Travessão; PA Piroasca; PA Juassama; PA Mata Azul; PA São Sebastião; PA Agrisa; PA Bela Vista; PA Entre Rios I; PA Entre Rios II; PA Entre Rios III.	R\$ 570.000,00	Município de Floresta do Araguaia/PA
	Aquisição de Patrulha Mecanizada Agrícola	4 mil famílias de produtores rurais por ano, das seguintes comunidades: Riozinho das Arraias, Santa Júlia, Alvorada da Amazônia, Vila Isol, São José, Veneza, Carro Velho, São Roque e nos Assentamentos Nova Fronteira, Santa Júlia, Terra Nossa.	R\$303.000,00	Município de Novo Progresso/PA
	Validação, avaliação e transferência de tecnologias do cultivo do cacau em SAFs no Sul do Estado de Roraima	Técnicos e produtores do Sul de Roraima	R\$519.397,00	Embrapa/RR
<b>Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas – Rotas de Integração Nacional</b>	Desenvolver Protocolo de Adequação do Processo Produtivo de Queijo Coalho Artesanal em queijarias artesanais da Bacia leiteira de Autazes e Promover adequação do Labis Leite (Laboratório de Análise de leite e derivados - da Faculdade de Ciências Agrárias), para análise da sanidade, qualidade microbiológica e bromatológica de leite fluido e derivados	25 propriedades localizadas nos municípios do Careiro e Careiro da Várzea e 30 propriedades localizadas no município de Autazes, associadas à Associação de Produtores de Queijo de Autazes (APROQUEIJO).	R\$ 499.740,80	Universidade Federal do Amazonas - UFAM
<b>Ação 4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o</b>	Aceleração de Startups com foco na biodiversidade amazônica no estado do Amapá	Startups inovadoras que se encontram em fases iniciais de desenvolvimento	R\$ 760.140,00	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SETEC do Amapá

<b>Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica</b>	Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros ( <i>Platonia insignis</i> Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó	270 produtores, técnicos da extensão rural e estudantes de Ciências Agrárias nas Mesorregiões Nordeste Paraense	R\$ 111.375,00	Embrapa Amazônia Oriental
--	---	---	----------------	---------------------------

Fonte: DPRS, 2024

Ademais, também foram desenvolvidos projetos em cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas, movidas por demandas regionais, como o caso das ações e iniciativas para identificar prioridades de políticas públicas para os municípios do arquipélago do Marajó/PA e região de Bailique, no estado do Amapá. Foram realizadas reuniões com instituições de pesquisa, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), no Pará, representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do IBAMA, do Ceplac e do Cesipam.

Outra parceria importante foi a celebração de Memorando de Entendimento entre a Sudam, MIDR e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, cujo objetivo é fornecer uma estrutura para colaboração para promover metas e objetivos compartilhados no que diz respeito à promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável na Amazônia Legal, com ênfase na inclusão socioprodutiva de população tradicionais e/ou vulneráveis, a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza.

Nas parcerias relacionadas à biosocioeconomia, destaca-se a promoção de negócio para exportação com a APEX-Brasil, que visa estimular e estruturar cadeias produtivas na região com potencial de exportação, como castanha-do-Pará, açaí, cacau e mel.

Na pauta da articulação com instituições voltada à Agenda 2030, destacam-se os seguintes eventos e ações:

- i) no âmbito do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, assento na Câmara Técnica de Equidade e gênero, espaço onde são apresentadas proposições de ações para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030;
- ii) apresentação de palestra no 1º Fórum Roraimense sobre ODS. O evento teve como objetivo sensibilizar e conscientizar os participantes sobre a importância da construção conjunta de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o Estado de Roraima, além de debater sobre a Sustentabilidade, ODS e Organização das Nações Unidas, o Eixo do Plano de Sustentabilidade do Estado (Roraima 2030), com ênfase no Bem-Estar.

Outros projetos em execução durante o ano de 2023:

1) Produção de cristais de β-caroteno de elevado grau de pureza a partir da casca da pupunha (*Bactris gasipaes*). Público Beneficiário: cooperativas/produtores de pupunha, pesquisadores. Parceiro: Universidade Federal do Pará – UFPA.

2) Diversificação e agregação de valor e matérias-primas vegetais para o desenvolvimento da agricultura familiar na Mesorregião Metropolitana de Belém. Público Beneficiário: cooperativas/produtores de pupunha, pesquisadores. Parceiro: Embrapa Amazônia Oriental.

Outro resultado alcançado em 2023 diz respeito à continuidade dos esforços para concluir a elaboração do Programa de Desenvolvimento, Científico, Tecnológico e Inovativo da Amazônia – PDCTIA, cujo objetivo, além de fortalecer o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), consiste em ser um instrumento norteador para as ações relacionadas à temática na Amazônia. Para esse fim, a Sudam contratou consultoria no âmbito do Acordo do PNUD. Assim, ao longo de 2023, foram entregues para revisão e aprovação os seguintes produtos: elaboração do diagnóstico, modelo lógico, objetivos, ações, indicadores e governança do Programa. Além dessas ações, houve a realização de Webinário e de Workshop com o intuito de reunir subsídios para a elaboração do documento.

### **Desafios e Ações Previstas**

Dentre os grandes desafios remanescentes para 2024, tem relevância a insuficiência de recursos humanos, tanto relacionado aos aspectos quantitativos quanto à formação acadêmica necessária para execução das competências.

Outro aspecto que merece relevo, quanto aos próximos desafios, diz respeito à aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para aplicação do percentual de 1,5% sobre cada parcela de recursos liberados do FDA em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia (P&D) de interesse do desenvolvimento regional. Consoante o art. 16 da Lei Complementar nº 124, de 2007, cabe ao Conselho Deliberativo (Condel) definir os critérios de aplicação desses recursos.

Ainda na temática CT&I, o próximo passo será a finalização da elaboração do Programa de Desenvolvimento, Científico, Tecnológico e Inovativo da Amazônia – PDCTIA, com a implementação de, ao menos, uma ação no exercício 2024.

Relativamente às ações voltadas ao fomento dos setores produtivos para o ano de 2024, foi incluído no planejamento da unidade competente a elaboração de termo de referência para contratação de consultoria para concepção de uma Estratégia de Arranjos Produtivos Locais (APL), com o objetivo de priorizar investimentos nos APLs estratégicos na região, alinhado ao eixo de setor produtivo do PRDA.

## **4.5.2. Gestão**

### **4.5.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira**

Para coordenar as atividades relativas à Gestão Orçamentária e Financeira na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No que concerne à gestão orçamentária e financeira, em 2023, a Sudam apresentou o desempenho sob as diferentes perspectivas apresentadas a seguir.

#### **Dotação Orçamentária: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Finalísticas**

A tabela a seguir apresenta a disponibilidade orçamentária da Sudam no exercício fiscal de 2023. É possível identificar que, do total de, aproximadamente, R\$ 870 milhões, a maior parte do orçamento, cerca de 93,73%, corresponde à dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

**Tabela 13** – Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2023

<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
Despesas Obrigatórias	R\$ 37.839.512,00	4,35%
Emendas Parlamentares	R\$ 2.199.432,00	0,25%
Finalístico	R\$ 5.097.571,00	0,59%
Administrativo Discricionário	R\$ 9.420.359,96	1,08%
FDA	R\$ 815.906.253,00	93,73%
<b>Total</b>	<b>R\$ 870.463.127,96</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Tesouro Gerencial, 2024

Nos últimos três exercícios, a dotação orçamentária da Sudam para Despesas Obrigatórias (salários, benefícios etc.) e para despesas discricionárias do administrativo (administração da unidade, tecnologia da informação e capacitação) apresentou tendência de ligeira queda, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 2 – Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2021 a 2023**



**Fonte:** Tesouro Gerencial, 2024

No finalístico, no entanto, a dotação orçamentária da Sudam manteve-se estável de 2021 para 2022, e apresentou significativo aumento em 2023. Enquanto que a trajetória da dotação orçamentária consignada à Sudam por meio de emendas parlamentares de 2021 a 2023 é de queda, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 3 – Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam - 2021 a 2023**



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

### Financeiro em 2023

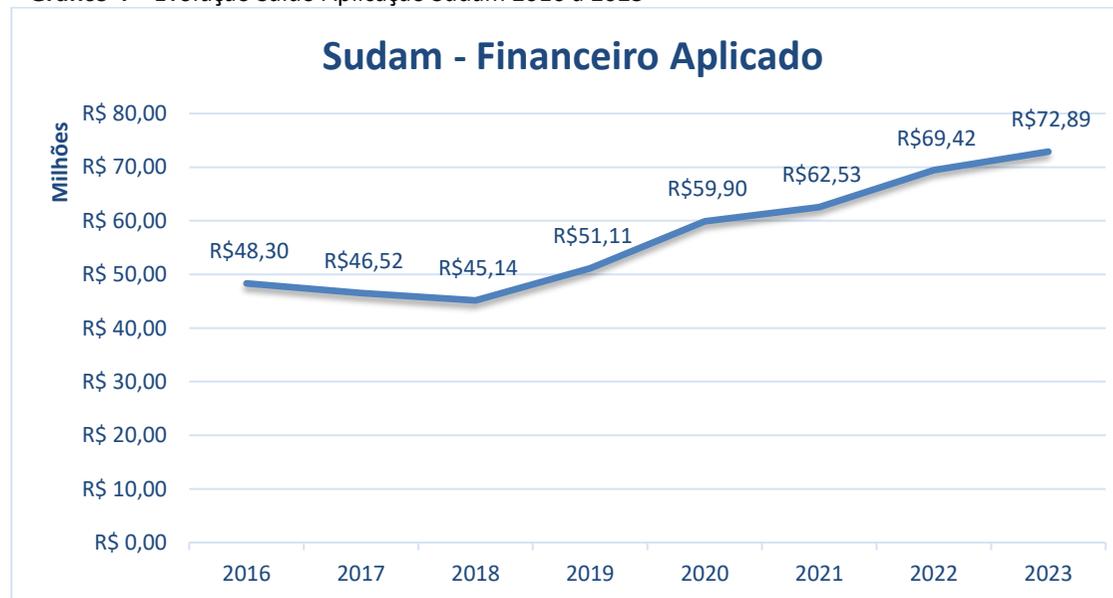
No que diz respeito ao volume financeiro aplicado na conta contábil 111110206 - Recursos da Conta Única Aplicados, a Sudam apresentou melhora considerável no volume de recursos aplicados. De 2016 a 2023, houve um aumento de 51% no volume financeiro aplicado. Entre 2016 e 2018, no entanto, o volume aplicado caiu 7%, retomando a trajetória de alta a partir de 2019, quando voltaram a ser liberados financiamentos do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, do qual, a cada liberação, 2% é direcionado à Sudam como forma de remuneração pela gestão do fundo. Ressalta-se que os dados apresentados a seguir referem-se ao período até 31/12/2023, cuja apuração somente pôde ser auferida após 10/01/2024, quando apresentada pelo sistema SIAFI a rentabilidade dos últimos dez dias do ano de 2023.

**Tabela 14** – Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2023

Ano	Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados	Varição Percentual Anual
2016	R\$ 48.300.707,93	-
2017	R\$ 46.524.478,65	-4%
2018	R\$ 45.144.007,74	-3%
2019	R\$ 51.111.591,67	+13%
2020	R\$ 59.897.395,03	+17%
2021	R\$ 62.528.850,76	+4%
2022	R\$ 69.420.886,20	+11%
2023	R\$ 72.891.226,77	+5%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

**Gráfico 4** – Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2023



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

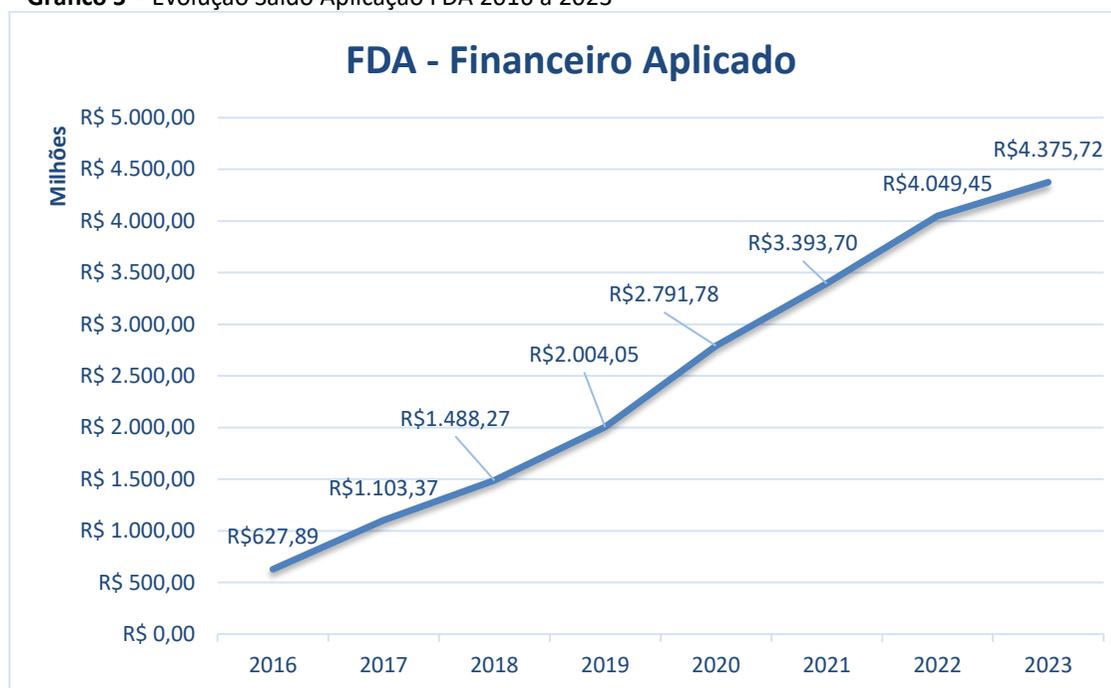
O saldo de aplicações financeiras do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia apresentou considerável melhora no período de 2016 a 2023. Em 2016, foram cerca de R\$ 627 milhões aplicados. Em 2023, até 15 de dezembro, apresentava um saldo de R\$ 4,3 bilhões aplicado, aumento de 591% no volume financeiro aplicado no período. O saldo de aplicações financeiras do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia é consequência das amortizações dos financiamentos realizados pelo Fundo em anos anteriores e da remuneração de suas aplicações.

**Tabela 15** – Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2023.

<b>Ano</b>	<b>Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados</b>	<b>Varição Percentual Anual</b>
<b>2016</b>	R\$ 627.890.687,33	-
<b>2017</b>	R\$ 1.103.371.528,73	+76%
<b>2018</b>	R\$ 1.488.271.741,59	+35%
<b>2019</b>	R\$ 2.004.049.408,63	+35%
<b>2020</b>	R\$ 2.791.776.266,43	+39%
<b>2021</b>	R\$ 3.393.695.334,86	+22%
<b>2022</b>	R\$ 4.049.445.146,36	+19%
<b>2023</b>	R\$ 4.375.718.646,73	+7%

**Fonte:** Tesouro Gerencial, 2024

**Gráfico 5 – Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2023**



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

### **Execução Orçamentária**

Há diferentes formas de classificar o orçamento da Sudam. Para este relatório, o orçamento está classificado em três partes: Administrativo Obrigatório, que contempla despesas como folha de pagamentos e auxílios a servidores; Administrativo Discricionário, que consiste em despesas administrativas de caráter discricionário, como energia elétrica, água e auxílio moradia, por exemplo; e Finalístico, cuja disponibilidade orçamentária advém de emendas parlamentares e orçamento da própria Sudam para despesas de caráter finalístico, como convênios para obras em municípios.

A tabela a seguir demonstra a evolução do orçamento da Sudam entre 2021 e 2023 nas três classificações orçamentárias acima descritas e do FDA. Houve redução nas dotações orçamentárias para despesas administrativas obrigatórias, para despesas do administrativo discricionário e para despesas do finalístico. As despesas do finalístico incluem disponibilidades consignadas à Sudam, mas não incluem destaques orçamentários recebidos. A dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, ao contrário, apresentou tendência de alta no período.

**Tabela 16** – Evolução Orçamentária de 2021 a 2023 (R\$).

Ano	2021			2022			2023		
	Orçamento	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
<b>Administrativo Obrigatório</b>	38.303.826,00	36.169.490,34	33.053.249,09	37.287.605,00	34.449.049,88	31.558.992,79	37.839.512,00	36.467.986,48	33.187.595,52
<b>Administrativo Discricionário</b>	10.317.035,44	7.532.164,13	2.691.627,46	8.857.474,79	8.650.722,97	3.678.253,79	9.420.359,96	9.409.280,17	4.113.533,35
<b>Finalístico</b>	11.538.717,00	11.272.676,52	191.000,00	6.048.529,00	5.360.000,00	1.609.000,00	7.297.003,00	7.271.892,03	1.978.109,70
<b>FDA</b>	383.123.918,00	291.851.574,90	73.564.823,29	455.369.549,00	187.849.876,88	0,00	815.906.253,00	638.488.060,64	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

No que diz respeito à execução, a Sudam comprometeu em 2023 mais de 90% da disponibilidade orçamentária nas três diferentes classificações: Administrativo Obrigatório, Administrativo Discricionário e Finalístico.

**Tabela 17** – Execução Orçamentária de 2021 a 2023

Ano	2021		2022		2023		
	Orçamento	% Empenhado	% Pago	% Empenhado	% Pago	% Empenhado	% Pago
<b>Administrativo Obrigatório</b>		94,43%	86,29%	92,39%	84,64%	96,38%	87,71%
<b>Administrativo Discricionário</b>		73,01%	26,09%	97,67%	41,53%	99,88%	43,67%
<b>Finalístico</b>		97,69%	1,66%	88,62%	26,60%	99,66%	27,11%
<b>FDA</b>		76,18%	19,20%	41,25%	0,00%	78,26%	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

Na comparação entre anos de 2021 a 2023, houve variação muito pequena no percentual empenhado no Administrativo Obrigatório, o qual manteve-se sempre acima dos 90% no período.

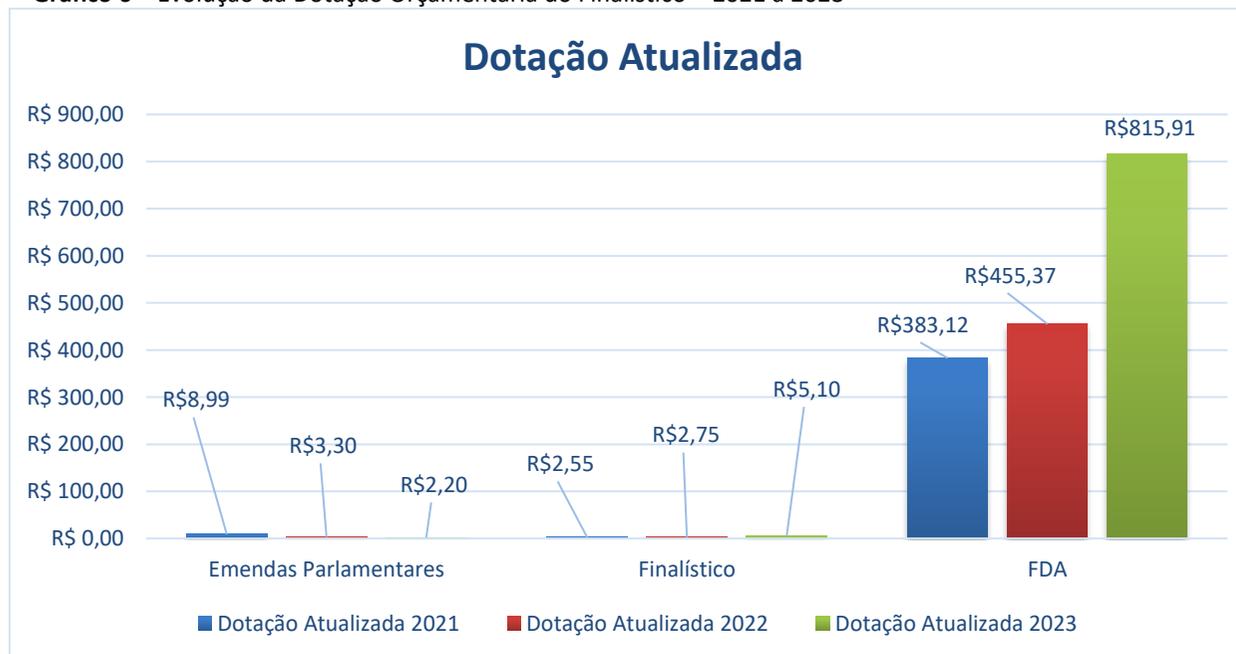
Nos casos do Administrativo Discricionário, a volatilidade no percentual empenhado da dotação foi maior, especialmente no período de 2021 para 2022, quando subiu de 73,01% para 97,67% em 2022, alcançando 99,88% em 2023. No finalístico, o percentual empenhado apresentou queda em 2022, retomando o patamar acima de 90% em 2023.

No Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, também foi identificada alta volatilidade no percentual da dotação empenhado ano a ano. Em 2022, apresentou considerável redução de 76,18% para 41,25%. Já em 2023, o percentual empenhado elevou-se para 78,26%, valor ligeiramente superior a 2021.

Ressalta-se que as divergências encontradas nos anos de 2021 e 2022 em relação ao relatório de gestão de 2022 provém de dados orçamentários não contabilizados em exercícios anteriores que foram considerados neste relatório: descentralização de créditos realizados pela Sudam no Finalístico e descentralização de créditos recebidos pela Sudam em Despesas Discricionárias da Administração.

As despesas do Finalístico podem ainda ser segmentadas em Finalístico Sudam, Emendas Parlamentares e Fundo do Desenvolvimento da Amazônia. Assim, para uma análise mais detalhada do período de 2021 a 2023, as despesas do finalístico foram divididas nestas três categorias.

**Gráfico 6 – Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico – 2021 a 2023**



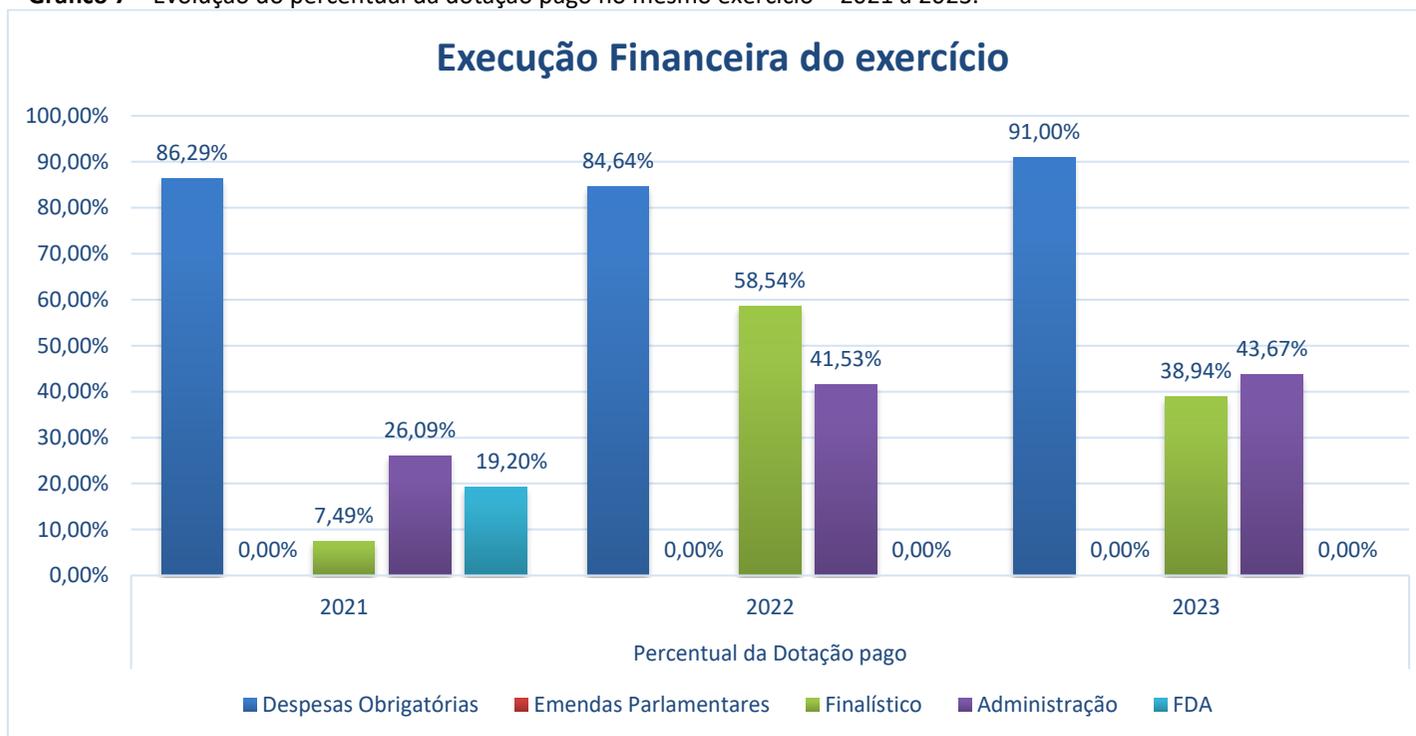
Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

O gráfico acima demonstra aumento da disponibilidade orçamentária do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia de R\$ 383 milhões em 2021 para R\$ 815 milhões em 2023. As consignações de emendas parlamentares apresentaram tendência de redução, saindo de R\$ 8,99 milhões em 2021 para R\$ 2,2 milhões em 2023. A dotação para finalístico da própria Sudam apresentou elevação de R\$ 2,55 milhões em 2021 para R\$ 5,1 milhões em 2023.

### Execução Financeira

Ao analisar a execução financeira do finalístico, incluindo emendas parlamentares, finalístico da própria Sudam e FDA, identifica-se que a maior parte das despesas é liquidada e paga em exercícios posteriores. As emendas parlamentares, por exemplo, não tiveram, de 2021 a 2023, execução financeira no mesmo exercício. Apenas o orçamento do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, em 2021, com 19,20% da dotação paga naquele ano, e o finalístico da própria Sudam, com 7,49%, em 2021, 58,54% em 2022 e 38,94% em 2023 tiveram execução financeira (liquidação e pagamento) no mesmo exercício.

**Gráfico 7** – Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício – 2021 a 2023.



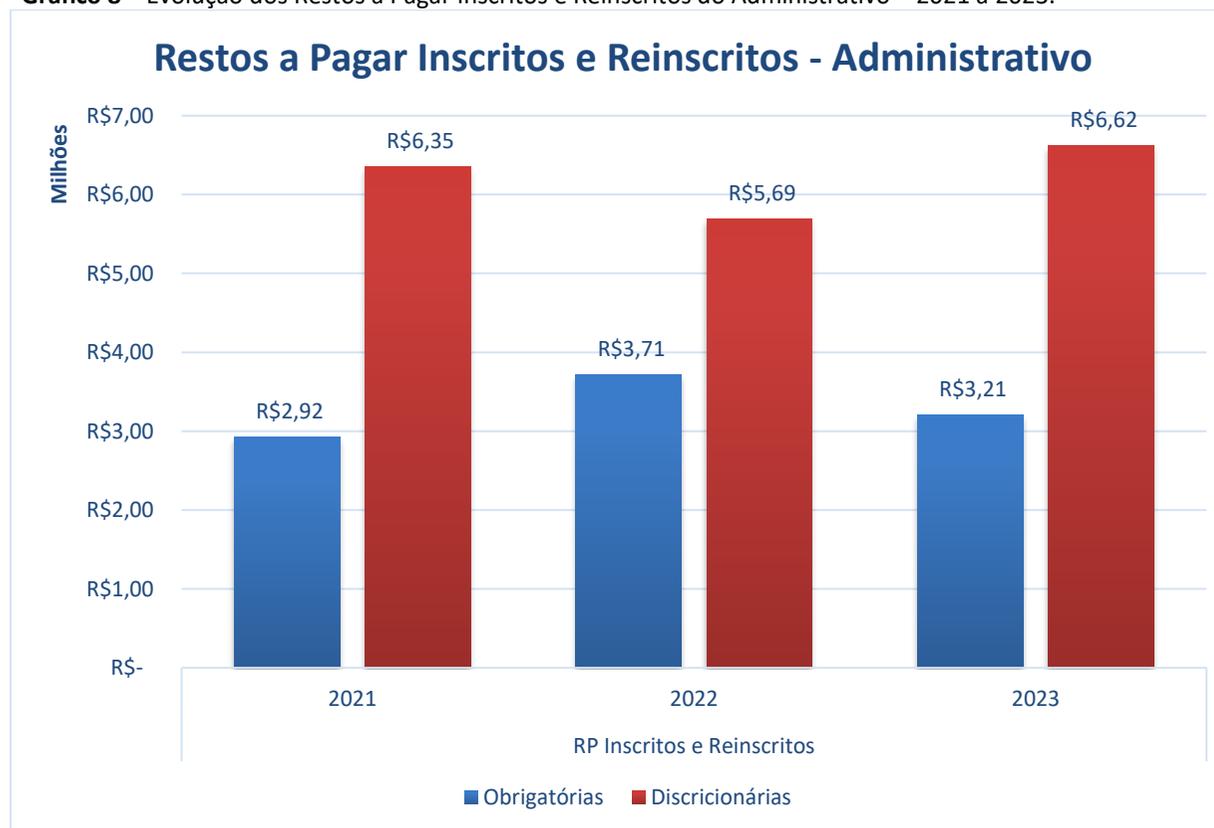
Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

## Restos a Pagar

O não pagamento dos empenhos emitidos no mesmo exercício gera a inscrição destes em Restos a Pagar. Os Restos a Pagar são dotações orçamentárias de anos anteriores que não foram executadas, mas que podem ser pagas no futuro.

Em relação ao Administrativo, o volume inscrito em Restos a Pagar em Despesas Obrigatórias apresentou aumento de 2021 para 2022 e, posteriormente, uma leve queda em 2023. Em Despesas Discricionárias, houve uma queda na inscrição de empenhos em Restos a Pagar de 2021 para 2022 e um movimento de alta em 2023, conforme gráfico a seguir.

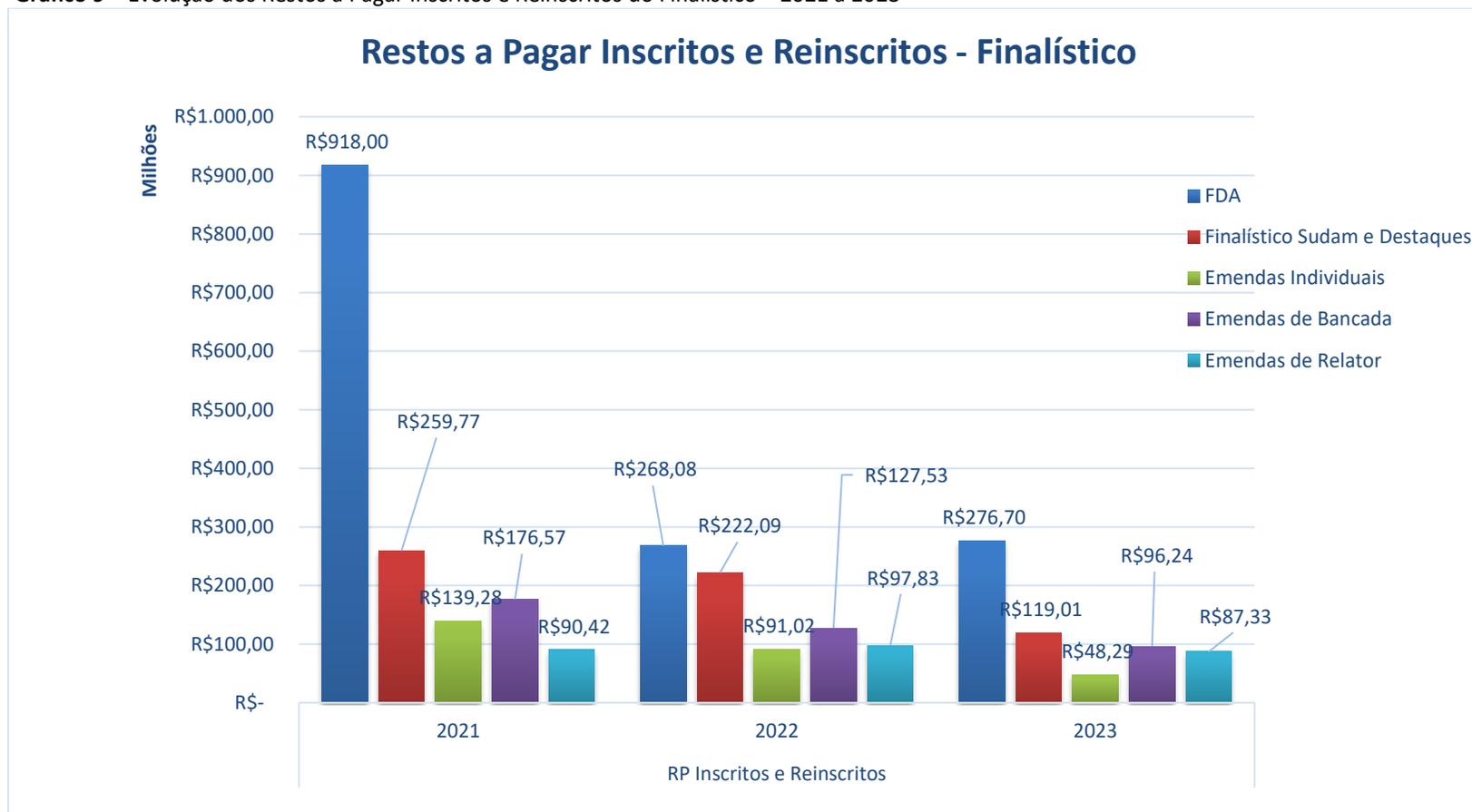
**Gráfico 8** – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo – 2021 a 2023.



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

No que diz respeito às despesas do finalístico da Sudam, no geral, a tendência do volume inscrito em Restos a Pagar foi de queda no período de 2021 a 2023. Em relação ao FDA, houve forte redução no volume de empenhos inscritos em Restos a Pagar de 2021 para 2022 e ligeiro aumento em 2023. A principal razão para a queda de 2021 para 2023 foi a anulação de empenhos de financiamentos não realizados.

**Gráfico 9 – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico – 2021 a 2023**



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

Em relação aos pagamentos de Restos a Pagar do Administrativo, o volume pago de Despesas Obrigatórias apresentou aumento de 2021 para 2022 e, posteriormente, uma leve queda em 2023. Em Despesas Discricionárias, houve uma queda no volume de Restos a Pagar pagos em Despesas Discricionárias 2021 para 2022 e um movimento de alta em 2023, conforme gráfico a seguir.

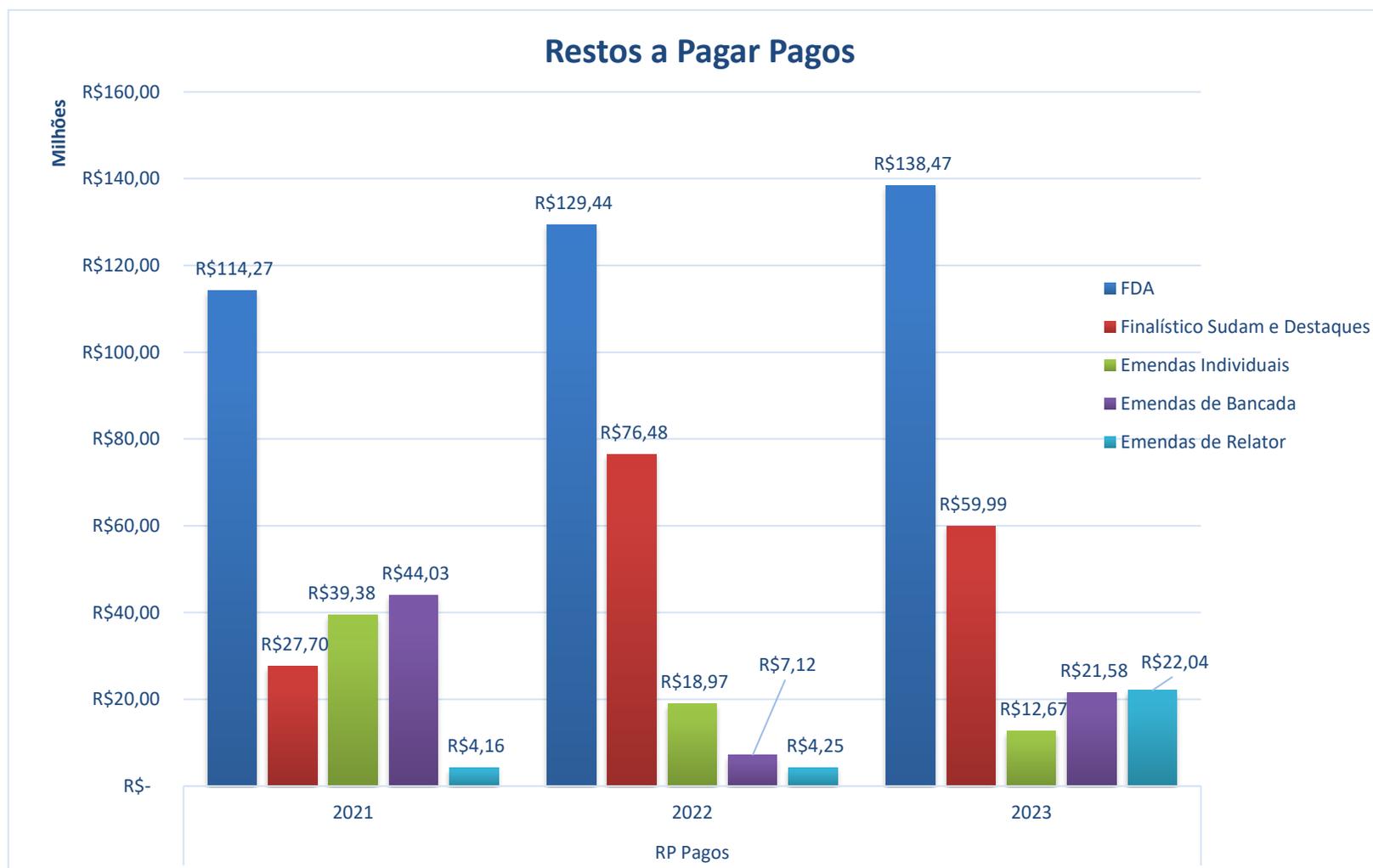
**Gráfico 10 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Administrativo - 2021 a 2023.**



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

No Finalístico, os dados não apresentam uma tendência específica. Enquanto nas dotações do finalístico próprio da Sudam proveniente de destaques orçamentários de outros órgãos e emendas de bancada, os pagamentos de restos a pagar apresentaram forte oscilação, nas dotações de emendas individuais houve clara tendência de redução no volume de pagamentos de Restos a Pagar. Nas dotações do FDA e emendas de relator, houve tendência de alta no período, conforme gráfico a seguir.

**Gráfico 11 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Finalístico – 2021 a 2023.**



Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

### **Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.**

Excluindo da análise o FDA, os dados demonstram que a Sudam atingiu a meta estabelecida no Planejamento Estratégico de executar, no mínimo, 95% de sua dotação orçamentária em 2023. O resultado foi de 99,80% no referido exercício, superando os valores alcançados em anos anteriores: 91,29% em 2021 e 92,81% em 2022. Assim, observa-se que a Sudam executou adequadamente o seu orçamento de 2023, mantendo o percentual empenhado em níveis bastante elevados

O principal desafio para os próximos exercícios consiste em adequar o quadro de pessoal da unidade responsável pela gestão orçamentária e financeira da Sudam, considerando o seu quantitativo atual reduzido.

#### **4.5.2.2. Gestão de Pessoas**

Para coordenar as atividades relativas à Gestão de Pessoas na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Pessoal.

##### **Conformidade Legal**

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Sudam observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. As principais normas internas adotadas na gestão de pessoas na Sudam são as seguintes:

- Resolução Dicol/Sudam nº 25, de 07 de outubro de 2010, que trata da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional, no âmbito da Sudam;
- Resolução Dicol/Sudam nº 22, de 1º de fevereiro de 2018, que institui a Política de Gestão de Pessoas da Sudam;
- Resolução Dicol/Sudam nº 25, de 19 de março de 2021, que dispõe sobre a jornada de trabalho e controle de frequência dos servidores e empregados públicos em exercício na Sudam;
- Portaria Sudam nº 236, de 13 de dezembro de 2021, que trata do Programa de Gestão na Sudam;

Assevera-se que não há ferramentas de controle internas aplicadas à folha de pagamento e gestão de pessoas. Entretanto, existem as ferramentas externas: trilha preventiva na folha de pagamento, realizada pelo então Ministério da Economia, e gestão da folha de pagamento e gestão de pessoas, realizadas pelo TCU por meio do E-pessoal.

##### **Avaliação da Força de Trabalho**

A redução do número de servidores do quadro efetivo da Sudam, ocasionada, em especial, pelos casos de aposentadoria, sem a devida reposição por meio de concurso público, ao longo dos últimos anos, constitui-se como um fator crítico de risco que tem interferido consideravelmente

na execução das ações da autarquia. O déficit de pessoal comprometeu, inclusive, a participação dos servidores em ações de capacitação previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP de 2023.

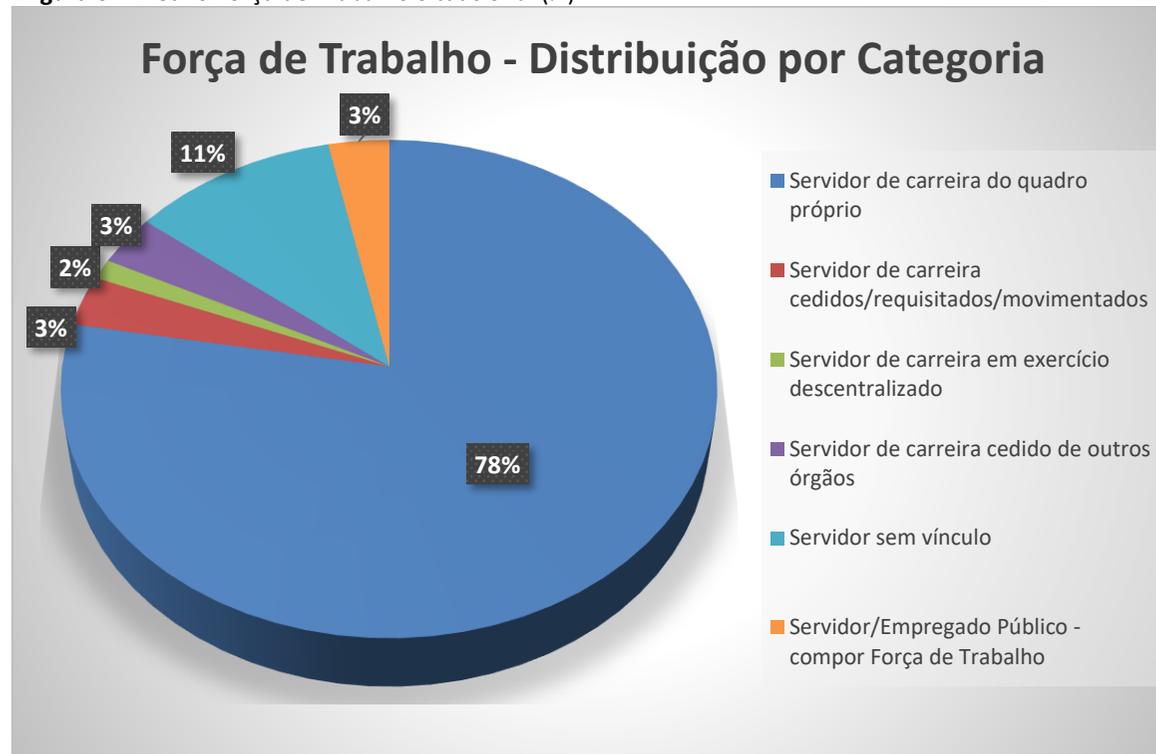
Com relação à força de trabalho, atualmente a Sudam conta com o seguinte quadro funcional:

**Tabela 18 – Efetivo Força de Trabalho**

<b>Categorias</b>	<b>Quantidade</b>
Servidores de carreira	119
Servidores de carreira cedidos/requisitados/movimentados	5
Servidores de carreira em exercício descentralizado	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	5
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	17
Empregados públicos / Servidores movimentados	5
<b>TOTAL</b>	<b>153</b>

**Fonte:** SIAPE, 2024.

Figura 6 – Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)



Analisando a evolução da força de trabalho da Sudam desde 2013, demonstra-se que esta teve seu ápice no período entre 2015 e 2017, após ingresso dos servidores oriundos do último concurso público realizado, e que entrou em declínio a partir de 2018. Demonstra-se ainda que a força de trabalho atual é menor que a força de trabalho do período anterior ao ingresso dos servidores advindos do concurso público, impactando a manutenção de uma base sólida formada por profissionais de carreira que fortaleça o desempenho institucional.

**Tabela 19 - Evolução da Força de Trabalho (2013-2023)**

Categorias	QUANTIDADE										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Servidores de carreira	136	188	203	207	193	186	158	146	136	130	124
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	3	3	2	1	5	5	10	8	9	5	5
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	15	17	20	14	15	15	18	18	16	9	17
Empregados públicos / Servidores movimentados	0	0	0	0	9	7	5	4	5	6	5
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>	<b>210</b>	<b>227</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	<b>215</b>	<b>193</b>	<b>178</b>	<b>168</b>	<b>152</b>	<b>153</b>

Fonte: SIAPE, 2024.

**Figura 7 - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2013-2023)**



Fonte: SIAPE, 2024.

Conforme os dados apresentados na Tabela 19, de 2017 até 2023, observa-se uma redução de cerca de 32% na força de trabalho da Sudam, o que se mostra incompatível com o importante papel da autarquia de promoção do desenvolvimento regional na Amazônia Legal, considerando os diversos instrumentos de ação geridos e as complexidades enfrentadas na região.

Há dificuldades em manter na Sudam uma base sólida formada por profissionais de carreira, em razão da elevada rotatividade de pessoal, ocasionada pela ausência de uma carreira especializada que corrija as distorções salariais existentes em comparação a outras carreiras já estruturadas. Essa dificuldade de retenção do capital intelectual prejudica a realização de atividades da área finalística e da área meio, comprometendo a governança institucional.

Consoante as dificuldades apontadas, entende-se como necessária a implementação de carreira especializada, inclusive, para a realização de concurso público, pois representa um fator de atratividade, estimulando o ingresso e reduzindo a rotatividade. Ademais, a perda prematura de servidores representa de forma cabal o desperdício de treinamento e de esforços consideráveis para formar e manter um quadro funcional de excelência.

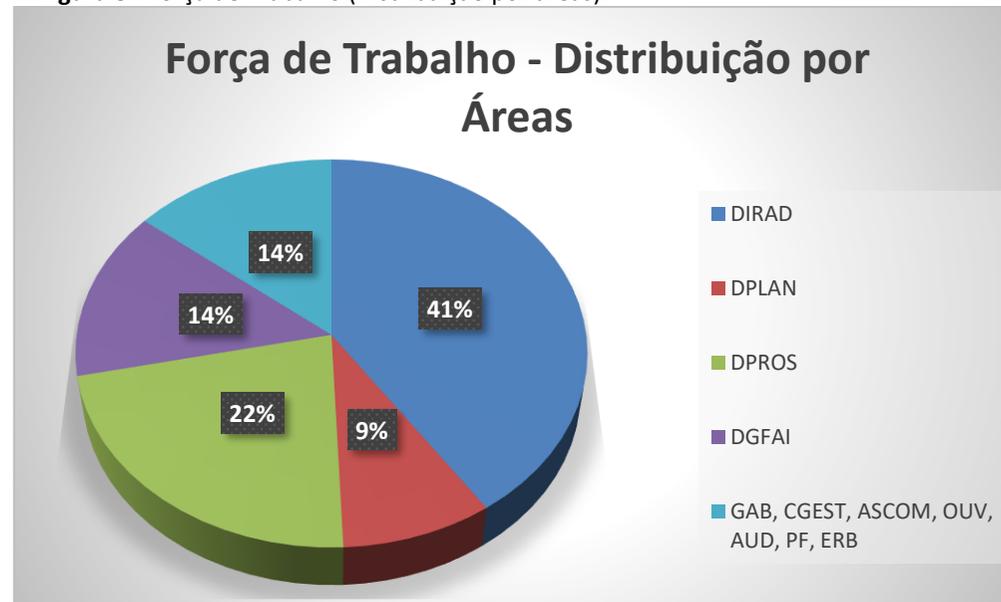
A seguir, apresenta-se a força de trabalho da Sudam distribuída por áreas:

**Tabela 20 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).**

Área	Unidades	Quantidade
ÁREA MEIO	DIRAD	56
ÁREA FINALÍSTICA	DPLAN	15
	DPROS	30
	DGFAI	20
ÁREA DE ASSESSORIA	GAB, CGEST, ASCOM, OUV, AUD, PF, ERB	27
TOTAL		<b>148</b>

Fonte: SIAPE, 2024.

Figura 8 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).



Fonte: SIAPE, 2024.

Para contribuir no fortalecimento da força de trabalho da Sudam, encontra-se em trâmite proposta para que os servidores desta instituição, bem como da Sudene e Sudeco integrem o plano de carreiras da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Atualmente, não há na instituição políticas de recrutamento e alocação de pessoas. No exercício de 2023, foi realizado processo seletivo para estágio não obrigatório, cujas contratações estão ocorrendo em 2024.

Quanto aos servidores em condições de aposentadoria, destaca-se que 22,5% do quadro próprio estão de abono permanência, evidenciando o risco de comprometer as atividades desta autarquia.

#### **Detalhamento da Despesa de Pessoal Ativo**

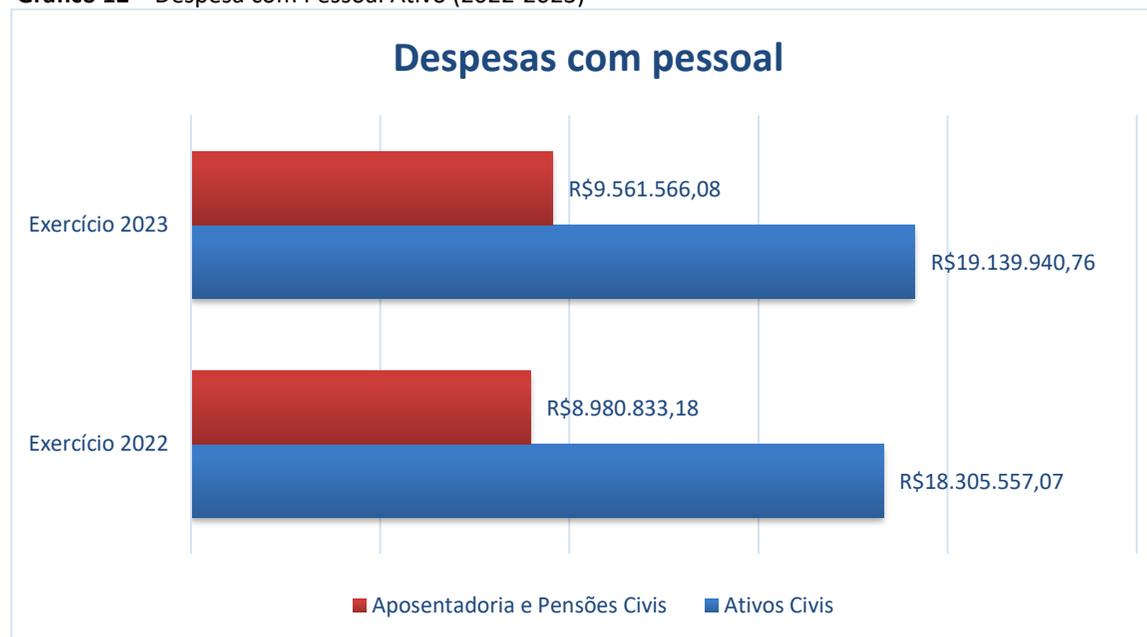
No que tange ao detalhamento da despesa de pessoal, houve ampliação das despesas com pessoal ativo e com aposentadoria e pensões civis em comparação com o exercício de 2022. A despesa com aposentadoria e pensões civis foi impactada pela concessão de 2 (duas) aposentadorias voluntárias. A despesa com ativos civis foi impactada pela ampliação no ingresso de servidores sem vínculo com a administração.

**Tabela 21 – Despesa com Pessoal Ativo (2022-2023).**

DESPESA DE PESSOAL	2022	2023
Aposentadoria e pensões civis	R\$ 8.980.833,18	R\$ 9.561.566,08
Ativos civis	R\$ 18.305.557,07	R\$ 19.139.940,76

Fonte: SIAPE, 2024.

**Gráfico 12 – Despesa com Pessoal Ativo (2022-2023)**



Fonte: SIAPE, 2024.

### Desempenho e Desenvolvimento

Com relação à adoção de estratégias de valorização por desempenho, a Sudam executou, ao longo de 2023, o Programa de Gestão, implementado por meio da Portaria nº 236, de 2021. Tal ferramenta possibilita o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes por meio do teletrabalho. Atualmente, o programa encontra-se em fase de

adequações à Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023, e Instrução Normativa Conjunta SGP-SRT-SEGES/MGI nº 52, de 21 de dezembro de 2023, e às necessidades da autarquia.

Ademais, foi prestada homenagem aos servidores com mais de 40 anos de serviço público em exercício na Sudam, realizada no dia 21 de agosto de 2023, havendo a entrega de certificados de agradecimento pelos anos de trabalho dedicados à instituição.

Quanto às ações de desenvolvimento e capacitação, previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP 2023, foram ofertados 107 (cento e sete) eventos, como: Cursos, Simpósios, Oficinas, Palestras, Fóruns, Masterclass, dentre outros, promovidos pela ENAP, escola de governo e empresas de treinamento, em atendimento às necessidades de capacitação dos servidores. Desse total, foram realizados 51 (cinquenta e um) eventos com a participação de 125 (cento e vinte e cinco) servidores em diversas temáticas, sendo 10 (dez) eventos com custos e 41 (quarenta e um) sem custos. O total de investimento em eventos de capacitação com custos foi de R\$ 119.840,00 (cento e dezenove mil, oitocentos e quarenta reais).

Em setembro de 2023, foi elaborado o PDP para o exercício de 2024, conforme estabelecido no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, a partir do levantamento das capacidades que precisam ser aprendidas ou aprimoradas para que a organização alcance seus objetivos. A construção contou com a participação de servidores (pontos focais) de todas as unidades da Sudam, que realizaram o registro das necessidades de capacitação no Portal SIPEC, a partir de reuniões e discussões realizadas em suas respectivas equipes.

#### **Ações Voltadas à Qualidade de Vida do Servidor**

Em 2023, foram programadas 08 (oito) ações relacionadas à qualidade de vida do servidor, em parceria com diversos órgãos e entidades locais. Desse total, apenas duas programações não foram realizadas, a saber: "Dia Mundial do Meio Ambiente" e "Campanha Solidária: Doação de Sangue". Segue abaixo a lista das ações realizadas em 2023:

- ✓ Programação Dia Internacional da Mulher – 07 e 08 de março de 2023;
- ✓ Homenagem ao Dia dos Pais – 11 de agosto de 2023;
- ✓ Roda de Conversa: Dia Mundial de Combate ao Colesterol / Palestra: Saúde Bucal do Adulto / Aferição de pressão arterial / Homenagem aos Pais com sorteio de brindes – 24 de agosto de 2023;
- ✓ Palestra: Prevenção ao Suicídio – 28 de setembro de 2023;
- ✓ Palestra: Prevenção ao Câncer de Mama – 24 de outubro de 2023; e
- ✓ Campanha de Vacinação – 09 de novembro de 2023.

#### **Principais Metas não Alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos anos**

A elaboração e execução de uma trilha de aprendizagem relacionada à meta global “Desenvolver e valorizar o capital humano da instituição”, prevista no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) em 2023, foi uma das ações não realizadas, em virtude de vários fatores, dentre os quais a

dificuldade em conciliar a proposta inicial da trilha com a sobrecarga de ações das unidades/servidores definidas como público-alvo, o que gerou impasse e atraso na redefinição de outros destinatários, tornando inexecuível a sua programação, face a redução de tempo para a sua execução.

O principal desafio para os próximos anos refere-se à necessidade urgente de recomposição da força de trabalho da Sudam, mediante concurso público, o qual deverá ser solicitado em 2024. Ademais, outras ações deverão ser realizadas como a atualização e implementação da proposta de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC, fundamental para a promoção da valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços, e a pesquisa de clima organizacional.

#### **4.5.2.3. Gestão de Licitação e Contratos**

Para coordenar as atividades relativas à gestão de licitações e contratos na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Licitações e Contratos.

##### **Conformidade Legal**

O processo de trabalho relativo às atividades de licitações e contratos teve como base os pressupostos estabelecidos nas legislações vigentes em 2023, tais como a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 1.024, de 20 de setembro de 2019 (Pregão eletrônico), a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a IN/SEGES/MPDG nº 05 de 2017 (Contratação de serviços), a IN nº 01/SEGES/2019, a IN SEGES nº 73/2020, a IN SEGES nº 40/2020, a IN SEGES/ME nº 65/2021, a IN SEGES/ME nº 67/2021, a Portaria nº 443, de 27.12.2018, a Orientação Normativa/SEGES nº 02, de 06 de junho de 2016, e os instrumentos de padronização dos procedimentos de contratação. A atuação nessas atividades acompanha as mudanças advindas na legislação.

A Sudam conta com Procuradoria Federal - PF, vinculada à Procuradoria-Geral Federal, que contribui para que os processos que tratam da matéria ganhem segurança jurídica, uma vez que a análise e o opinamento nos mesmos possibilitam ganhos na conformidade das contratações com as normas, principalmente com a legislação relativa a licitações e contratações públicas.

Além disto, a Auditoria-Geral contribui para melhoria da governança e gestão das aquisições de bens e serviços, bem como para a licitação e gestão dos contratos, quando dos trabalhos operacionais realizados nas áreas. A referida unidade orienta e solicita correções a fim de que todas as características, critérios e parâmetros exigidos sejam alcançados, contribuindo para conformidade e aperfeiçoamento da gestão.

Nas Licitações, adotam-se as listas de verificação instituídas pela Orientação Normativa SEGES/DELOG/MP nº 02/2016. Os pregoeiros, a fim de racionalizar procedimentos, seguem a orientação de adotar as padronizações de minutas de editais da Advocacia-Geral da União relativo às licitações.

Nos casos de ocorrência de infração às obrigações ou do comportamento de licitantes nas licitações, a autarquia, por meio das unidades que possuem a gestão contratual, tem aberto os procedimentos para aplicação das sanções previstas com a formalização de processo administrativo e com devido exercício da garantia do contraditório e da ampla defesa pelas empresas envolvidas. Em 2023, foram abertos 3 (três) procedimentos apuratórios na Sudam.

##### **Resumo dos Valores de Contratações:**

As contratações concluídas em 2023 estão descritas no Quadro 14:

**Quadro 14** – Resumo dos Valores de Contratações em 2023

Tipo	Quantidade	Valor (R\$)
Renovações	17	4.932.536,15
Pregões - Sudam	08	3.214.716,34
Concorrência	01	850.000,00
Inexigibilidade Lei nº 8.666/93	12	219.441,00
Inexigibilidade Lei nº 14.133/21	02	48.000,00
Dispensa (Lei nº 8.666/93)	06	361.698,85
Dispensa (Lei nº 14.133/21)	16	264.329,52
Adesões a Ata de Registro de Preço	07	1.922.009,47
Participações em Registro de Preços de outras UASGs	03	397.712,56

**Fonte:** SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2024

As contratações em 2023 na Sudam favoreceram as áreas de Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Comunicação e Marketing Institucional, Gestão Administrativa e Planejamento e Articulação de Políticas.

#### **Contratações mais relevantes**

As contratações mais relevantes no exercício de 2023 foram:

- Pregão nº 08, que possui como objeto a contratação de empresa para perícia técnica de engenharia civil para a avaliação estrutural do prédio da Sudam. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico de “Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho”;
- Concorrência nº 01, que versa sobre a prestação de serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNO. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico “Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam”.

### Modalidades Pregão e Concorrência

Entre as adesões e licitações próprias foram realizados 19 (dezenove) procedimentos, envolvendo 18 (dezoito) pregões e 1 (uma) concorrência. As duas modalidades representaram 87,72% das contratações da instituição:

**Quadro 15 – Modalidades Pregão e Concorrência em 2023**

Modalidade	Total (R\$)	Percentual	Quantidade
Adesão à Ata de Registro de Preço – ARP	1.922.009,47	26,41%	07
Sistema de Registro de Preço – Participação da Sudam	397.712,56	5,46%	03
Concorrência	850.000,00	11,68%	01
Pregão Eletrônico Tradicional	3.214.716,34	44,17%	08
<b>Total Geral Pregão e Concorrência</b>	<b>6.384.438,37</b>	<b>87,72%</b>	<b>19</b>

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2024

### Contratações diretas

As dispensas de licitação em 2023 foram realizadas tanto pela Lei nº 8.666, de 1993, quanto pela Lei nº 14.133, de 2021, conforme quadro 16.

**Quadro 16 – Dispensas de Licitações em 2023**

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor (R\$)
Dispensa inciso II, art. 24	8.666/93	05	54.796,25
Dispensa inciso IV, art. 24	8.666/93	01	307.112,60
Dispensa inciso I, art. 75	14.133/2021	01	26.450,00
Dispensa inciso II, art. 75	14.133/2021	12	237.669,52
Dispensas fracassadas / desertas	14.133/2021	03	-
<b>Total Geral da Modalidade</b>		<b>22</b>	<b>626.028,37</b>

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2024

A despesa de maior valor diz respeito ao contrato emergencial realizado para suprir as necessidades da administração, considerando que a prestadora que executava os serviços anteriormente não estava prestando de maneira satisfatória.

No exercício de 2023, foram realizados 14 (quatorze) eventos na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, sendo 08 (oito) relacionados à participação de servidores em treinamentos e aperfeiçoamentos, conforme o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP.

**Quadro 17 - Tipos De Inexigibilidades – 2023**

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor (R\$)
Inciso II, art. 25	8.666/93	08	70.070,00
Caput, art. 25	8.666/93	04	149.371,00
Inciso III, art. 74	14.133/21	01	48.000,00
Cancelada	14.133/21	01	-
<b>Total Geral da Modalidade</b>		<b>14</b>	<b>267.441,00</b>

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2024

**Quadro 18** – Resumo das Contratações Diretas – 2023

<b>Modalidade</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>
Dispensa	626.028,37	8,60	22
Inexigibilidade	267.441,00	3,68	14
<b>Total</b>	<b>893.469,37</b>	<b>12,28</b>	<b>36</b>
<b>Contratação Direta</b>			
<b>Total Geral das Modalidades</b>	<b>7.277.907,74</b>	-	-

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2024

### **Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.**

A Sudam, ao longo dos últimos anos, tem alcançado metas e desafios para a área de contratações e renovações de instrumentos voltados para sua manutenção geral e as atividades finalísticas, por meio do atendimento das demandas. A busca pela melhor solução envolve todos os atores, a fim de cristalizar as demandas contidas no plano anual de compras e renovações contratuais elaborado para cada exercício.

Os principais desafios na gestão de licitações e contratos são:

- Adequar a instrução processual com base nas disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021);
- Redesenhar os fluxos de licitações à luz da nova lei de licitações;
- Manter a modelagem oferecida pela AGU para os editais;
- Produzir norma para o plano anual de contratações;
- Manter a equipe da Administração sempre atualizada quanto à legislação, à jurisprudência e aos procedimentos necessários, para que possa atender com eficiência às necessidades da autarquia;
- Produzir relatórios gerenciais de risco na forma prevista no Decreto nº 10.947, de 25/01/2022;
- Manter o acompanhamento (monitoramento) dos processos de contratações previstas no PAC a fim de que 80% das novas contratações sejam efetivadas até 29/09/2024;

No que se refere às ações e perspectivas, sob a ótica das licitações, entende-se que a Sudam deverá ultimar esforços em relação aos desafios enumerados, a fim superá-los a partir da:

- Elaboração de manuais que auxiliem a consecução dos processos com maior eficiência;

- Capacitação dos agentes requisitantes, a fim de mitigar problemas de construção do termo de referência ou projeto básico ou da formação do valor do procedimento licitatório, agregando eficiência na instrução processual.
- Treinamento dos servidores em gestão de contratos, a fim de que as competências de fiscalização técnica, administrativa e setorial sejam adequadas para o acompanhamento do objeto.

#### 4.5.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Para coordenar as atividades relativas à gestão patrimonial e infraestrutura, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Gestão Administrativa.

##### **Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades**

A conformidade da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura da Sudam se deu pela observância das seguintes normas e mecanismos de controle: Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.666, de 1993; Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei nº 14.133, de 2021; Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020; Portaria ME nº 1.708, de 12 de fevereiro de 2021; Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021; Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021; Manual de Normas e Procedimentos para o Controle do Acesso e Circulação Interna na Sudam; Instruções Normativas nº 05/2017, 40/2020; 65/2021, 67/2021, 58/2022 e 91/2022; Regimento Interno da Sudam; Relatórios de Auditoria Interna; e Sistemas Eletrônicos: SEI, ComprasNet e seus módulos, SGG e Fonte de Preços.

##### **Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos**

No período de dezembro/2022 a maio/2023, ocorreu o sobrestamento das atividades de alguns contratos celebrados pela Sudam, razão pela qual o Serviço de Reforma/Revitalização dos 3º e 6º andares do Bloco C da Sudam e o Serviço de Elaboração de Projetos tiveram suas contratações prorrogadas, com suas atividades iniciadas em outubro/2023, justificando os valores zerados de execução até o término do exercício. Complementarmente também foram realizadas outras contratações, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 19** – Investimentos de capital em 2023: Infraestrutura e equipamentos

Objeto	Área de Intervenção	Valor Anual Contratado (R\$)	Valor Executado (R\$)	Justificativa
Serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas do complexo predial da Sudam.	3º andar do Bloco C.	432.603,82	0,00	Tratam-se de investimentos que promoverão melhorias estruturais no complexo predial da Sudam, através da valorização do patrimônio da
	6º andar do Bloco C.	432.603,82	0,00	

Elaboração de projetos de layout, elétrico e luminotécnico, cabeamento lógico e instalações telefônicas e climatização para 01 (um) andar.	Bloco C	45.750,00	0,00	Autarquia, otimização de utilização de espaços, adequação nos fluxos de pessoas e na acessibilidade, além dos impactos positivos no consumo de água e energia elétrica.  O resultado da contratação também atenderá demandas legais junto a órgãos fiscalizadores e também permitirá melhores condições de trabalho para os servidores e colaboradores da Sudam, através de maior conforto nas instalações prediais, influenciando em ganhos no desempenho das equipes de trabalho.
Serviço de perícia técnica de engenharia civil para avaliação estrutural do Complexo Predial da Sudam	Complexo Predial da Sudam	169.832,22	0,00	
Serviço de recuperação do espelho d'água/aquário da Sudam	Estacionamento P4 da Sudam	16.236,25	0,00	
Aquisição de mobiliário administrativo	DIRAD, DPROS, ASCOM e Gabinete	121.200,80	0,00	Com a posse da nova Diretoria da Sudam a partir de maio/2024 e, conseqüentemente, o incremento nas atividades da Assessoria de Comunicação, da Diretoria de Administração e da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, evidenciou-se que a estrutura física e de mobília disponível para apoio e suporte a estas unidades era insuficiente, comprometendo os resultados e objetivos definidos. A partir destas aquisições os setores terão um incremento em sua capacidade de atuação e articulação interna e externa.
Aquisição de Equipamentos de Refrigeração	Coordenações da Sudam	16.579,05	0,00	

**Fonte:** CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

Os investimentos realizados elencados acima têm impacto direto no alcance do objetivo estratégico "Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho".

No Plano de Contratações (PGC) para o ano de 2023, foram previstas 38 (trinta e oito) contratações, das quais foram efetivadas 29 (vinte e nove). E a economia entre a previsão inicial de contratação e os valores efetivamente executados ao longo de 2023 foi de 39,65%, conforme é demonstrada no quadro 20.

**Quadro 20 – Contratos Executados em 2023**

<b>OBJETO</b>	<b>VALOR PREVISTO PGC 2023 (R\$)</b>	<b>VALOR EXECUTADO 2023 (R\$)</b>	<b>DIFERENÇA %</b>	<b>Observação</b>
Execução dos projetos acessibilidade, pcip e spda	500.000,00	0,00	-	Contratação Suspensa
Implantação de sistema de geração fotovoltaica	1.300.000,00	0,00	-	Contratação Suspensa
Manutenção predial	370.000,00	249.969,37	32,44%	-
Manutenção e lavagem de veículo oficial	10.000,00	0,00	-	Contratação não executada
Fornecimento de água e coleta de esgotos sanitários	90.000,00	101.345,30	- 12,61%	-
Manutenção dos elevadores	45.000,00	39.269,44	12,73%	-
Combate a pragas urbanas	20.000,00	19.800,00	1%	-
Manutenção e recarga dos extintores de incêndio	9.000,00	6.105,00	32,17%	-
Serviço de análise de qualidade de ar	10.000,00	7.800,00	22%	-
Limpeza de reservatórios de água e sistemas de esgotos	60.000,00	42.099,99	29,83%	-
Manutenção sistema de refrigeração	150.000,00	62.051,49	58,63%	-
Fornecimento de energia	720.000,00	831.125,74	- 15,43%	-
Manutenção preventiva e corretiva das subestações	162.150,00	110.376,00	31,93%	-
Serviços ata de registro de preço nº 01/2022	250.000,00	0,00	-	Contratação efetuada, porém, por sobrestamento, sem execução em 2023
Manutenção controle acesso de pedestres e veículos (reajuste)	25.044,28	25.044,24	0%	-

Serviço em elevadores	30.000,00	26.850,00	10,50%	-
Projeto de combate a incêndios	114.000,00	0,00	-	Contratação suspensa
Serviço de transporte-mobiliário	118.800,00	16.680,00	85,96%	-
Serviço de chaveiro	4.025,04	970,80	75,88%	-
Serviço de estiva - carregador e montador de móveis	30.360,00	29.664,00	2,29%	-
Serviço Jardinagem	26.446,28	12.716,70	51,95%	-
Serviço de vigilância armada	768.771,60	668.497,00	13,04%	-
Transporte rodoviário RMB - Taxigov	40.300,00	3.290,29	91,84%	-
Locação de veículos áreas rurais	66.738,00	0,00	-	Contratação suspensa
Serviço de limpeza e conservação - áreas internas	1.104.245,76	894.311,37	19,01%	-
Prestação de serviços de apoio administrativo	1.863.000,00	1.449.551,00	22,19%	-
Serviço transporte servidor Brasília/DF - Taxigov DF	3.960,00	0,00	-	Contratação suspensa
Serviço de apoio administrativo gráfico	82.726,92	62.488,32	24,46%	-
Locação de equipamento reprográficos	83.973,00	42.917,52	48,89%	-
Aquisição de material gráfico	56.637,50	17.243,76	69,55%	-
Aquisição de material de expediente para SUDAM	25.000,00	0,00	-	Contratação transferida para o exercício 2025
Aquisição de café e açúcar	20.160,00	17.075,00	15,30%	-

Aquisição de água mineral	56.637,50	39.313,00	30,59%	-
Pagamento de seguro veicular	3.076,25	2.145,00	30,27%	-
Pagamento anual de taxas relativa - IPTU	50.000,00	38.899,12	22,20%	-
Passagens áreas	512.000,05	512.000,05	0%	-
Passagens Rodoviária e fluviais	30.000,00	0,00	-	Contratação suspensa
Aquisição de itens para auditório	18.990,00	0,00	-	Contratação suspensa
<b>Total</b>	<b>8.831.062,18</b>	<b>5.329.599,50</b>	<b>39,65%</b>	-

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

### Desfazimento de ativos

Em 2023, a Sudam detinha 2.073 (dois mil e setenta e três) itens entre mobiliários e equipamentos (informática, refrigeração, comunicação etc.) e 14.556 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e seis) itens de almoxarifado passíveis de desfazimento, conforme regramento legal vigente. Deste total, foi realizada a retirada de 124 (cento e vinte e quatro) itens do patrimônio, através de doação, para a CATRESUR – Cooperativa Aquícola Agropecuária e Tratamento de Resíduos Sólidos Rurais e Urbanos, o que representou o desfazimento de 0,59% dos itens de patrimônio, conforme segue demonstrado no Quadro 21.

**Quadro 21 – Desfazimento de Ativos em 2023**

Itens	2022	2023	Desfazimento Realizado	Saldo ao final de 2023
Itens Patrimônio	2.073	2.073	124	1.949
Itens Almojarifado	15.919	14.556	0	14.556
<b>SOMA</b>	17.992	16.629	124	16.505

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

Importante destacar que será incorporado a este montante restante dos itens inservíveis na Sudam os levantamentos realizados em 2023 e que se encontram em análise. Também estão sob análise 07 (sete) pleitos de doação de bens inservíveis, a serem finalizados no ano de 2024.

#### Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2023 não houve locação de imóveis. No tocante à equipamentos, foram realizados 2 (dois) contratos de locação:

- Serviço de locação de 2 (dois) veículos, tipo sedan, sem motorista, no valor de R\$ 59.976,00; e
- Serviço de locação de 2 (dois) equipamentos reprográficos, no valor de R\$ 30.655,44.

#### Mudanças e desmobilizações relevantes

Visando o atendimento das metas pactuadas pela Sudam com o Programa TransformaGov, mais especificamente com o Projeto Racionaliza, que prevê o compartilhamento de áreas com diferentes órgãos da União, foram cedidos, em 2023, espaços administrativos dentro do Complexo predial da Sudam para os seguintes órgãos:

**Quadro 22 – Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2023**

Órgão/Entidade	Área Compartilhada	Local
Instalação do escritório da CODEVASF no Pará	28,07	4º Andar do Bloco C
Área de guarda de equipamentos da CODEVASF	900	Estacionamento
Escritório do MDS	43,82	Térreo do Bloco C

Escritório da RENORT/MIDR	105,81	2º e 3º andares do Bloco B
---------------------------	--------	----------------------------

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2023

Tendo em vista a continuidade nos serviços de reforma/revitalização do 3º andar do Bloco C do Complexo Predial da Sudam, foram deslocadas internamente em 2023 as seguintes unidades:

- i. Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI: para o 2º andar do Bloco C;
- ii. Coordenação-Geral de Planejamento Orçamentário e Articulação de Políticas – CGPAR: para o 5º andar do Bloco C;
- iii. Coordenação de Apoio à Inovação – CAPI: para o 2º andar do Bloco C; e
- iv. Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA: para o 6º andar do Bloco C.

#### **Principais desafios e ações futuras.**

A Sudam, em razão do Decreto nº 11.230, de 2022, passou por profundas modificações e naturalmente ainda se encontra em fase de transição com ajustes a serem realizados em suas rotinas de trabalho e atividades desenvolvidas. Nesse sentido, os principais desafios na área de gestão patrimonial e de infraestrutura são:

- i. Ajustamento dos prazos às metas anuais previstas no Planejamento Estratégico da Sudam;
- ii. Apoio na atualização do Plano de Logística Sustentável da Sudam;
- iii. Finalização dos levantamentos e análise do inventário 2023, com a incorporação dos bens inservíveis no atual montante existente;
- iv. Continuidade na análise e finalização processual dos pleitos de doação de bens encaminhados para a Sudam;
- v. Entrega formal de itens passíveis de reciclagem para as cooperativas e empresas credenciadas que atuam no segmento, em conformidade/alinhamento com o Plano de Logística Sustentável da Sudam - PLS e a parceria firmada com a Comissão do PLS;
- vi. Elaboração de estratégias de apoio às cooperativas que efetuam o recolhimento de materiais recicláveis, visto que muitas coletas não foram efetuadas em razão das limitações de recursos destas cooperativas, a exemplo de indisponibilidade de veículos, veículos com defeito, restrição de rotas aos veículos cedidos e a falta de recursos para aquisição de combustível.
- vii. Realização de 04 (quatro) descartes ambientalmente sustentáveis, em conformidade/alinhamento com o Plano de Logística Sustentável da Sudam - PLS e a parceria firmada com a Comissão do PLS.

Dentre as ações e perspectivas para os próximos anos, estão:

- i. Término da revitalização dos 3º e 6º andares do bloco C da Sudam.

- ii. Finalização dos ajustes nos Termos de Rateio dos órgãos que compartilham espaço no complexo predial da Sudam.
- iii. Atendimento integral das demandas pactuadas pela Sudam junto ao Programa TransformaGov.

#### **4.5.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação**

Para coordenar as atividades relativas à gestão da tecnologia da informação na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - CGTIC.

##### **Conformidade legal**

No que tange à gestão da tecnologia da informação, é observado e aplicado um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas para a Administração Pública Federal: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Lei nº 14.133, de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022; e Portaria SGD/MI nº 852, de 28 de março de 2023.

##### **Modelo de governança de TI**

O modelo de governança de TI adotado na Sudam está alinhado aos padrões indicados no Guia de Governança de TIC do SISP versão 2.0 e é suportado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), instituído pela Portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2022, que é responsável por decidir sobre políticas, diretrizes, investimentos e planos relacionados à TIC e tem a missão de institucionalizar a Governança Digital na Sudam. Possui função estratégica nas decisões relacionadas à TIC, sendo a instância deliberativa com o papel de Monitoramento, Avaliação e Direcionamento, conforme estabelecido no modelo de governança. O Comitê de Gestão Digital é composto pelo diretor de cada área, mais as áreas de tecnologia da informação e gestão de pessoas (responsável pela gestão dos dados pessoais).

**Figura 9 – Modelo de governança de TI.**



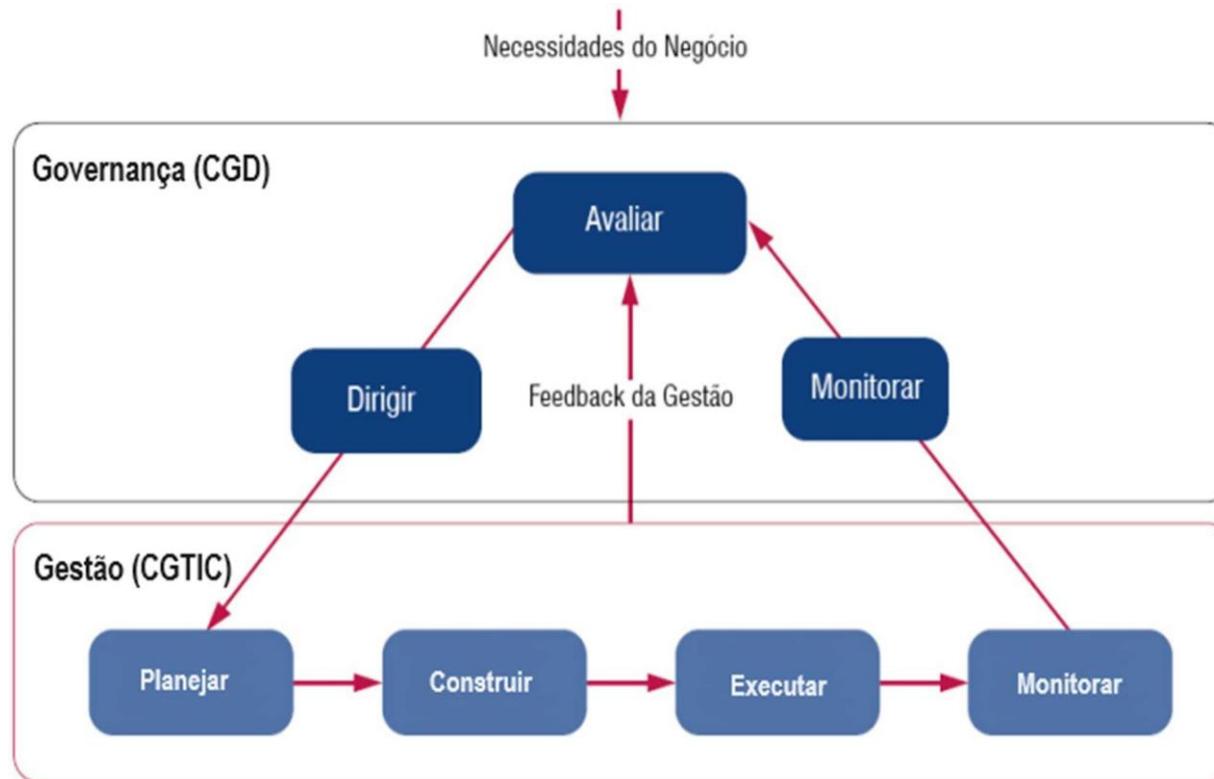
Fonte da imagem: INFORMATION TECHNOLOGY GOVERNANCE INSTITUTE - ITGI. COBIT - Control Objectives for Information and related Technology 4.1, ed. (em português). Rolling Meadows, ITGI, 2007. Disponível em: <<http://www.isaca.org/Knowledge-Center/itgi/Documents/FamptAllItems.aspx>>

**Fonte:** CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2024.

1. Alinhamento Estratégico - Vinculação entre TI e negócios (planejamento e operações).
2. Entrega de Valor – Garantia de alcance dos benefícios, com otimização de custos.
3. Gestão de Riscos – Incorporação do tratamento de riscos e da conformidade nos processos.
4. Gestão de Recursos – Otimização dos investimentos e do uso dos recursos de TI (humanos e tecnológicos).
5. Mensuração de Desempenho – Uso das reuniões de gestão semanal com a Diretoria e trimestral com o comitê, para avaliação e direcionamento dos resultados.

O instrumento utilizado para concretizar a Governança de Tecnologia da Informação é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC), cuja vigência atual é 2023-2024. Dessa forma, o modelo de Governança de TI segue o esquema a seguir:

Figura 10 – Fluxo modelo de governança de TI.



Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2024.

### Montante de recursos aplicados em TI

Em 2023, a Sudam, por meio da CGTIC, alcançou o seu melhor resultado em comparação ao ano anterior. Em 2022, a execução foi de 98,95% do orçamento disponibilizado, sendo 97,43% executado de Investimentos e 100% de custeio. Enquanto que em 2023, a execução foi de 100% do orçamento disponibilizado, todo na rubrica Custeio, conforme quadro a seguir:

**Quadro 23** – Recursos Aplicados em TI em 2023

Elemento de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	%
Investimento	300.000,00	0,00	0,00	0%
Custeio	555.600,00	705.600,00	705.600,00	100%
<b>Total</b>	<b>855.600,00</b>	<b>705.600,00</b>	<b>705.600,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2024.

A solidez dos artefatos que foram elaborados com vistas à aquisições e contratações fizeram com que cerca de 100% dos pregões relacionados à área de TIC fossem concluídos com êxito e esse detalhe influenciou de sobremaneira o atingimento dos patamares de execução do orçamento que foi disponibilizado à área de TIC da Sudam no exercício de 2023.

#### **Contratações mais relevantes de recursos de TI**

Em 2023, as contratações mais relevantes foram:

- **Renovação da Contratação de empresa especializada em serviços de mão-de-obra especializada em TIC:** esta contratação possibilitou suportar os diversos sistemas finalísticos, tais como: Sistema de Informações e Benefícios Fiscais (SIN), Sistema de Avaliação de Benefícios Fiscais (SIAV), Sistema de Convênios (SIAC) e o Sistema de Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (SIGFDA);
- **Contratação de nova empresa no contrato de direito de uso dos Softwares Microsoft (Software como serviço):** a contratação estruturou o ambiente tecnológico de TIC da Sudam e disponibilizou recursos tecnológicos para as atividades que demandam recursos de aplicativos de editores de texto, e-mail, calendários compartilhamento de arquivos e apoio na execução de atividades rotineiras do ambiente corporativo (relatórios, planilhas, apresentações, vídeo conferências, reuniões etc.) e armazenamento em nuvem com a devida segurança da informação. A contratação de nova empresa visa mitigar custos, por meio da adesão à Intenção de Registro de Preços conduzida à época pelo Ministério da Economia;
- **Contratação de Soft Anti-Malware:** esta contratação visa proteger os ativos tecnológicos das mais recentes ameaças cibernéticas, garantindo a continuidade da prestação de serviços de TIC, a manutenção dos serviços públicos e a prestação de informações de forma eficaz;
- **Contratação do Serviço de Certificação Digital:** a contratação visa prover meios que facilitem o acesso e compartilhamento de dados eletrônicos em Sistemas do Governo tais como: Compras Net, Siafi, Siasg, SEI, SCDP e outros, com a utilização de certificados digitais para pessoas físicas, além do envio mensal das contribuições para o INSS dos prestadores de serviços pessoa física por meio do Sistema Empresa de

Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social-SEFIP, cujos arquivos devem ser transmitidos por meio da conectividade social, com a utilização de certificados digitais pessoa jurídica;

- **Contratação do Software de Pesquisa de Preços:** essa contratação visa a melhoria na qualidade dos procedimentos administrativos, especialmente, visando dinamizar e tornar mais eficiente a fase de apuração de preços de mercado.
- **Contratação de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Telefonia Fixa:** Considerando a essencialidade dos serviços telefônicos na autarquia, que permitem a troca rápida e eficaz de informações interna e externamente, esta contratação foi realizada, objetivando a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva da Rede de Telefonia Interna da Sudam (ramais/tomadas/cabeamento/etc), com substituição de peças onde houver necessidade, além da previsão de eventuais alterações/movimentações de ramais dentro da rede de telefonia;

#### **Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI**

- **Melhorias no Sistema de Gestão e Governança:** melhorias implementadas visando um melhor atendimento integral à Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023, a qual estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho – PGD;
- **Melhorias no Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - SIN:** melhorias diversas realizadas para correções de problemas eventuais ou melhorias individuais no sistema, tais como a implementação do Manual do Usuário Interno e da funcionalidade de gerar relatórios de dados;
- **Sistema BADAM:** Organização dos repositórios e arquivos do Banco de Dados da Amazônia e estudo e análise conjunta com consultoria Publix para publicação do BADAM no site da Sudam;
- **Sistema SIAV:** Melhorias diversas realizadas para correções de problemas eventuais ou melhorias individuais no sistema, tais como a implementação do módulo de análise e gestão de indicadores/pendências para avaliação de incentivos fiscais;
- **Elaboração do Plano Diretor de TIC – PDTIC 2023-2024:** O PDTIC é o instrumento com metas e ações para a área de TIC, com alinhamento à estratégia organizacional, compreendendo diretrizes e ações transversais que suportam objetivos de negócio, bem como estruturais e regimentais da instituição;
- **Elaboração do Painel de Monitoramento e Acompanhamento da Execução do PDTIC 2023-2024:** visa monitorar e avaliar a implementação das ações, o uso dos recursos e a entrega dos serviços, com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos institucionais e, primordialmente, verificar o alcance das metas estabelecidas e, se necessário, estabelecer ações para corrigir possíveis desvios;
- **Infraestrutura de TIC:** melhorias implementadas na infraestrutura de TIC com a implementação da ferramenta IPS/IDS ao firewall corporativo, instalação de novo switch core da Rede da Sudam (switch central) e instalação/substituição de switches departamentais.

- **Biblioteca e Arquivo:** 374 obras digitalizadas e disponibilizadas na web, além de 810 volumes de processos digitalizados e incluídos no SEI;
- **Atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações da Sudam – POSIC 2023:** esta política tem por finalidade estabelecer as diretrizes para a segurança no uso, tratamento e controle, proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos, por qualquer meio, pelos sistemas de informação da Sudam;
- **Norma de Controle de Acesso Lógico:** norma complementar à POSIC, tem por finalidade estabelecer controles de identificação, autenticação e autorização para salvaguardar as informações da Sudam;
- **Potencialização do sinal de wireless:** reestruturação nos posicionamentos de todos os 12 Acess's Point's, acrescidos de 6 Acess's Point's que foram contratados;

#### **Principais metas não alcançadas, dificuldades enfrentadas e perspectivas**

Em 2023, as principais metas não alcançadas foram: a atualização da Versão do SEI de 3.0 para a versão 4.0 e a implementação do módulo de peticionamento eletrônico após a atualização da versão do SEI. A primeira ação depende de acordo de cooperação entre Sudam e TRF-4 para o envio do programa fonte. A previsão é de que seja realizado a partir de março de 2024.

As maiores dificuldades enfrentadas são: a desmotivação da equipe que se sente desvalorizada comparada a seus pares internos e externos; a falta de formação na área de parte dos servidores da unidade; a gestão e fiscalização de contratos complexos, a conciliação entre atividades técnicas e a instrução de processos burocráticos; e a previsão de aposentadoria de dois servidores.

Para 2024, espera-se o cumprimento de mais de 95% das metas estabelecidas para o ano, além da contratação de um servidor com perfil técnico para atuação na CGTIC. Ademais, serão implementadas novas normas relacionadas à segurança da informação.

#### **4.5.2.6. Sustentabilidade Ambiental**

A Sudam, desde o ano de 2019, vem implementando o seu Plano de Logística Sustentável - PLS, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, emitida à época pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a construção de um novo modelo de cultura institucional com a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2023:

##### **Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições**

Os contratos administrativos celebrados pela Sudam, em especial, os que envolvem a prestação de mão de obra, contemplam os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2022. Deste modo, os termos de referência que fundamentam as contratações adotam cláusulas específicas, destacando os critérios de sustentabilidade registrados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, principalmente, quanto: à utilização de equipamentos eletroeletrônicos que promovam a eficiência energética; ao fornecimento de insumos,

preferencialmente, constituído por materiais reciclados, renováveis, atóxicos e/ou biodegradáveis; à promoção durante a execução contratual de ações que promovam o baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; e ao uso racional da água.

Nos contratos de manutenção predial, os serviços prestados pelas contratadas são pautados no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, sendo realizadas verificações periódicas pela fiscalização do contrato e registradas nos relatórios de execução.

Além disso, as embalagens, restos de materiais e produtos e entulhos, incluindo cabos, restos de óleos e graxas, são separados para posterior descarte pela contratada. No caso da manutenção dos equipamentos de refrigeração, são utilizados fluidos refrigerantes que não agridem a camada de ozônio, como o R410a.

Também são realizados estudos contínuos quanto à eficiência dos contratos administrativos, visando a melhor empregabilidade do recurso público. Os contratos de mão de obra exclusiva possuem cláusulas relacionadas à necessidade de treinamentos obrigatórios por ano, objetivando a educação e sensibilização dos terceirizados para os temas da sustentabilidade. Ademais, há o acompanhamento da execução para avaliar a qualidade do serviço prestado e se o efetivo atende as necessidades.

#### **Ações para redução do consumo de recursos naturais**

No exercício de 2023, a Sudam desenvolveu diversas ações para redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis (copos, papéis, cartuchos), bem como para redução de poluentes com transporte e resíduos passíveis de reciclagem gerados na Instituição, conforme veremos a seguir:

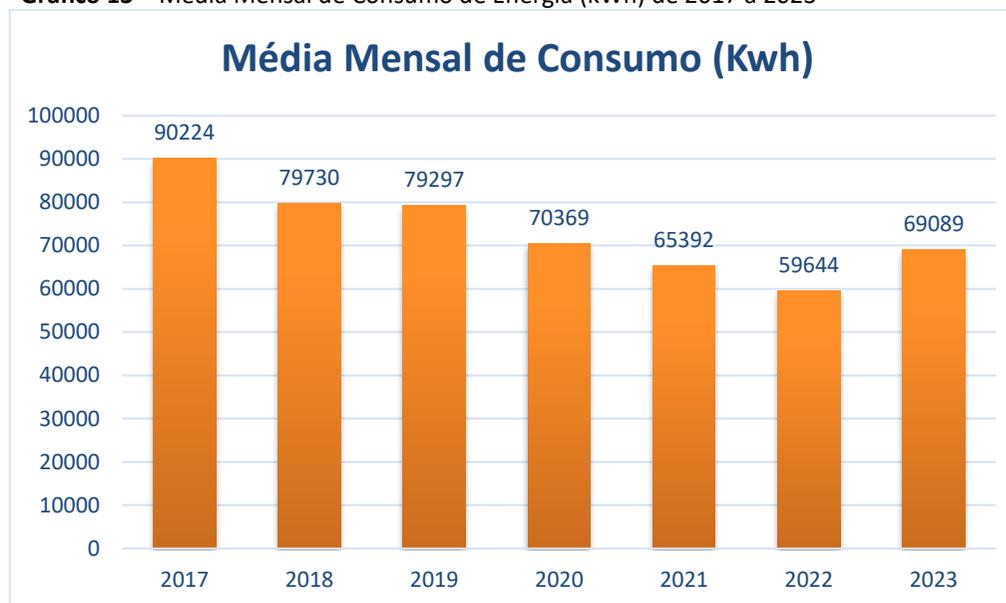
- **Consumo de Energia**

Dentre as ações para redução do consumo de energia em 2023, destacaram-se:

- ✓ Campanhas internas de conscientização dos servidores sobre consumo responsável de energia nos espaços e equipamentos da Sudam;
- ✓ A continuidade do Teletrabalho na instituição, reduzindo o consumo de energia no complexo predial da autarquia.

Entre 2017 e 2022, constatou-se uma redução na média mensal de consumo de energia elétrica na instituição. Entretanto, em 2023, houve um aumento de 16% no consumo de energia em relação ao ano anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**Gráfico 13 – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2023**



Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

O ano de 2023 representou para a Sudam a retomada de articulações com diversos órgãos governamentais e conseqüentemente o expressivo aumento de atividades internas e externas nas dependências de seu Complexo Predial. Destaca-se abaixo alguns dos eventos que impactaram com grandes mobilizações na Sudam:

- Apoio aos eventos Diálogos Amazônicos e Cúpula da Amazônia do Governo Federal em agosto/2023, que registrou a circulação de mais de 3.000 (três mil) pessoas na Sudam entre palestras, reuniões e encontros, inclusive com a instalação temporária de Ministérios Federais na sede da autarquia.
- Evento Marajó/Bailique em outubro/2023, que mobilizou a circulação de aproximadamente 1.000 (mil) pessoas na Sudam.

Diante desta grande mobilização, o consumo de alguns itens de uso comum teve aumento em comparação com o ano de 2022, conforme observado no resultado do consumo de energia elétrica.

Ressalta-se, no entanto, que apesar do aumento em 2023, o resultado apontado é inferior aos registrados entre 2017 e 2020. Nesse sentido, a Sudam dará continuidade às ações voltadas para consumo consciente e racionalizado dos recursos energéticos na instituição, objetivando maior adesão dos servidores.

- **Consumo de Água**

Dentre as ações para redução do consumo de água em 2023, destacaram-se:

- ✓ Campanhas de conscientização dos servidores da Sudam, em atenção à Portaria MPOG nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;
- ✓ Correções de vazamento em tubulações.

A seguir, apresenta-se tabela comparativa da média mensal de consumo de água entre 2022 e 2023:

**Tabela 22** – Média Mensal de Consumo de Água 2022-2023 (m<sup>3</sup>).

Ano	2022	2023
Média Mensal de Consumo	550,83	414,75

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

Apesar dos dados demonstrarem redução no consumo de água na Sudam, não foi observada redução nos custos, considerando que o total faturado em 2023 correspondeu a R\$ 101.345,30, frente a R\$ 82.820,15 em 2022.

Além das medidas já adotadas, a Sudam pretende intensificar o trabalho de fiscalização para questão do uso inadequado da água, realizando monitoramento frequente e buscando identificar possíveis vazamentos. A instituição continuará com as ações voltadas para a conscientização de um escopo maior de servidores sobre o consumo consciente de água no interior da Instituição, além de buscar a manutenção dos medidores do sistema de abastecimento de água na autarquia.

- **Consumo de Materiais Descartáveis: tonners, papéis e copos**

A Sudam prosseguiu com o contrato de serviço de outsourcing de impressão que viabiliza, desde 2021, a atualização tecnológica do parque de equipamentos de impressão, no qual trouxe melhorias qualitativas e redução de custos financeiros, fazendo com que esta autarquia esteja alinhada às ações de sustentabilidade propostas pelo Governo Federal.

Até 2020, os toners utilizados na instituição possuíam uma capacidade de impressão de aproximadamente 3.250 (três mil, duzentos e cinquenta) páginas. A partir de 2021, esta capacidade de impressões aumentou para 7.500 (sete mil e quinhentas) impressões, em razão da melhoria na tecnologia utilizada. Os dados a seguir evidenciam uma redução no número de impressões realizadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 2021, quando foi firmado o contrato de serviço de outsourcing na autarquia, contribuindo, assim, para a diminuição na quantidade de toners utilizados.

**Tabela 23** – Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2023

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de Impressões</b>	<b>Quantidade de Toners utilizados</b>
<b>2018</b>	409.156	126
<b>2019</b>	345.144	107
<b>2020</b>	280.000	87
<b>2021</b>	68.500	10
<b>2022</b>	92.537	13
<b>2023</b>	107.199	15

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2024

Em relação ao consumo de papel na autarquia, observa-se certa estabilidade nos números registrados em 2023 em comparação com 2022. Enquanto o consumo de papel não reciclado apresentou aumento de 8% em 2023, o consumo de papel reciclado reduziu em 6%.

**Tabela 24** – Consumo de Papel em 2022-2023 (resmas)

<b>Ano</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Papel A-4 75 g/m <sup>2</sup>	66	71
Papel A-4 Reciclado	67	63

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

No que se refere ao consumo de copos descartáveis utilizados por servidores, colaboradores e visitantes, observa-se aumento em 2023 em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

**Tabela 25** – Consumo de Copos Descartáveis em 2022-2023 (cento)

Ano	2022	2023
Copo Descartável 50 ml	22	31
Copo Descartável 200 ml	40	72

**Fonte:** CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

Conforme já relatado, as ações de articulações com diversos órgãos governamentais contribuíram para o expressivo aumento de atividades internas e externas nas dependências do Complexo Predial na Sudam, com a realização de diversos eventos, e, conseqüentemente, ocasionando o aumento no consumo de alguns itens.

- **Capacitações na Temática Sustentabilidade Ambiental**

Foram ofertadas aos servidores da Sudam 02 (duas) ações de capacitação relacionadas à Sustentabilidade Ambiental, nas temáticas: “Sustentabilidade na Administração Pública” e “Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações”, promovidas pela Escola Nacional de Administração Pública do governo federal (ENAP). Entretanto, houve a participação de apenas de 04 (quatro) servidores na ação “Sustentabilidade na Administração Pública”. Em relação ao curso “Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações”, não houve participação de servidores, em virtude do volume de demandas das unidades relacionadas à gestão e instrução de processos de contratações de bens e serviços previstas no PGC da Sudam.

**Redução de resíduos poluentes:**

Dentre as ações de sustentabilidade no serviço de transporte da Sudam em 2023, destacaram-se:

- ✓ A utilização de veículos abastecidos com combustíveis que gerem menor emissão de carbono; e
- ✓ O acúmulo de viagens realizadas para o mesmo trajeto ou trajetos próximos, transportando, assim, mais de uma pessoa em cada veículo, reduzindo o consumo de combustível e a poluição atmosférica.

**Tabela 26** – Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam em 2023

<b>Tipo de Transporte</b>	<b>Quantidade</b>
Trechos Aéreos	511
Deslocamentos Terrestres	33
<b>Total</b>	<b>544</b>

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2024

Com a retomada das atividades pela nova Diretoria Colegiada da Sudam, a partir de maio de 2023, e o avanço nas ações de articulação com diversos órgãos e entidades governamentais, ocorreu um expressivo aumento das demandas por transporte na autarquia, motivo pelo qual o número de viagens terrestres na região metropolitana de Belém e intermunicipais, além das viagens aéreas, aumentou significativamente em 2023.

Em que pese as ações de sustentabilidade implementadas em 2023, a Sudam pretende para os próximos anos reforçar e ampliar as ações voltadas para redução do consumo de combustível e, por conseguinte, de emissão de resíduos poluentes.

### **Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva**

No que diz respeito à redução de resíduos sólidos e ao quantitativo de materiais recicláveis gerados pela Autarquia, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária - CCSS – efetua a entrega, desde 2018, às Cooperativas/Associações de catadores de resíduos sólidos, dos materiais produzidos e passíveis de reciclagem.

Nesta ótica, segue o quantitativo de materiais recicláveis recolhidos no complexo predial da Sudam em 2023, comparativamente em relação ao ano de 2022, e que foram destinados à coleta seletiva. Os quantitativos descritos na Tabela 27 são aproximados, conforme cubagem do veículo transportador das Cooperativas que efetuam as coletas.

**Tabela 27** - Quantitativo de Materiais Recicláveis coletados na Sudam - 2022 e 2023 (Kg).

<b>Ano</b>	<b>Papel</b>	<b>Plástico</b>	<b>Metal</b>	<b>Total</b>
<b>2022</b>	200	200	300	<b>700</b>
<b>2023</b>	200	100	50	<b>350</b>

Fonte: CCSS, 2024.

Ressalta-se que não foram efetuadas outras coletas em 2023 em razão da indisponibilidade de veículos por parte das Cooperativas (veículos com defeito, restrição de rotas aos veículos cedidos, falta de recursos para aquisição de combustível).

Ademais, após tratativas com a Prefeitura do Campus da Universidade Federal do Pará - UFPA, os resíduos de serviços de saúde gerados na Sudam (4 sacos de 100L), foram destinados para o descarte correto (incineração), conforme a legislação do município de Belém.

### **Ações de Divulgação Sustentáveis**

A divulgação de eventos e notícias da Sudam prioriza o meio digital, a fim de evitar o consumo de papel com a confecção de materiais promocionais impressos. Entretanto, quando não é possível a utilização somente do meio digital, opta-se por utilizar papel reciclável e na quantidade suficiente para atender o objetivo desejado, evitando-se o desperdício.

Destaca-se que nos materiais impressos de divulgação dos instrumentos de ação da Sudam (flyers), houve: a inclusão de QRcode para maiores informações (reduzindo o uso de papel para mais conteúdos); redução no tamanho do papel anteriormente utilizado (de A4 para A5); e impressão apenas em uma face (reduzindo os custos na impressão). Além disso, foram confeccionados miolos de agendas em papel reciclado (350 unidades no ano de 2023).

Ao longo de 2023, foram realizadas diversas postagens nas redes sociais da Sudam voltadas para campanhas de sensibilização acerca de temas relacionados à sustentabilidade, tais como: meio ambiente, bioeconomia, água, floresta, desenvolvimento sustentável, biodiversidade, dentre outros.

## **5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

### **5.1. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis**

No que concerne às normas legais e técnicas adotadas pela Contabilidade da Sudam e FDA, as mesmas são registradas e evidenciadas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

### **5.2. Informações acerca do setor de contabilidade**

Na Sudam não existe um setor de contabilidade constituído, de modo que as tarefas ligadas à contabilidade compõem a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No exercício de 2023, as principais atividades contábeis desempenhadas foram:

- a) Registro da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade;

- b) Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil, bem como a regularização de inconsistências contábeis;
- c) Elaboração do Relatório Contábil Anual e contribuição com a elaboração do relatório de gestão;
- d) Emissão de relatórios de execução orçamentária e financeira quando solicitados pela chefia imediata;
- e) Orientação, análise e acompanhamento tributário, bem como a regularização de erros no recolhimento de tributos;
- f) Cumprimento de obrigações acessórias junto aos órgãos públicos.

### 5.3. Resumo da situação financeira e contábil da Sudam

Com base nas Demonstrações Contábeis da Sudam, informa-se que:

#### a) Balanço Patrimonial

A Sudam encerrou o exercício de 2023 com um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 172.980.215,60, um aumento de 9,51% em relação ao Passivo a Descoberto de 2022. Ressalta-se que essa situação, a princípio, não representa um risco à instituição, pois esta não depende exclusivamente de recursos próprios para quitar suas obrigações; a maior parte das obrigações serão quitadas com recursos repassados pelo governo federal.

**Tabela 28** – Balanço Patrimonial Sudam 2023

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>R\$ 104.101.229,55</b>	<b>R\$ 102.239.030,13</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 98.235.534,55</b>	<b>R\$ 95.106.789,37</b>
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 76.692.356,58</i>	<i>R\$ 73.451.262,60</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 21.135.986,05</i>	<i>R\$ 21.264.489,62</i>
<i>Estoques</i>	<i>R\$ 407.191,92</i>	<i>R\$ 391.037,15</i>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 5.865.695,00</b>	<b>R\$ 7.132.240,76</b>
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>

<i>Imobilizado (valor líquido contábil)</i>	R\$ 3.839.531,94	R\$ 5.106.077,70
<i>Bens Móveis</i>	R\$ 2.626.134,80	R\$ 3.741.005,96
<i>Bens Imóveis</i>	R\$ 1.213.397,14	R\$ 1.365.071,74
<i>Intangível</i>	R\$ 1.342.555,89	R\$ 1.342.555,89
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>R\$ 277.081.445,15</b>	<b>R\$ 260.201.348,21</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 277.081.445,15</b>	<b>R\$ 260.201.348,21</b>
<i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</i>	R\$ 2.378.982,25	R\$ 1.961.588,48
<i>Fornecedores</i>	R\$ 0,00	R\$ 13.746,56
<i>Transferências Fiscais</i>	R\$ 52.439.527,15	R\$ 115.179.085,61
<i>Demais Obrigações</i>	R\$ 222.262.935,75	R\$ 143.046.927,56
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>- R\$ 172.980.215,60</b>	<b>- R\$ 157.962.318,08</b>

Fonte: SIAFI, 2024

## b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2023 registrou déficit patrimonial de R\$ 13.744.662,51, o que representa uma redução de 90,68% em relação ao déficit de 2022. Apesar da melhora em relação ao ano anterior, o resultado indica uma redução do patrimônio da Sudam em 2023.

**Tabela 29** – Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2023

<b>Resumo DVP</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>R\$ 196.230.061,17</b>	<b>R\$ 173.736.871,49</b>
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	R\$ 1.486.869,04	R\$ 5.641.120,21

<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	R\$ 9.906.021,84	R\$ 7.900.791,00
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	R\$ 159.729.416,57	R\$ 144.021.984,98
<i>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</i>	R\$ 19.953.266,18	R\$ 12.429.175,52
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	R\$ 5.154.487,54	R\$ 3.743.799,78
<b>(-) Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>- R\$ 209.974.723,68</b>	<b>- R\$ 321.197.691,28</b>
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>-R\$ 24.917.063,38</i>	<i>-R\$ 23.737.874,38</i>
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>-R\$ 10.709.289,96</i>	<i>-R\$ 10.053.058,56</i>
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	<i>-R\$ 9.244.143,88</i>	<i>-R\$ 7.681.857,03</i>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>-R\$ 11.353,67</i>	<i>-R\$ 0,00</i>
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 71.789.171,57</i>	<i>-R\$ 192.084.419,63</i>
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 93.178.978,48</i>	<i>-R\$ 87.310.102,77</i>
<i>Tributárias</i>	<i>-R\$ 38.899,12</i>	<i>-R\$ 36.031,05</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	<i>-R\$ 85.823,62</i>	<i>-R\$ 294.347,86</i>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>- 13.744.662,51</b>	<b>- R\$ 147.460.819,79</b>

Fonte: SIAFI, 2024

### c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2023 registrou déficit orçamentário de R\$ 38.711.503,40, o que representa um aumento de 10,47% em relação ao déficit de 2022. Sobre a composição das Receitas Realizadas em 2023, destacam-se as Receitas Patrimoniais, que abrangem os rendimentos de aplicação financeira recebidos e os saldos devolvidos de convênios. Tais receitas correspondem a 74,85% da Receita Total, sendo a receita mais significativa.

Importante destacar que a execução orçamentária da Sudam não depende das receitas arrecadadas. Conforme já mencionado, a Sudam depende das transferências financeiras para pagar suas despesas.

**Tabela 30** – Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2023

<b>Resumo do Balanço Orçamentário</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Receitas Realizadas - Correntes</b>	<b>R\$ 13.294.142,48</b>	<b>R\$ 13.355.732,50</b>
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 9.950.414,48</i>	<i>R\$ 7.874.823,04</i>
<i>Receita de Serviços</i>	<i>R\$ 1.486.869,04</i>	<i>R\$ 5.641.120,21</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 1.856.858,96</i>	<i>R\$ 7.727,58</i>
<b>Receitas Realizadas - De Capital</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>- R\$ 52.005.645,88</b>	<b>- R\$ 48.399.772,85</b>
<i>Correntes</i>	<i>- R\$ 49.376.993,96</i>	<i>- R\$ 44.944.276,67</i>
<i>De Capital</i>	<i>- R\$ 2.628.651,92</i>	<i>- R\$ 3.455.496,18</i>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>- R\$ 38.711.503,40</b>	<b>- R\$ 35.044.040,35</b>

Fonte: SIAFI, 2024

### d) Resultado Financeiro

O exercício de 2023 registrou superávit financeiro de R\$ 3.241.093,98, uma redução de 52,75% em relação ao exercício anterior. Destaca-se o fato de que o valor das Transferências Financeiras Recebidas é muito próximo ao valor das despesas pagas no período (exercício + restos a pagar), evidenciando que a Sudam depende dessas transferências para honrar com seus compromissos.

**Tabela 31 – Resultado Financeiro Sudam 2023**

<b>Resumo do Fluxo de Caixa</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Total de Ingressos</b>	<b>R\$ 176.404.178,48</b>	<b>R\$ 161.254.915,82</b>
<i>Receitas Realizadas</i>	R\$ 13.294.142,48	R\$ 13.355.732,50
<i>Transferências Financeiras – Custear Despesas</i>	R\$ 159.729.416,57	R\$ 144.021.984,98
<i>Outros Ingressos – Temporários ou Compensatórios</i>	R\$ 3.380.619,43	R\$ 3.877.198,34
<b>(-) Total de Saídas</b>	<b>-R\$ 173.163.084,50</b>	<b>- R\$ 154.395.129,09</b>
<i>Pgto. Despesas do Administrativo (Exercício e RP)</i>	<i>-R\$ 39.279.238,57</i>	<i>- R\$ 41.517.946,36</i>
<i>Pgto. Despesas do Finalístico (Exercício e RP)</i>	<i>-R\$ 126.920.975,32</i>	<i>- R\$ 108.424.944,11</i>
<i>Outras Saídas</i>	<i>- R\$ 6.962.870,61</i>	<i>- R\$ 4.452.238,62</i>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 3.241.093,98</b>	<b>R\$ 6.859.786,73</b>

Fonte: SIAFI, 2024

#### 5.4. Resumo da situação financeira e contábil do FDA

No que tange à situação financeira e contábil do FDA em 2023, em relação às principais contas e fatos contábeis do período, registramos sobre o (a):

##### a) Balanço Patrimonial

O FDA encerrou o exercício de 2023 com o Patrimônio Líquido equivalente ao seu Ativo, de R\$7.857.510.824,38, um aumento de 4,15% em relação ao PL de 2022. Essa situação patrimonial é resultado da falta de Passivo na contabilidade do Fundo. O Passivo, de modo geral, é constituído pela liquidação de empenhos; no caso específico do FDA, a liquidação geralmente ocorre quando uma nova liberação de financiamento é autorizada, situação em que o pagamento é realizado imediatamente após a liquidação do empenho.

**Tabela 32** – Balanço Patrimonial FDA 2023

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>R\$ 7.857.510.824,38</b>	<b>R\$ 7.544.424.971,39</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 4.806.023.431,84</b>	<b>R\$ 4.338.412.560,39</b>
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 4.366.854.077,39</i>	<i>R\$ 4.050.000.771,48</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 439.169.354,45</i>	<i>R\$ 288.411.788,91</i>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 3.051.487.392,54</b>	<b>R\$ 3.206.012.411,00</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>R\$ 3.051.487.392,54</b>	<b>R\$ 3.206.012.411,00</b>
<i>Créditos a Longo Prazo (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 2.744.077.804,37</i>	<i>R\$ 3.481.166.444,61</i>
<i>Ações</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>
PASSIVO TOTAL	<b>R\$ 0,00</b>	R\$ 0,00
Passivo Circulante	<b>R\$ 0,00</b>	R\$ 0,00
<i>Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Liberar</i>	<b>R\$ 0,00</b>	<i>R\$ 0,00</i>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 7.857.510.824,38</b>	<b>R\$ 7.544.424.971,39</b>

Fonte: SIAFI, 2024

**b) Resultado Patrimonial**

O exercício de 2023 registrou superávit patrimonial de R\$ 323.571.490,52, uma redução de 52,61% em relação ao superávit de 2022. Apesar da redução em relação ao ano anterior, o resultado indica aumento do patrimônio do FDA em 2023.

**Tabela 33** – Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2023

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>R\$ 818.279.765,60</b>	<b>R\$ 780.649.197,12</b>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>R\$ 721.943.447,77</i>	<i>R\$ 677.028.106,32</i>
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	<i>R\$ 83.503.898,42</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 49.789.033,35</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	<i>R\$ 12.832.419,41</i>	<i>R\$ 53.832.057,45</i>
<b>(-) Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>-R\$ 494.708.275,08</b>	<b>-R\$ 97.795.443,74</b>
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 442.416.191,97</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 52.292.083,11</i>	<i>-R\$ 97.795.443,74</i>
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>R\$ 323.571.490,52</b>	<b>R\$ 682.853.753,38</b>

Fonte: SIAFI, 2024

### c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2023 registrou superávit orçamentário de R\$ 175.751.082,95, uma redução de 70,60% em relação ao exercício anterior.

Importante destacar que os valores recebidos para amortização de financiamentos são descontados dos financiamentos a receber em curto prazo, que compõem o Ativo Circulante do FDA, por isso não são contabilizados como Variações Patrimoniais Aumentativas na apuração do Resultado Patrimonial.

**Tabela 34 – Resultado Orçamentário FDA 2023**

<b>Resumo do Balanço Orçamentário</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Receitas Realizadas</b>	<b>R\$ 814.239.143,59</b>	<b>R\$ 785.659.147,99</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>R\$ 455.326.850,04</b>	<b>R\$ 382.572.577,04</b>
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 455.217.455,08</i>	<i>R\$ 380.939.715,50</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 109.394,96</i>	<i>R\$ 1.632.861,54</i>
<b>Receitas De Capital</b>	<b>R\$ 358.912.293,55</b>	<b>R\$ 403.086.570,95</b>
Amortização de Empréstimos	R\$ 358.912.293,55	R\$ 403.086.570,95
<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>- R\$ 638.488.060,64</b>	<b>- R\$ 187.849.876,68</b>
Correntes	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
De Capital	<i>- R\$ 638.488.060,64</i>	<i>- R\$ 187.849.876,68</i>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>R\$ 175.751.082,95</b>	<b>R\$ 597.809.271,31</b>

Fonte: SIAFI, 2024

**d) Resultado Financeiro**

O exercício de 2023 registrou superávit financeiro de R\$ 316.853.305,91, uma redução de 51,72% em relação ao superávit de 2022. Destaca-se o fato de que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN alterou o código de recolhimento de algumas receitas — dentre elas, as receitas de Amortização. Devido a isso, a partir de 2023, algumas receitas quando arrecadadas são imediatamente transferidas ao caixa do Tesouro Nacional. Isso explica a redução do superávit e o aumento acentuado das Transferências Financeiras Concedidas.

**Tabela 35 – Resultado Financeiro FDA 2023**

<b>Resumo do Fluxo de Caixa</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Total de Ingressos</b>	<b>R\$ 897.743.042,01</b>	<b>R\$ 785.659.147,99</b>

Receitas Realizadas	R\$ 814.239.143,59	R\$ 785.659.147,99
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 83.503.898,42	R\$ 0,00
<b>(-) Total de Saídas</b>	<b>-R\$ 580.889.736,10</b>	<b>-R\$ 129.436.294,83</b>
<i>Pgto. Despesas do Exercício</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Pgto. Restos a Pagar (Processados e Não Processados)</i>	<i>-R\$ 138.473.544,13</i>	<i>-R\$ 129.436.294,83</i>
<i>Transferências Financeiras Concedidas &amp; Outras Saídas</i>	<i>- R\$ 442.416.191,97</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 316.853.305,91</b>	<b>R\$ 656.222.853,16</b>

Fonte: SIAFI, 2024

### 5.5. Gestão de Custos

Na Sudam não há sistemática de apuração dos custos da instituição, tendo em vista que não há servidores responsáveis pelo acompanhamento dos custos no Sistema de Informação de Custos (SIC), ferramenta gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível apenas para servidores públicos de órgãos superiores da Administração Pública Federal.

### 5.6. Conclusões de auditorias independentes ou órgãos de controle e as medidas adotadas

Não se aplica, haja vista que não houve auditoria interna e externa da contabilidade da Sudam referente ao exercício de 2023.

### 5.7. Indicações de locais ou endereços eletrônicos de publicação ou acesso de informações contábeis

As informações referentes às Demonstrações Contábeis da Sudam poderão ser acessadas no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>.

## APÊNDICE

### Glossário

**Amazônia Legal:** constitui a área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5 (cinco) milhões de km<sup>2</sup>.

**Aporte:** subsídio, qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito.

**Autarquias:** são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

**Convênio:** instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

**Contrato de repasse:** instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

**Dotação Orçamentária:** toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

**Conformidade Contábil:** consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

**Conformidade de Gestão:** consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e na existência de documentos que respaldam as operações é um instrumento de controle essencial para a boa execução orçamentária e financeira.

**Controles internos da gestão:** processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada, conduzido pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudam

**Fundo de Desenvolvimento da Amazônia:** fundo criado pelo Decreto nº 7.839, de 09 de novembro de 2012, cuja finalidade é participar financeiramente de investimentos na área da Região Amazônica em projetos que promovam a efetiva geração de um círculo virtuoso na Região.

**Gestão de Integridade:** na Administração Pública corresponde ao conjunto de arranjos institucionais que visam à entrega dos resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

**Gestão de Riscos:** processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudam.

**Governança:** combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudam, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos.

**Incentivos e Benefícios Fiscais:** são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo a carga tributária, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e gerando crescimento e desenvolvimento econômico regional.

**Laudo Constitutivo:** documento emitido pelo Superintendente, fornecido à empresa interessada após a aprovação da Diretoria Colegiada, para fins de reconhecimento do direito à concessão do incentivo pela Receita Federal.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias:** tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias:** estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

**Lei Orçamentária Anual:** é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano.

**Planejamento estratégico:** configura o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida para a empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

**Planejamento Plurianual:** é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

**Política de gestão de pessoas:** documento institucional que objetiva estimular o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal e que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

**Política Nacional de Desenvolvimento Regional:** tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

**Recursos discricionários:** incluem todos os outros fatos que não são obrigatoriamente previstos em Lei, tais como contas de água, luz, serviços terceirizados etc.

**Relatório de gestão:** relatório composto por documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica e da conformidade da gestão dos responsáveis por um ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro, prestado ao Tribunal de Contas da União.

**Sistema Eletrônico de Informações:** é um sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

**Sustentabilidade ambiental:** define o modo como o homem age na utilização dos bens naturais e providencia soluções para as necessidades de si mesmo e dos outros, de forma que não agrida o meio ambiente e garanta a utilização do mesmo por futuras gerações.

**Termo de Execução Descentralizada:** instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

## ANEXOS

### ANEXO – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2021 A 2023

**Quadro** – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2021 (R\$ 1,00).

Ação orçamentária		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>20TP</b> - Ativos Cíveis da União		22.214.407,00	21.152.046,78	20.836.807,90	19.322.688,88
<b>0181</b> - Aposentadorias e Pensões Cíveis		9.296.387,00	9.259.795,53	9.259.795,53	8.489.871,62
<b>2004</b> - Assistência Médica e Odontológica		2.426.993,00	1.935.811,31	1.528.079,90	1.499.566,90
<b>212B</b> - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	<b>Plano Orçamentário 0001</b> - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	83.572,00	63.801,69	63.801,69	58.606,84
	<b>Plano Orçamentário 0003</b> - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	51.487,00	33.179,05	33.179,05	30.390,06
	<b>Plano Orçamentário 0005</b> - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.025.552,00	913.006,46	913.006,46	840.275,27
	<b>Plano Orçamentário 0009</b> - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	33.846,00	3.150,00	3.150,00	3.150,00
<b>09HB</b> - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		3.170.582,00	2.808.699,52	2.808.699,52	2.808.699,52
<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>38.302.826,00</b>	<b>36.169.490,34</b>	<b>35.446.520,05</b>	<b>33.053.249,09</b>
<b>2000</b> - Administração da unidade	<b>Plano Orçamentário 0000</b> - Administração da Unidade - Despesas Diversas	7.530.884,00	5.900.359,00	1.750.704,00	1.750.704,00
	<b>Plano Orçamentário 0001</b> - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	28.735,00	27.049,39	27.049,39	27.049,39
	<b>Plano Orçamentário 0003</b> - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.954.609,00	1.172.966,11	502.964,30	502.964,30
<b>216H</b> – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		621.051,00	431.789,63	431.789,63	410.909,77
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>10.135.279,00</b>	<b>7.532.164,13</b>	<b>2.712.507,32</b>	<b>2.691.627,46</b>

<b>20WQ</b> - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial	1.800.000,00	1.800.000,00	191.000,00	191.000,00
<b>214S</b> - Estruturação e dinamização de atividades produtivas	698.724,00	263.841,76	0,00	0,00
<b>10T2</b> - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	5.489.993,00	5.489.993,00	0,00	0,00
<b>1D73</b> - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	50.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>7K66</b> - Apoio à Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
<b>0353</b> - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	383.123.918,00	291.851.574,90	73.564.823,29	73.564.823,29
<b>Subtotal Finalístico</b>	<b>394.662.635,00</b>	<b>302.905.409,66</b>	<b>73.755.823,29</b>	<b>73.755.823,29</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>443.100.740,00</b>	<b>346.607.064,13</b>	<b>111.914.850,66</b>	<b>109.500.699,84</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 - elaborado por CGPAR/DPLAN/SUDAM

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2022 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>20TP</b> - Ativos Cíveis da União		20.316.084,00	19.741.801,78	26.764.711,27	18.305.557,07
<b>0181</b> - Aposentadorias e Pensões Cíveis		10.437.290,00	9.725.338,45	9.725.338,45	8.980.833,18
<b>2004</b> - Assistência Médica e Odontológica		2.426.993,00	1.310.742,08	707.188,66	682.398,51
<b>212B</b> - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	<b>Plano Orçamentário 0001</b> - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	74.572,00	56.916,51	56.916,51	52.002,00
	<b>Plano Orçamentário 0003</b> - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	48.487,00	27.736,29	27.736,29	25.073,97
	<b>Plano Orçamentário 0005</b> - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.019.552,00	859.770,86	849.257,51	785.595,51
	<b>Plano Orçamentário 0009</b> - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	76.704,00	15.151,70	15.151,70	15.151,70

<b>09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência</b>		2.886.923,00	2.712.380,85	2.712.380,85	2.712.380,85
<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>37.286.605,00</b>	<b>34.449.838,52</b>	<b>40.858.681,24</b>	<b>31.558.992,79</b>
<b>2000 - Administração da unidade</b>	<b>Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas</b>	6.409.694,00	6.359.210,00	2.693.670,02	2.653.031,77
	<b>Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	195.852,00	189.661,40	186.861,40	186.861,40
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional</b>	1.391.963,00	1.377.335,18	305.784,70	305.784,70
<b>216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal</b>		600.000,00	464.550,60	464.550,60	451.598,16
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>8.597.509,00</b>	<b>8.390.757,18</b>	<b>3.650.866,72</b>	<b>3.597.276,03</b>
<b>20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</b>		2.557.738,00	2.000.000,00	1.609.000,00	1.609.000,00
<b>214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas</b>		400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
<b>00SY - Apoio à Projetos de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas</b>		3.030.791,00	2.900.000,00	0,00	0,00
<b>8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica</b>		5.975.000,00	5.931.095,76	0,00	0,00
<b>4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica</b>		60.000,00	60.000,00	11.103,50	11.103,50
<b>0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia</b>		455.369.549,00	187.849.876,68	0,00	0,00
<b>Subtotal Finalístico</b>		<b>467.393.078,00</b>	<b>199.140.972,44</b>	<b>1.620.103,50</b>	<b>1.620.103,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>513.277.192,00</b>	<b>241.981.568,14</b>	<b>46.129.651,46</b>	<b>36.776.372,32</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 - elaborado por CGPAR/DPLAN/SUDAM.

**Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2023 (R\$ 1,00).**

<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>
--------------------------	---------------------------	----------------------------	----------------------------	-----------------------

<b>20TP - Ativos Civis da União</b>		21.487.770,00	21.190.749,41	20.705.950,71	19.139.940,76
<b>0181 - Aposentadorias e Pensões Civis</b>		10.503.460,00	10.391.526,63	10.391.526,63	9.567.273,87
<b>2004 - Assistência Médica e Odontológica</b>		1.674.528,00	936.998,83	671.076,17	646.101,89
<b>212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis</b>	<b>Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados</b>	85.078,00	73.180,62	73.180,62	66.872,97
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos</b>	33.843,00	26.215,57	26.215,57	23.868,61
	<b>Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos</b>	1.120.617,00	1.066.799,22	1.066.799,22	974.021,22
	<b>Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis</b>	101.429,00	18.772,98	18.772,98	18.772,98
<b>09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência</b>		2.819.787,00	2.750.743,22	2.750.743,22	2.750.743,22
<b>Subtotal Administrativo obrigatório</b>		<b>37.826.512,00</b>	<b>36.454.986,48</b>	<b>35.704.265,12</b>	<b>33.187.595,52</b>
<b>2000 - Administração da unidade</b>	<b>Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas</b>	8.434.284,00	8.423.204,38	3.500.535,60	3.467.599,85
	<b>Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	120.270,00	120.270,00	118.070,00	118.070,00
	<b>Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional</b>	705.600,00	705.600,00	381.223,95	381.223,95
<b>216H - Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal</b>		91.114,00	91.113,83	91.113,83	91.113,83
<b>Subtotal Administrativo discricionário</b>		<b>9.351.268,00</b>	<b>9.340.188,21</b>	<b>4.090.943,38</b>	<b>4.058.007,63</b>
<b>20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial</b>		2.490.276,00	2.490.275,23	1.978.109,70	1.978.109,70
<b>214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas</b>		1.718.670,00	1.718.669,80	519.397,00	0,00
<b>00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado</b>		2.199.432,00	2.191.432,00	0,00	0,00
<b>4542- Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica</b>		888.625,00	871.515,00	0,00	0,00
<b>00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária</b>		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia</b>		815.906.253,00	638.488.060,64	0,00	0,00

<b>Subtotal Finalístico</b>	<b>823.203.256,00</b>	<b>645.759.952,67</b>	<b>2.497.506,70</b>	<b>1.978.109,70</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>870.381.036,00</b>	<b>691.555.127,36</b>	<b>42.292.715,20</b>	<b>39.223.712,85</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 - elaborado por CGPAR/DPLAN/SUDAM.